

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

JOÃO PEDRO MENEZES JACINTO

***AOS JOVENS COMPATRIOTAS DO BRASIL INDEPENDENTE:***  
**Os resumos de História do Brasil de 1831 e 1834 de Henrique L. N. Bellegarde**

BELO HORIZONTE

2020

JOÃO PEDRO MENEZES JACINTO

***AOS JOVENS COMPATRIOTAS DO BRASIL INDEPENDENTE:***

**Os resumos de História do Brasil de 1831 e 1834 de Henrique L. N. Bellegarde**

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Educação:  
Conhecimento e Inclusão Social da  
Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Aurélio Taborda  
de Oliveira.

BELO HORIZONTE

2020

J12a  
T

Jacinto, João Pedro Menezes, 1993-

Aos jovens compatriotas do Brasil independente [manuscrito] :  
os resumos de história do Brasil de 1831 e 1834 de Henrique L. N.  
Bellegarde / João Pedro Menezes Jacinto. - Belo Horizonte, 2020.  
105 f. : enc, il.

Dissertação -- (Mestrado) - Universidade Federal de Minas  
Gerais, Faculdade de Educação.

Orientador: Marcus Aurélio Taborda de Oliveira.

Bibliografia: f. 98-105.

1. Bellegarde, Henrique Luiz de Niemeyer, 1802-1839 -- Teses.  
2. Educação -- Teses. 3. Educação -- História -- Séc. XIX -- Teses.  
4. Livros didáticos -- História -- Séc. XIX -- Teses. 5. História --  
Estudo e ensino -- Teses.

I. Título. II. Oliveira, Marcus Aurélio Taborda de, 1964-.

III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 370.9

**Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)**

Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E**  
**INCLUSÃO SOCIAL**



**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**AOS JOVENS COMPATRIOTAS DO BRASIL INDEPENDENTE: Os resumos de História do Brasil de 1831 e 1834 de Henrique L. N. Bellegarde**

**JOÃO PEDRO MENEZES JACINTO**

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL, como requisito para obtenção do grau de Mestre em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL.

Aprovada em 10 de dezembro de 2020, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Marcus Aurelio Taborda de Oliveira - Orientador  
UFMG

Prof(a). Rosana Areal de Carvalho  
UFOP

Prof(a). Thais Nivia de Lima e Fonseca  
UFMG

Prof(a). Vanessa Ferraz Almeida Neves  
Vice-Coordenadora do Programa de Pós-Graduação  
em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL

Belo Horizonte, 18 de janeiro de 2021.

## AGRADECIMENTOS

Confesso que não sei bem como começar, por conta da grande quantidade de pessoas que me ajudaram nessa verdadeira jornada que foi o desenvolvimento desta pesquisa que resultou nesta dissertação. Certa vez vi uma entrevista de Rubem Alves, que disse: só cheguei aonde cheguei pois tudo que planejei deu errado. Comigo não foi diferente, desde o primeiro projeto de mestrado, que tinha como tema os sambas de Cartola, até a aprovação na Universidade Federal de Minas Gerais, com um projeto sobre os livros didáticos publicados por Henrique Bellegarde no século XIX, foi muita coisa dando errado, a ponto de não acreditar que um dia concluiria esse sonho, de um menino que ganhou a primeira lousa ainda com sete anos e desde então não desistiu da educação.

É preciso a princípio agradecer as mulheres que fizeram de mim um ser humano tão sonhador. Silvia, minha mãe, que nunca desistiu de mim, nem nos meus piores momentos. Vó Cida, avó materna, que sempre lutou para que eu pudesse ser alguém na vida. Vó Niove, avó paterna, que me deu minha primeira lousa, meu primeiro mimeógrafo e que foi a responsável por me fazer acreditar que eu conseguiria ser professor. O que seria sem esses três pilares femininos? Absolutamente nada. Minha madrinha Nanda e prima Dé, que sempre me amaram incondicionalmente e me ensinaram que eu podia voar. Minhas tias Rô e Ana Paula, e primas Gi, Isa, Bia e Lara.

Agradeço ao meu pai, João Roberto, que desde os cinco anos me ensinava a ler livros de História, a saber o nome de todos os presidentes, a gostar de política e a andar a cavalo na pacata Ibiraci. Vô Jayro, avô materno, que sempre me ajudou financeiramente para que pudesse chegar até aqui. Vô Tomé, avô paterno, que desde pequeno dizia em alto e bom som: você trata de estudar, porque você é dos mais inteligentes que já vi. Agradeço aos meus irmãos, Betinho e João Paulo, que apesar de todos os pesares, me amam do jeitinho que eu sou, cheio de defeitos e conflitos internos. Ao meu tio Jairinho, pelos pedalas e pelas cervejas para esquecer dos problemas, e meu padrinho Rogério pelas conversas.

No âmbito acadêmico, agradeço inicialmente a Rosana Areal, minha primeira professora de História da Educação, e com quem tive uma das histórias que nunca esqueci da graduação: ter perdido um seminário que eu fui sete dias antes para apresentar. Ao meu primeiro orientador, Marcelo Rangel, que me apresentou os livros que aqui analisarei. Por último, mas o mais importante, Marcus Taborda, que me recebeu de cara com uma feijoadá e nunca, em nenhum momento, me deixou desistir, mesmo quando eu

já tinha desistido. Taborda foi mais que um orientador, me ensinou tantas coisas, a principal é a lidar com as críticas e a crescer com elas.

Agradeço a minha diretora Regina Benassi, que em meio a tantas viagens entre Belo Horizonte e São Sebastião do Paraíso, me olhou algumas vezes nos olhos e disse: você vai conseguir. Eu consegui. Aos colegas de profissão da Escola Estadual Clóvis Salgado: Fabricio Borges, Pedro, Alline Rufo, Erlon, Dizaró, Luciene, Ana Maria, Josiane Paschoali, Gilmara, Herika, Cíbele, Tamize, Claudia, Kellen, Elcimar e tantos outros que a falha na memória não permitiu mencionar. Sem vocês nada disso seria possível.

Meus amigos, que sempre me ajudaram a suportar as dores em pesquisar. Primeiramente Gustavo Kirchner, que me incentivou desde a escrita do projeto, até a conclusão. Raphael Machado, meu mentor acadêmico e intelectual. Ana Luisa Ruggieri, que corrigiu com tanto esmero meus primeiros projetos. Emerson Porto, que me ensinou a amar essa área de pesquisa. Gustavo Reis, que me ensinou o que era um projeto de mestrado. Bruna Hayashi, que não me deixou desistir na primeira reprovação apesar de chorar duas horas seguidas.

Aos amigos de Belo Horizonte, que me abrigaram, ajudaram, acolheram, amaram, secaram lágrimas e sempre acreditaram em mim: Fernanda de Paula, Laio Amaral, Mateus Meireles, Júlia Cunha, Mickael Barbieri, Ricelli, Renata Felício, Marina Guedes, Jéssica Montanhini e Jéssica Romero. Vocês são sensacionais! Obrigado de coração! Em especial preciso agradecer ao Heron e a Nathália Barreto, que durante um ano inteiro me acolheram em sua residência, sempre com um café quentinho, e nunca reclamaram das dezenas de livros jogados pela casa. Aos companheiros de NUPES, que me ajudaram incondicionalmente a chegar até aqui: Bruna, Sara, Leonardo, Berta, Larissa, Diogo e Sidmar.

Em São Sebastião do Paraíso o time de amigos também foi grande, e sempre me incentivando a persistir nesse árduo caminho: João Gustavo, Riky Martins, Talles Oliveira, Any Bicego, Guilherme Bispo e Jéssika Moraes. Minha psicóloga, Sarah Lara, peça fundamental para que eu encarasse essa tarefa. A todos que não me deixaram desistir desse sonho, e que infelizmente não mencionei: muito obrigado!

## RESUMO

Através da análise do conteúdo de duas versões do *Resumo de História do Brasil*, de Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde, publicados em 1831 e 1834, esta dissertação objetivou compreender alguns conteúdos, conceitos e perspectivas presentes nestas obras, e compará-las em suas diferenças e semelhanças ao trabalho do viajante francês Jean Ferdinand Denis. A versão francesa, que serviu como “inspiração” a Bellegarde, foi publicada em 1825. Com o intuito de realizar a comparação proposta entre as três edições definiu-se como recorte temático: 1) as denominadas “primeiras épocas” e o Brasil antes da conquista; 2) de Palmares aos negros de Palmares; 3) a viagem da família real portuguesa; 4) a Independência e o despertar do Império. O interesse pelas publicações em português parte do fato de que elas eram destinadas aos *jovens compatriotas*, sendo importante salientar a sua autorização para uso como manual didático no Imperial Colégio Pedro II, a partir de 1841. Dentre os aspectos levados em consideração para a realização da análise, fez-se necessário apresentar as transformações na legislação educacional e o contexto das iniciativas educacionais do período em que foram produzidas, apresentando a reconstituição dos itinerários de formação, as relações familiares e os grupos de pertencimento dos autores das publicações, sendo que os conceitos mobilizados no diálogo com as fontes foram intelectuais e livros didáticos. Concluiu-se que, apesar de inicialmente “advertir” que a publicação era uma tradução, e posteriormente “advertir” que era uma edição totalmente nova, nenhuma das advertências do autor luso-brasileiro condiz com a realidade das obras analisadas.

**Palavras-chave:** História do Brasil; Resumos de História do Brasil; História da Educação; História dos Livros Didáticos; Henrique Bellegarde.

## ABSTRACT

Through the analysis of the content of two versions of the *Summary of Brazilian History*, by Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde, published in 1831 and 1834, this dissertation aimed to understand some contents, concepts and perspectives present in these pieces of work, and to compare them in their differences and similarities to the work of the French traveler Jean Ferdinand Denis. The French version, which served as an “inspiration” for Bellegarde, was published in 1825. In order to perform the proposed comparison between the three editions, the thematic outline was defined: 1) the so-called “first seasons” and Brazil before conquest; 2) from Palmares to the blacks of Palmares; 3) the trip of the Portuguese royal family; 4) the Independence and the awakening of the Empire. The interest in publications in Portuguese comes from the fact that they were intended for *young compatriots*, and it is important to highlight their authorization for use as a textbook at Imperial School Pedro II, starting in 1841. Among the aspects taken into consideration for the execution of the analysis, it was necessary to present the changes in the educational legislation and the context of the educational initiatives of the time in which they were produced, presenting the amendment of the school training itineraries, the family relationships and the groups belonging to the authors of the publications, and the concepts used in the dialogue with the sources were intellectual concepts and textbooks. It was concluded that, although initially “warned” that the publication was a translation, and later “warned” that it was a totally new edition, none of the warnings of the Portuguese-Brazilian author is consistent with the reality of the pieces of work analyzed.

**Keywords:** History of Brazil; Summary of the History of Brazil; History of Education; History of Textbooks; Henrique Bellegarde.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Requerimento reivindicando sala apropriada para as aulas de Primeiras Letras e seis volumes do livro <i>Resumo da História do Brasil</i> de Bellegarde .....	25
Figura 2 – Circular recomendando o uso da obra de Henrique L. N. Bellegarde na província do Rio de Janeiro em abril de 1834 .....	26
Figura 3 – Imagem de Conrado Jacob de Niemeyer, tio de Henrique Bellegarde .....	41
Figura 4 – Requerimento à repartição competente do pagamento da gratificação correspondente a sua patente .....	44
Figura 5 – Nomeação de Henrique Bellegarde para dirigir obras subordinadas ao Ministro de Negócios do Império.....	45
Figura 6 – Requerimento reivindicando o pagamento referente aos trabalhos realizados no Canal de Guandu .....	46
Figura 7 – Folha de rosto da quarta edição do <i>Resumo de História do Brasil</i> de 1855...	49
Figura 8 – Retrato de Ferdinand Denis .....	58

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1.1 Descobrindo os resumos e Henrique Bellegarde.....</b>	<b>9</b>
<b>1.2 Objeto de pesquisa e referencial teórico.....</b>	<b>11</b>
<b>2 AS PRIMEIRAS INICIATIVAS EDUCACIONAIS DO BRASIL</b>	
<b>INDEPENDENTE .....</b>	<b>15</b>
<b>2.1 A Independência, a Constituição de 1824 e a transformação da legislação</b> <b>educacional.....</b>	<b>18</b>
<b>2.2. Mais que um gênero: o papel dos resumos e manuais na educação do Brasil</b> <b>Imperial .....</b>	<b>26</b>
<b>3 ENTRE AUTORES – SOBRE HENRIQUE BELLEGARDE E FERDINAND</b> <b>DENIS.....</b>	<b>36</b>
<b>3.1 A vida e a obra de Henrique Luís Niemeyer Bellegarde.....</b>	<b>40</b>
<b>3.2 A vida e a obra de Ferdinand Denis.....</b>	<b>50</b>
<b>4 DO RÉSUMÉ AOS RESUMOS – DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS .....</b>	<b>59</b>
<b>4.1 As primeiras épocas e o Brasil antes da conquista .....</b>	<b>64</b>
<b>4.2 De Palmares aos Negros de Palmares: encontros e desencontros .....</b>	<b>72</b>
<b>4.3 A viagem da família real portuguesa e de Henrique Bellegarde.....</b>	<b>76</b>
<b>4.4 A Independência e o despertar do Império .....</b>	<b>81</b>
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>89</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>98</b>
<b>Fontes Documentais.....</b>	<b>98</b>
<b>Fontes Bibliográficas .....</b>	<b>98</b>

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 Descobrindo os resumos e Henrique Bellegarde

Foi durante o desenvolvimento de uma pesquisa no curso de História, na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), que tomei conhecimento de um autor que posteriormente viria a ser um ponto crucial para o desenvolvimento desta dissertação. Inicialmente, o estudo, cujo título era *A constituição dos ensinamentos de história e de filosofia no Brasil a partir dos livros didáticos do Colégio Pedro II (1838-1889)*, tinha como objetivo analisar os primeiros livros e manuais didáticos das disciplinas de história e filosofia utilizados no século XIX no Colégio Pedro II, com orientação de Marcelo de Mello Rangel. Além da realização dessa pesquisa, a participação em eventos sobre essa temática foram importantes para que permanecesse nessa área e pudesse enxergar o quão necessário é pesquisar sobre estes objetos, bem como sobre seus autores.

Ao identificar a lacuna de estudos sobre os livros de história utilizados no Colégio, especificamente dos *Resumos de História do Brasil* de Henrique Luiz Niemeyer Bellegarde<sup>1</sup>, assim como de estudos acerca da história desse autor, busquei desenvolver um projeto para o mestrado que abordasse essa problemática. Entrei no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com a orientação de Marcus Aurélio Taborda de Oliveira, e tive a oportunidade de progredir com meus estudos. Ao longo dos últimos anos, para que fosse possível desenvolver a pesquisa, foi necessário cursar diversas disciplinas que contribuíram para o embasamento teórico, o desenvolvimento humano e minha formação como educador.

Durante a pesquisa, com o objetivo de encontrar maiores informações sobre os manuais e sobre o autor luso-brasileiro, foi necessário adentrar nos arquivos do setor de manuscritos da Biblioteca Nacional e do setor Centro de Documentação e Memória do Colégio Pedro II, onde recebi auxílio e apoio de toda a equipe, em especial da bibliotecária Elizabeth Monteiro da Silva. O acesso a esses arquivos possibilitaram obter informações pertinentes para compreender a adoção do manual não só no Colégio em questão, mas também em outras instituições educacionais após o período oitocentista.

---

<sup>1</sup> Sobre a vida de Henrique L. N. Bellegarde, é possível ter maiores informações através da leitura de: GASPARELLO, A. M. **Construtores de Identidades**: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira. São Paulo: Iglu, 2004. pp. 80-85; BELLEGARDE, P. A. Elogio histórico do falecido sócio correspondente, o major Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde. In: **Revista IHGB**. Rio de Janeiro: IHGB, 1839. pp. 107-109.

Portanto, foi através do desenvolvimento da iniciação científica que descobri Henrique Bellegarde e tive o primeiro contato com seus resumos, utilizados no Colégio Pedro II (CPII). Após isso, surgiu o interesse em compreender as diferenças entre as duas edições publicadas pelo engenheiro-militar, bem como as influências que ele declarou ter recebido de autores que escreveram sobre a História do Brasil. Um dos motivos pela qual a história de Bellegarde me chamou a atenção foi devido à crítica feita pelo viajante Jean Ferdinand Denis<sup>2</sup>, que, segundo consta na primeira edição de Bellegarde, havia sido uma inspiração para essa publicação.

Denis, citado como fonte essencial para elaboração da primeira versão do resumo de Bellegarde, foi um viajante, historiador, escritor, conservador e administrador da *Bibliothèque Sainte-Genève*, em Paris, entre 1841 e 1885. A obra *Resumé de l'histoire du Brésil suivi de le Resumé de l'histoire de la Guyana*, que serviu como fonte para o autor luso-brasileiro, foi publicada em 1825, e foi fruto da viagem que o francês fez ao Brasil durante do processo de emancipação política. Esse autor foi um assíduo divulgador da literatura, cultura e história do Brasil no continente europeu ao longo do período oitocentista (ROUANET, 1991, p. 177), sendo necessário pontuar que manteve contato com figuras importantes ao longo do período imperial.

A história de Bellegarde cativou por traduzir as distintas realidades vivenciadas no período em questão, principalmente com relação ao processo de independência de Portugal pelo qual o Brasil estava passando e do qual ele participou, bem como outras pessoas de sua família. Outro fato que estimulou esta pesquisa foi a observação de que o filho de Candido Norberto Jorge Bellegarde e Maria de Niemeyer Bellegarde, nascido em 1802 em Lisboa, veio com sua família para o Brasil durante a transferência da corte portuguesa em 1808 e que, de certa forma, participou do processo de construção do ideal de nação através da escrita do primeiro livro de História do Brasil autorizado para uso no referido Colégio.

Os resumos escritos por Bellegarde tematizam nossa pesquisa, que foram concebidas pelo autor com o intuito de auxiliar os jovens compatriotas no estudo da história da jovem nação. Isso pode ser constatado na conclusão da edição de 1831, em que ficam explícitos seus objetivos de despertar nos jovens o patriotismo e de contribuir com o saber. O uso didático do Resumo foi certificado em 1834, quando o governo distribuiu uma circular aconselhando o uso do livro em escolas e aulas para ensino da História do Brasil. Portanto, essa pesquisa consiste

---

<sup>2</sup> Sobre a vida de Jean Ferdinand Denis, é possível ter maiores informações através da leitura de: RIUDEL, M. **Ferdinand Denis (1798-1890)**. BNF Patrimônios Compartilhados. Seção: Literatura e circulação de ideias; ROUANET, M. H. **Eternamente em Berço Esplêndido: a fundação de uma literatura nacional**. São Paulo: Siciliano, 1991, pp. 137-240.

numa análise comparativa entre as duas edições publicadas por ele e a edição francesa de Denis, sendo nosso objetivo identificar as diferenças e semelhanças entre essas publicações.

## **1.2 Objeto de pesquisa e referencial teórico**

Os manuais utilizados em escolas podem ser fontes ou objetos para pesquisas em História da Educação, visto que “de modo geral o livro didático é a transcrição do que era ensinado, ou que deveria ser ensinado, em cada momento da história da escolarização” (MUNAKATA, 2016, p. 123). Os resumos analisados nesta pesquisa não são diferentes, esses foram “obra adotada pelo governo para uso nas escolas”, como consta na folha de rosto da edição de 1834, inclusive antes mesmo da autorização para uso no Colégio Pedro II. Assim, os resumos, que constituem o objeto desta pesquisa, foram analisados como documentos e fontes históricas através dos quais se pretendeu pontuar as mudanças entre as edições francesa e luso-portuguesa.

No que diz respeito ao “estado da arte” do objeto de pesquisa, a obra de Allain Choppin (2002; 2004) possui demasiada relevância, contribuindo positivamente para pontuar e delimitar sobre estudos com edições didáticas, evidenciando potencialidades, dificuldades e limites. Sua contribuição sobre o papel do livro didático é atual e pertinente e pode auxiliar pesquisas nesse tema, independentemente do recorte temporal e geográfico. Uma das afirmações do autor é que os manuais didáticos “podem variar consideravelmente segundo o ambiente sociocultural, à época, as disciplinas, os níveis de ensino, os métodos e as formas de utilização” (CHOPPIN, 2004, p. 553). Essa afirmação justifica a necessidade da pesquisa que desenvolvemos com os resumos de Bellegarde, visto que servem como representação do projeto de sociedade e de formação da juventude do período.

Por meio de uma análise qualitativa do conteúdo e da observação das diferenças nas duas edições, levando em consideração os interesses do engenheiro militar com suas publicações, objetivamos de forma geral identificar o que foi traduzido da publicação de Ferdinand Denis e as principais mudanças entre as duas publicações de Henrique Bellegarde. No que diz respeito à área de pesquisa na qual este trabalho se encontra inserido – História da Educação –, analisar essas obras tem por intuito compreender as bases utilizadas nas instituições educacionais do Brasil Independente, enquanto que no aspecto historiográfico cabe ponderar que as publicações antecedem a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em outubro de 1838. Esta análise visa contribuir para que seja possível entender o papel dos resumos durante a legitimação do Império do Brasil após o processo de emancipação

política de Portugal, assim como as concepções e ideais de Nação no período em questão.

Apesar de ter sido o primeiro livro de História do Brasil autorizado para uso no Colégio, poucos estudos se debruçaram especificamente sobre os resumos de Bellegarde. A maioria, quando o fez, realizou de uma forma mais geral, levando em consideração as demais obras também utilizadas no período recortado. Alguns exemplos que se pode destacar são: a pesquisa de Arlete Gasparello (2002), que buscou compreender sobre os livros e manuais utilizados no referido Colégio, porém sem se aprofundar especificamente em algum deles; e a de Vera Lucia Cabana de Queiroz Andrade (1999), que abordou a história do Colégio Pedro II, suas reformas curriculares e os livros autorizados para uso, porém não adentrou no conteúdo destes livros.

As pesquisas e artigos realizados sobre Bellegarde pouco aprofundam em sua produção historiográfica e educacional. Parte considerável dos trabalhos levam em consideração suas contribuições como engenheiro durante a consolidação do Império brasileiro, como, por exemplo, o de Tereza de Jesus Peixoto Faria (2003), que aborda unicamente a participação de Bellegarde na constituição da rede urbana de determinadas regiões fluminense. Essa foi baseada em um relatório feito pelo engenheiro, deixando de lado suas publicações com objetivos didáticos e historiográficos, tampouco aprofundando sobre a história da vida do engenheiro.

Dentre outros trabalhos que versam sobre Bellegarde, o de Luis César Castrillon Mendes é um dos que mais aprofundam na história da vida e a obra do autor luso-brasileiro, buscando “analisar a primeira tentativa de se estabelecer uma narrativa didática para a jovem nação brasileira” (2016, p. 134), num recorte temporal entre os anos de 1840 e 1850. Entretanto, o trabalho de Mendes não almeja realizar uma análise entre as versões dos resumos de Bellegarde e tampouco adentra no fato de a primeira edição ser apresentada como uma tradução de Denis, questões presentes em nossa abordagem.

Apesar da advertência presente na segunda edição, que garante que as obras são totalmente “diferentes”, ao analisar o conteúdo apresentamos evidências de que o autor não abandonou completamente a primeira edição. Pelo contrário, ele modificou conceitos pontuais, acrescentando palavras e frases, mas não alterou a cronologia e tampouco as divisões temporais utilizadas na primeira edição. Muito embora advirta que teria abandonado toda a primeira versão, a análise do conteúdo possibilitou afirmar que tal fato não ocorreu. Foi possível identificar trechos extremamente idênticos à versão do viajante francês Denis, principalmente nas primeiras épocas.

A escolha dos manuais para essa análise justificativa-se pela autorização para uso no Colégio, que serviu como referência e parâmetro para outras instituições de ensino durante o período imperial (DORIA, 1997), sendo a segunda edição da obra adotada também por outras

escolas. A importância desta instituição, e consequentemente dos resumos utilizados nela, é mencionada na tese de Vera Lúcia Cabana de Queiroz Andrade e por Arlette Medeiros Gasparello, que apresentam de forma contundente em suas pesquisas a influência exercida pela instituição.

Para essa análise consideramos que os livros didáticos exercem influência sobre a juventude, uma das formas em que se verifica a força desta influência é na preocupação de diversos países, que através do poder político e das instituições educacionais regulamentam a escolha destes materiais (CHOPPIN, 2002, p. 211). Nesse sentido, o processo de escolha e a autorização pelo Colégio dos resumos de Bellegarde são semelhantes a circunstância mencionada por Choppin, pois indicam a versão selecionada para o projeto de educar a nação, levando em consideração o recorte temporal no qual estava inserido.

Os estudos que se debruçam sobre os livros e manuais didáticos, em nosso país, avançaram consideravelmente nas últimas décadas (MUNAKATA, 2012), entretanto, mesmo diante de avanço, não cessou a necessidade de um maior aprofundamento acerca destes. No que diz respeito às pesquisas sobre essa temática, desde os anos 90 ocorreu no Brasil um aumento significativo neste campo (MUNAKATA, 2012, p. 181), sendo a tese defendida por Circe Bittencourt (1993) um exemplo de pesquisa que contribuiu para a consolidação de estudos com esse objeto. Além do crescimento de trabalhos publicados, também ascenderam os eventos sobre essa temática, que na primeira década do século XXI alcançou “a surpreendente cifra de cerca de 800 trabalhos sobre o livro didático produzidos” (MUNAKATA, 2012, p. 181). Isso contribui para enxergarmos a pertinência em pesquisas que versam sobre livros e manuais.

É evidente, portanto, que houve um crescimento no interesse acadêmico das mais distintas áreas sobre os livros utilizados nas escolas. Porém, este aumento não ocorreu de forma proporcional com relação ao recorte temporal proposto nesta pesquisa, esse estabelecido entre as datas de publicação de Henrique Bellegarde: 1831 e 1834. Cabe mencionar que este período foi nitidamente marcado pela institucionalização de um sistema de ensino em um contexto após a Independência do Brasil, ou seja, um período em que havia debates acerca do projeto de nação independente.

Com o intuito de perfazer as diversas fases das vidas dos autores dos resumos analisados, a presente pesquisa fez uso das noções estabelecidas pela História dos Intelectuais, fazendo uso das contribuições de Jean-François Sirinelli. Esse estabelece três dimensões para análise de um autor: itinerários de formação, as relações familiares e as redes de pertencimento dos autores. A pesquisa em questão apresentou tais noções, tanto relacionadas autor luso-brasileiro quanto ao autor francês. Por meio de uma análise detalhada das circunstâncias que

contribuíram para a constituição dos intelectuais ao longo das distintas fases da vida, em que evitamos projetar nas diferentes fases uma representação final, buscamos “pelo contrário, a atenção às escolhas, às decisões, às formas de inserção, aos embates que atravessa a vida de um intelectual deve dirigir a pesquisa” (ALVES, 2012, p. 116).

São diversos e distintos os fatores que influenciam para a constituição de um autor, que acabam influenciando em seu processo de escrita. Por isso foi necessário compreender os diversos momentos vivenciados pelos autores, Henrique Bellegarde e Ferdinand Denis, considerando que se trata de uma constituição ao longo da vida, diante de situações adversas, caminhos e que podem exercer influência posteriormente. Assim, esquadrimos as informações pertinentes para suas formações enquanto intelectuais como as profissões de seus pais, as instituições educacionais que frequentaram e os cargos que ocuparam ao longo da vida.

Para a análise das obras em questão, utilizamos as noções elaboradas por Roger Chartier (1991) acerca da relação de autoria e da cultura impressa. A mobilização desse autor nos auxiliou no desenvolvimento da compreensão do papel importante desempenhado pelos livros e manuais didáticos, ou seja, sobre a cultura material e impressa da realidade educacional, que não somente escolar. Segundo ele, “compreender, a partir das mutações no modo de exercício de poder, geradores de formações sociais inéditas, tanto as transformações das estruturas da personalidade quanto as das instituições e das regras que governam a produção das obras e organização das práticas.” (CHARTIER, 1991, p. 188). Tais noções contribuíram para o desenvolvimento e para a análise das publicações.

Esta pesquisa identifica as mudanças e as diferenças entre as duas versões brasileiras dos resumos em conjunto com a versão francesa. Através desta análise comparativa foi possível perceber até que ponto as edições de Bellegarde foram traduções, compilações e/ou escritos originais. Apesar de pontuado pelo autor luso-brasileiro ainda na “primeira época” de suas publicações, que esta parte específica não possui relação com a versão francesa, a comparação entre as edições em português e em francês possibilitam afirmar que essa informação não corresponde com a realidade.

O presente trabalho analisa épocas e recortes específicos, por conta da grande quantidade de páginas dos resumos em questão, focaremos nossa análise em quatro recortes temáticos: as primeiras épocas e o Brasil antes da conquista, de Palmares aos negros de Palmares, a viagem da família real portuguesa e a Independência e o despertar do Império. Objetivamos apresentar tanto as diferenças entre as três edições dentro deste recorte temático, mas também as semelhanças, o que contribui para que possamos compreender as pretensões do autor luso-brasileiro com suas obras que foram recomendadas e adotadas no Colégio Pedro II.



## 2 AS PRIMEIRAS INICIATIVAS EDUCACIONAIS DO BRASIL INDEPENDENTE

Para que possamos compreender o período no qual estavam inseridas as publicações de Henrique Bellegarde, será essencial esclarecer sobre as iniciativas educacionais que antecedem as publicações analisadas. Com o intuito de abarcar o contexto do autor e seus resumos, será necessário dimensionar sobre a educação desse período, desta forma, cabe pontuar que as obras de Henrique Bellegarde e Ferdinand Denis foram idealizadas e publicadas num recorte temporal de extrema proximidade com um marco político-administrativo, no caso o processo de independência do nosso país.

Conforme Gondra e Schueler (2008, p. 09), de uma forma generalizada, é estabelecida na historiografia a adoção de marcos políticos-administrativos com o intuito de estabelecer parâmetros para pensar a sociedade. Nesta divisão, a história do nosso país teria três grandes divisões: Colônia (1500-1822), Império (1822-1889) e República (1889 aos dias atuais). Assim, utilizamos, no presente trabalho, os marcos convencionalmente admitidos acerca da História do Brasil, considerando que a produção dos resumos aqui analisados encontra-se inserida no período Imperial. Nesse sentido, fazemos uso dessa periodização, mas com a ressalva da compreensão de que as iniciativas educacionais não são totalmente explicadas através desses marcos cronológicos (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 10).

Para pensar sobre os projetos de educação no período colonial, que até certa medida influenciou as iniciativas educacionais durante o Império, contexto em que os livros que analisamos foram produzidos, faz-se necessário “considerar a análise das questões da presença dos jesuítas na América portuguesa e da política mais sistemática implementada pela administração pombalina, na segunda metade do século XVIII” (FONSECA, 2009, p. 117). Tal análise contribui para que não se isole os projetos educacionais do período imperial, observando as continuidades. Partindo deste fato, é importante considerar que o ensino público foi engendrado, no Brasil, em meados do século XVIII.

Sobre as iniciativas educacionais no período colonial, é necessário ir além das instituições de ensino, visto que “a educação no ambiente familiar, profissional, religioso, público ou privado ocorria cotidianamente e era compreendida por muitos como educação” (FONSECA, 2014, p. 38). Nesse sentido, analisar o ensino no período colonial é algo que ultrapassa as normas, regras e legislações vigentes devido à concepção ampla de educação:

E, ainda, desvincular, quando necessário, educação de escola ou de escolarização, para uma época em que as formas assumidas por elas estavam em muito distantes daquelas que veríamos se desenvolver a partir de meados do século XIX. Essa proposta analítica também aponta para a presença das concepções educacionais correntes em diferentes instâncias institucionais, como o Estado e a Igreja, e nem

sempre atreladas a discussões sobre educação institucionalizada, sobretudo a escolar. É o que indica o discurso, bem como as propostas e as ações das autoridades administrativas no esforço de estabelecer, na América, o estado de ordem social e de obediência e fidelidade à monarquia portuguesa. (FONSECA, 2016, n.p.).

Cabe pontuar que até as reformas propostas e implementadas pelo Marquês de Pombal, as iniciativas educacionais estavam ligadas aos padres jesuítas, foi a partir das reformas pombalinas que foram colocadas em prática as “aulas régias”, especificamente a partir do ano de 1759 que os jesuítas, que até então tinham forte participação no processo de catequização e alfabetização dos povos na América portuguesa, perdem espaço (VILLALTA, 2002). Nesse ano, de acordo com a implementação das reformas pombalinas, o governo passou a se ocupar da função de organizar o sistema de ensino na colônia.

Diante dessa realidade, é necessário levar em consideração como reformas por parte das autoridades afetaram a educação e suas múltiplas compreensões no período colonial. Assim sendo, como explana Boto (2011), foi por meio do Marquês de Pombal e das reformas pombalinas implementadas que ocorreu a concepção das “aulas régias”. No período setecentista, o então Ministro estruturou um sistema de ensino diferenciado daquele vigente, o que impactou na colônia portuguesa na América, e essa mudança representou, segundo a autora, uma política de Estado.

Mesmo diante da organização de um sistema de ensino por meio das “aulas régias”, a instrução de grande parte da população ocorreu de formas distintas, cabe aqui dimensionar que a educação informal aconteceu significativamente no período em questão. É perceptível que, apesar das mudanças propostas e implementadas na segunda metade do século XVIII através das reformas pombalinas, não almejavam solucionar questões exclusivamente da América. Diante das formas distintas de acesso a ambientes que possibilitassem uma educação não necessariamente formal e institucional, independentemente da exclusão do espaço escolar, parcela dessas populações integraram alguma forma de processo educativo e de muitas maneiras soube dele se apropriar.

Cabe mencionar que “entre a reforma do Marquês de Pombal e a independência do Brasil (1822), ocorreram poucas mudanças para a difusão da escola elementar. Estas se fizeram principalmente em 1808, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, em fuga das tropas napoleônicas.” (VEIGA, 2019, p. 61). No que diz respeito às reformas de Pombal, foi a partir destas que:

Foram criadas as aulas régias de primeiras letras, gramática latina, grego e retórica, e instituída a “carreira” do magistério régio nos quadros da administração estatal. Definiram-se salários, formas de ingresso no magistério régio e mecanismos de controle do trabalho dos professores. Outras iniciativas ocorreram com a criação da Aula de Comércio (1759) e do Real Colégio dos Nobres (1761), além da reforma da

Universidade de Coimbra (1771-1772), todas elas visando à formação mais moderna e eficaz dos segmentos sociais responsáveis pelo governo e pela economia de Portugal e seus domínios. (FONSECA, 2016, n.p.).

O fim do período de colonização e início do período imperial ficou marcado por constantes debates no que diz respeito à pretensão de uma institucionalização da educação escolar a ser adotada pela nação recém independente e, para Veiga (2019, p. 259), “[...] acontecimentos como constituição, escravidão e educação para todos integraram a elaboração da ideia de cidadania no século XIX”. Nos debates, é perceptível que a educação escolar era tida por muitos como uma pré-condição para a efetivação do Estado-nação e, neste sentido, “a intitucionalização da escola pública elementar se apresentou como condição de renovação social” (VEIGA, 2019, p. 259), porém este processo não foi tão simples, sendo marcado por resultados aquém do pretendido.

A instrução pública e a institucionalização da educação escolar começaram a ocupar espaço demasiadamente importante nos debates dos dirigentes do período imperial. Cabe pontuar que, para Gondra e Schueler (2008, p. 12), “a invenção do Brasil e a invenção da escola constituem faces de uma mesma moeda, ou seja, integram o conjunto de ações articuladas no processo de formação do Estado imperial”. Apesar das mudanças legais que ocorreram no que diz respeito à instrução da população com a Constituição de 1824, o processo de implementação de instituições foi tenso e lento.

O panorama descrito não foi de imediato alterado, e os debates que ocorreram sobre como se daria a educação escolar buscavam, essencialmente, estabelecer as regras sobre a instrução e educação dos jovens da nação agora independente. Como pontua a Veiga (2008), é com a Constituição de 1824 que vem a origem da implementação da escola pública para todo cidadão brasileiro. Tal fato é resultado de um crescente apelo para uma necessidade de instruir e civilizar o povo, levando em consideração o pouco tempo de independência política, apesar das iniciativas já pontuadas durante o processo de colonização.

Apesar da ingerência estatal na organização da instrução e do pagamento de professores ter ocorrido no período colonial, somente com a independência de Portugal, em 1822, os debates relativos à necessidade da educação escolar pública, passaram a fazer sentido como integrantes da organização do Estado e da produção do cidadão. (VEIGA, 2019, p. 259).

No que tange ao processo de institucionalização educacional após o processo de independência, é importante pontuar a criação de instituições importantes, sendo exemplos: as Escolas de Medicina de Salvador e do Rio de Janeiro, em 1823 e 1832, a criação das Faculdades de Direito de Olinda e de São Paulo, em 1827, sendo que no mesmo ano ocorreu a fundação da Academia Imperial de Belas Artes. Foi na primeira metade do século XIX que também ocorreu

a fundação da Escola Normal de Niterói, em 1835. Dois anos depois, a fundação do CPII, instituição que autorizou o uso de um dos resumos de Henrique Bellegarde, que é analisado nesta pesquisa.

## **2.1 A Independência, a Constituição de 1824 e a transformação da legislação educacional**

Analisar a legislação educacional contribui para uma compreensão – em partes, e não como um todo – do que estava em debate no período aqui abordado.<sup>3</sup> Nesse sentido, a outorga da Constituição de 1824 inaugurou o panorama da legislação educacional e evidenciou, de certa forma, indícios da cobrança e da preocupação em se instruir a população, ou os “cidadãos” da nação: “[...] no período imperial e, com a República, a difusão da instrução pública elementar se apresenta como condição mesmo de realização de uma nação. Portanto, a instrução elementar gratuita foi estabelecida como direito do cidadão, tal qual rege a Constituição de 1824” (VEIGA, 2009, p. 71).

A outorga da Constituição de 1824 foi parte do processo de consolidação da independência, de modo que a análise dessa conjuntura possibilita identificar as questões complexas na quais estavam inseridos Bellegarde e seus resumos. Foi ao longo do século XIX, com a produção e escrita de uma História nacional brasileira, que apareceram diferentes versões sobre a História da jovem nação. Nesse período, um dos historiadores representantes de uma corrente de escrita ligada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), o maior expoente de uma produção com a perspectiva de que o processo foi absolutamente positivo foi Francisco Adolfo Varnhagen e o seu *História Geral do Brasil* (1854), visto por muitos como “o verdadeiro fundador da história do Brasil” (DIEHL, 1998). Posteriormente, o autor lançaria um livro específico sobre a temática do processo emancipatório, como complemento ao primeiro.

No século XX, período este marcado por uma profissionalização da pesquisa e da escrita histórica por meio da consolidação da área dentro das universidades, o trabalho de Caio Prado Júnior, *Evolução política do Brasil* (1933), apresenta o processo de emancipação política como uma renovação, muito próximo de uma revolução. Enquanto que numa segunda obra, *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), o autor é mais crítico aos resultados desse processo. Cabe pontuar que a escrita de Prado Júnior já estava mais vinculada a instituições de

---

<sup>3</sup> No que diz respeito a estudos sobre como a legislação educacional pode contribuir para compreender os debates e questões do período abordado, a leitura de Faria Filho (1998, p. 89-125) e Castanha (2011, p. 309-331) auxiliam para consolidar a noção de que a legislação não explica o todo, mas partes.

ensino superior, com maior rigor teórico.

Ainda no século XX, outro autor que impactou a historiografia e escreveu sobre o processo de independência foi Sérgio Buarque de Holanda. Na obra *História Geral da Civilização Brasileira* (1960), ele apresentou a Independência como uma das partes de um processo mais amplo, não como algo isolado, mas dentro de uma conjuntura. Desse modo, o autor não identifica práticas “revolucionárias”, mas somente um processo de emancipação.

Além dos historiadores mencionados, outros buscaram aprofundar seus estudos no que diz respeito a esse marco político-administrativo, evidenciando o quão complexo é o período em questão. Não podemos deixar de mencionar José Honório Rodrigues que, em *Independência: revolução e contra-revolução* (1975), obra extensa e com vasta documentação, buscou apresentar distintos pontos do processo que culminou na ruptura política entre os dois países. Cabe salientar que, Rodrigues aponta o processo como uma verdadeira batalha pela libertação da jovem nação, próximo de uma luta, assim seria D. Pedro I um mero codjuvante nesse processo.

Fernando Novais é outro historiador que em uma de suas principais obras, *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)* (1979), apesar de não analisar a Independência em si, contribuiu para interpretações sobre a ruptura com a metrópole. Cabe mencionar que autores como Valdeci Lopes de Araújo (2008), João Paulo G. Pimenta (2009; 2014) e Luiz Carlos Villalta (2000; 2016), dentre outros que se dedicaram a estudar e compreender o processo de independência do Brasil, contribuíram de forma significativa para a “atualização” de um tema que aos olhos de hoje pode ser visto como “clássico” na historiografia do nosso país.

No que diz respeito à noção com a qual trabalhamos e mais nos identificamos, é importante ressaltar que o processo de independência foi um movimento que ultrapassa um “grande acordo”. Isso porque exigiu que D. Pedro I negociasse com as províncias, impondo ao imperador um certo “jogo de cintura” para conseguir apoio de lideranças regionais. Esse processo fora marcado por características que romperam e outras que podem ser vistas como continuidades no âmbito político-administrativo (VILLALTA, 2016, p. 229-235), e é com essa noção que trabalhamos.

Ao atentar para esse marco político-administrativo é possível e necessário identificar quais foram as características rompidas e as que continuaram após a independência. Se o absolutismo, a sociedade estamental, o poderio desmesurado dos clérigos e da Igreja, o monopólio comercial e a sujeição a Lisboa podem ser considerados rompimentos, é preciso considerar que a escravidão é uma importante continuidade. No que tange as características do

período imperial, que influenciaram de forma significativa na organização da sociedade em questão, cabe salientar que:

Durante quase todo o século XIX, duas características foram peculiares na organização da sociedade brasileira - a fixação de uma monarquia constitucional entre 1822 e 1889 e a permanência da escravidão até 1888. Ainda que possa parecer paradoxal, integraram esses acontecimentos o desenvolvimento da ideia de cidadão de direitos e deveres e as ações direcionadas à popularização da escola e ao acesso aos saberes elementares. (VEIGA, 2019, p. 259).

Após o processo de independência, e anterior ao ato de outorga da Constituição, a primeira do nosso país, ocorreram debates constituintes na assembleia em 1823, que traziam intensas e constantes disputas sobre como deveria ser organizado o sistema educacional do Império. Veiga aponta que os debates sobre constituição, escravidão e educação fizeram parte não só do contexto do Brasil no século XIX, mas também de outras nações que vivenciavam o processo de formação do “estado-nação”.

Cabe mencionar que com a outorga da Constituição de 1824, a instrução primária e gratuita passou a ser um direito de todos os cidadãos, deste modo os escravos encontravam-se excluídos da instrução pública (VEIGA, 2019, p. 261). É importante pontuar que o tema era presente constantemente nos debates políticos, pois a instrução tinha ainda diversos obstáculos até chegar a grande parte da população. Além disso, o debate levava em consideração a quem caberia a obrigação de instruir os jovens da nação. Outorgada a Constituição por Pedro I, fica estabelecido, em seu Artigo 179:

Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte:

[...]

XXXII. A Instrução primária, e gratuita a todos os Cidadãos.

XXXIII. Colégios e Universities, onde serão ensinados os elementos das Ciências, Belas Artes e Artes. (BRASIL, 1824)

Diante do fato da Constituição garantir a instrução primária como um direito de todos os cidadãos e de forma gratuita, caberia ao governo central implementar esta difícil missão. Faz-se necessário aqui ponderar que, na prática, essa implementação teve resultados que ficaram aquém do pretendido (VEIGA, 2019; CARDOSO, 2003). O constante debate sobre a instrução fazia parte do contexto de criação de um Estado Nacional, pois, neste cenário, educar a população era essencial para construir e consolidar o ideal de nação e, consequentemente, uma identidade nacional. No Parlamento, já em 1827, as discussões voltaram com demasiada força, demonstrando uma preocupação latente quanto à forma e às bases em que deveria estar a educação.

Era nessa perspectiva que se fundamentava a preocupação em relação à instrução da

população, de modo que a disciplina de História consistia num dos mecanismos utilizados na construção do ideal de nação (SANTOS, 2011). Apesar das dificuldades em implementar um sistema de ensino que, em números, alcançasse parte considerável da população, o período oitocentista não deve ser visto como um momento de atraso ou como vazio no que diz respeito à instrução e à educação de parte da população no Império. O século XIX, no que se refere à educação, foi um período surpreendente e rico, como bem explicitam Gondra e Schueler (2008) e Veiga (2007; 2008; 2019).

Não há como negar a função exercida pela educação no projeto de nação e Estado (FONSECA, 2016) no processo de “invenção” do Brasil. Além da atuação do Estado para o desenvolvimento da educação no período imperial, não podemos negligenciar o papel exercido pelas demandas da população, pois, “embora todos os cidadãos pudessem ter acesso a um professor público, em geral a escola pública não era frequentada pelos filhos das camadas mais abastadas da sociedade” (VEIGA, 2019, p. 261). Compreender o público da escola pública no contexto da produção dos manuais que serão aqui analisados é crucial para uma compreensão mais ampla sobre o período em questão.

Em uma sociedade altamente marcada pela diversidade, em virtude das distintas culturas regionais e locais, ocorria uma disputa pelo acesso às escolas e à instrução de forma latente (GONDRA; SCHUELER, 2008). Porém, é necessário salientar que os filhos das famílias abastadas frequentavam, em sua maioria, colégios e faziam uso da educação doméstica com professores particulares. Muitos documentos contribuem para compreender essa afirmação, pois “os diferentes registros documentais nos dão indicadores de que a escola pública primária do Império foi frequentada, ainda que de maneira totalmente difusa e irregular, pelas camadas mais pobres da população, incluindo crianças negras e mestiças” (VEIGA, 2019, p. 262).

A Lei de 15 outubro de 1827, que foi de suma importância para o estabelecimento das instituições de ensino no período imperial, buscava estabelecer sobre a criação de escolas de primeiras letras. Trata-se de um lei geral para todas as vinte províncias do Império, e que dentre seus artigos fixou vencimentos para os professores, instalação do ensino mútuo, fornecimento de prédios e habilitação dos professores. Dentre seus artigos, estava prescrito que:

Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império.

[...]

Art. 1º Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias.

Art. 2º Os Presidentes das províncias, em Conselho e com audiência das respectivas Câmaras, enquanto não tiverem exercício os Conselhos Gerais, marcarão o número e localidades das escolas, podendo extinguir as que existem em lugares pouco populosos e remover os professores delas para as que se criarem, onde mais aproveitem, dando conta a Assembleia Geral para aprovação. (BRASIL, 1827).

A Lei de 1827 era composta por 17 artigos que objetivavam estabelecer as regras sobre a organização do sistema de educação, o que evidencia como instruir e educar a população eram vistas como ações necessárias naquele momento (ARAÚJO, 2009). Essa lei aprovada foi resultado da apresentação do projeto pela Comissão de Educação da Câmara, que buscava estabelecer escolas primárias em todas as cidades, vilas e lugares “mais populosos” e foi motivo de intensos debates entre grupos políticos que tinham visões divergentes sobre como deveria se estabelecer o sistema educacional no Império.

Celebrada por vezes como a legislação que oficializou a escolarização primária pública para meninos e meninas no Brasil, a Lei de 15 de outubro de 1827 tinha também seus problemas. Faz-se necessário pontuar que os demais poderes tinham liberdade para intervir na criação destas escolas, ou seja, passava pelo poder municipal, pelo provincial e finalizava no central, que em última instância detinha poder para aprovação ou não da criação do estabelecimento (ARAÚJO, 2009). Havia ainda a possibilidade de extinção de escolas que já estavam estabelecidas em lugares que Assembleia Geral acreditasse não serem populosos o suficiente.

Entre os artigos da Lei, estavam as regras que estabeleciam o que deveria ser ensinado, como deveriam ser os ordenados dos professores e onde deveriam ser estabelecidas as instituições de ensino. Os artigos tinham uma preocupação com diversos fatores que, de fato, influenciariam o processo de implementação de um sistema nacional de educação. No entanto, na prática, a lei se mostrou ineficiente e de difícil implementação. Como aponta Veiga, a instalação e a massificação desse tipo de sistema foram lentas e:

Em 12 de outubro de 1827 sancionou-se uma importante lei geral para todas as vinte províncias do Império. Essa lei fixou o vencimento anual dos professores entre 200\$000 e 500\$000, de acordo com as condições de cada província. Esse fato é interessante na medida em que possibilitava aos professores participação política, pois essa renda lhes permitia serem eleitores e até cidadãos elegíveis. A mesma lei prescreveu outras providências, tais como: instalação do ensino mútuo nas capitais das províncias e nas cidades e vilas mais populosas; fornecimento de prédios e materiais escolares com renda da fazenda pública; habilitação dos professores em escolas normais. (VEIGA, 2019, p. 262).

O local de instalação das escolas, bem como o formato dos edifícios, também eram fatores que estavam presentes na Lei. Percebe-se como instrução e educação eram relevantes, haja vista a riqueza de detalhes inseridos nos artigos da lei que foi promulgada ainda no Império recém independente. Analisar a legislação desse período contribui para compreender a preocupação por parte do autor dos resumos, objetos desta pesquisa. A Lei acima citada foi ainda responsável por estabelecer as disciplinas da escola elementar: ler, escrever, as quatro operações aritméticas, números decimais, noções gerais de geometria, gramática da língua



nacional, moral cristã e doutrina católica. Porém, é necessário pontuar que parte significativa das escolas possuíam o intuito de ensinar apenas: ler, escrever e contar (VEIGA, 2019, p. 262).

Ao longo de todo o século, essa questão esteve presente nos debates políticos e também foi alvo de mudanças legais com o intuito de aprimorar as práticas em vigência. Apesar das importantes transformações no que diz respeito à organização administrativa e legislativa da instrução e da educação ao longo século XIX, sobretudo em sua primeira metade, ela permaneceu ainda limitada para parte da população, mesmo diante de tantas transformações e tentativas de mudanças em relação à responsabilidade sobre as escolas primárias e secundárias.

Para Veiga (2019), no século XIX havia um pensamento unificador, entre gestores do ensino e das elites políticas, de que o povo precisava de escola. Mesmo com as mudanças legislativas, isso não simbolizou de forma concreta a massificação da escola pública. Embora a multiplicação da escola pública tenha se tornado popular, visto que as camadas sociais mais pobres poderiam ocupá-las, a quantidade de instituições ainda era insuficiente para a população nesse período. A legislação aprovada em 1827 era rica em detalhes e buscava, de certa forma, definir os papéis ocupados no processo de implementação das escolas de primeiras letras. Na prática, isso acabou não acontecendo por conta de diversas dificuldades. Sendo assim, o Ato de 1834 tentou substituir e estancar os obstáculos encarados pela legislação aprovada ainda no período em que Pedro I governou o Império. A aprovação do Ato tinha como intuito passar a responsabilidade das escolas primárias e secundárias para as províncias, uma forma de descentralização, dessa forma o Estado Central se desincumbia da educação elementar.

O Ato Adicional de 1834, que não continha questões referentes apenas ao campo educacional, mas também ao administrativo, foi uma medida legislativa tomada no período regencial quando o imperador já tinha deixado o poder e tinha como pretensão alterar a Constituição de 1824. Essa mudança ocorreu no período regencial, marcado por disputas e revoltas em diversas províncias (MATTOS, 2004). Através deste Ato ocorreu a delegação de poderes às câmaras e às províncias e a criação de assembleias legislativas provinciais, que detinham poder de organizar vários setores da administração. Por isso esse Ato é tido por grande parte dos historiadores como uma tentativa de descentralizar o poder.

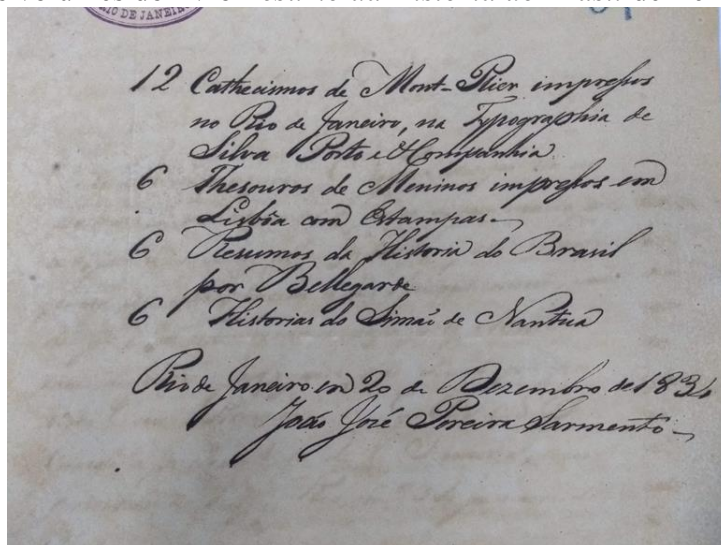
No que tange à educação, para Veiga (2009, p. 186) foi a partir deste Ato adicional que “a organização, a administração e o custeio do ensino secundário público passaram à responsabilidade das províncias”. Sobre a implementação de um sistema educacional, buscou-se repassar para as províncias essa responsabilidade, e “com a publicação do Ato Adicional à Constituição em 1834, a normalização da instrução pública elementar foi descentralizada para cada província” (VEIGA, 2019, p. 263).

Nesse sentido, pode-se ver este Ato como um fator preponderante no debate sobre a centralização e a descentralização do campo educacional no período imperial, questão que também esteve presente nos debates Constituintes de 1823. A importância do referido dispositivo é poder ser visto como “fator determinante na definição das políticas de instrução pública elementar, pois cada província, a partir de então, tinha autonomia para se organizar ao seu modo” (CASTANHA, 2006, p. 171).

O Ato de 1834 e as discussões que estavam em voga acerca das formas de organização da instrução, não por coincidência, ocorreram conjuntamente com a decisão de Henrique Bellegarde em publicar uma segunda edição do resumo, três anos após a publicação da primeira edição. Nas primeiras páginas da versão de 1834, está inserida a informação de que aquela edição se tratava de uma “obra adotada pelo governo para uso nas escolas” (BELLEGARDE, 1834, p. 03), o que chama a atenção e a diferencia da primeira edição. Isso contribui para compreender que as publicações estavam em consonância com os debates e mudanças da sociedade imperial.

Dessa forma, antes mesmo da autorização para seu uso no CPIL, o resumo já era usado em escolas diante da autorização do governo. Tal fato torna-se evidente a partir de ter localizado o pedido de um professor da província do Rio de Janeiro, João José Pereira Sarmiento, que reivindicava ao governo seis exemplares do Resumo, em data anterior à adoção no Colégio. Conforme mostrará a Figura 1, esse pedido não reivindicava apenas a obra de Bellegarde, mas também outras publicações: Catecismo de Montpellier, Tesouros de Meninos de Pedro Blanghard e História de Simão de Nantua.

Figura 1 – Requerimento reivindicando sala apropriada para as aulas de Primeiras Letras e seis volumes do livro *Resumo da História do Brasil* de Bellegarde



Fonte: SARMENTO, 1834, Biblioteca Nacional<sup>4</sup>.

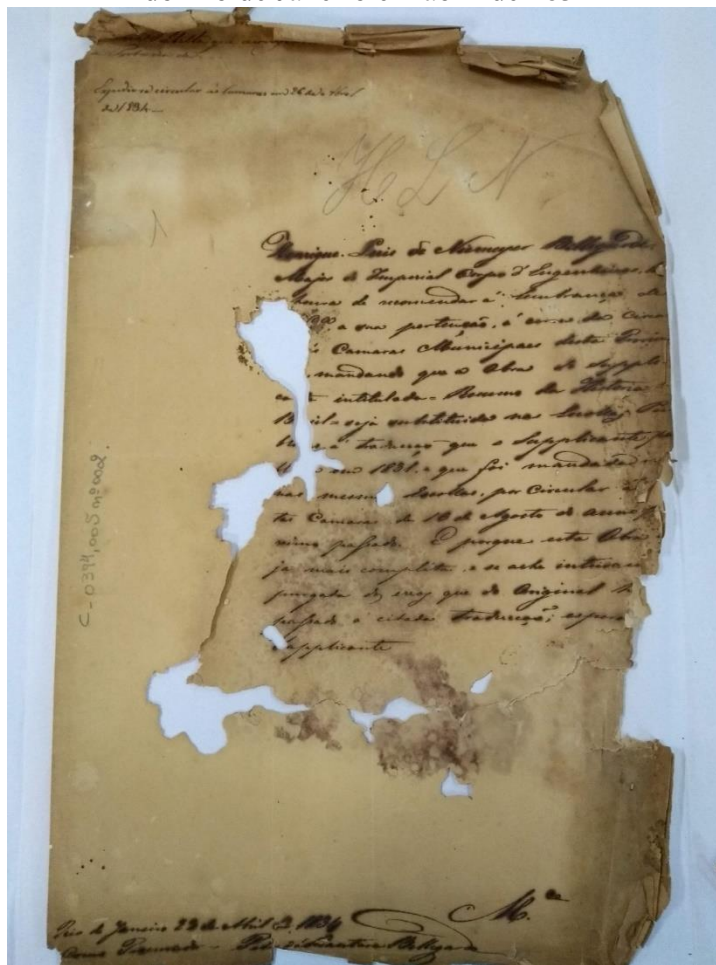
Ainda na segunda edição, o autor demonstra que sua obra estava ligada aos debates que ocorriam acerca da educação no Império, quando ele menciona que esta fora “aprovada pela circular às Câmaras Municipais de 25 de abril de 1834” (SARMENTO, 1834, p. 03). A respeito de tal circular, em consulta ao setor de manuscritos na Biblioteca Nacional, foi possível localizar um requerimento para que sua obra fosse adotada nas escolas, datado de 23 de abril de 1834. Em 26 de abril do mesmo ano, o requerimento foi encaminhado como Circular, recomendando o uso da obra (Figura 2).

O requerimento para a adoção do resumo nas escolas foi assinado por Pedro de Alcântara Bellegarde<sup>5</sup>, irmão de Henrique e que ocupou diversos cargos no período imperial, além de ter escrito manuais, assim como o irmão, porém para outras disciplinas escolares. Tais manuscritos nos auxiliam a compreender que o uso dos resumos em escolas data de período anterior a sua autorização para uso no CPIL. Além disso, indicam que a família Bellegarde tinha certa influência nas questões políticas e possuía aprovação da Câmara Municipal para circulação do resumo, num período em que esta possuía poder sobre a normalização da instrução pública.

<sup>4</sup> SARMENTO, João José Pereira. **Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando sala apropriada para aulas de Primeiras Letras e seis volumes do livro *Resumo da História do Brasil* de Bellegarde.** [S.l.: s.n.], 1834. Biblioteca Nacional, 1 doc., Orig. Localização: Manuscritos - C-0505,011 nº005.

<sup>5</sup> Pedro de Alcântara Bellegarde – nasceu na Nau do Príncipe Real, em 13 de dezembro de 1807, foi militar, educador, astrônomo e engenheiro. Foi batizado no Rio de Janeiro, em 04 de agosto de 1808, tendo como padrinho D. Pedro de Alcântara, então príncipe da Beira. Ocupou distintos cargos importantes no período imperial, como o de Ministro da Guerra e Ministro da Marinha, este último de forma interina. Faleceu no Rio de Janeiro em 12 de fevereiro de 1864.

Figura 2 – Circular recomendando o uso da obra de Henrique L. N. Bellegarde na província do Rio de Janeiro em abril de 1834



Fonte: BELLEGARDE, 1831-1834, Biblioteca Nacional<sup>6</sup>.

## 2.2. Mais que um gênero: o papel dos resumos e manuais na educação do Brasil Imperial

O interesse dos historiadores por pesquisas sobre manuais surge a partir dos anos 1960, sendo estes a primeira comunidade científica a se interessar pelo gênero (CHOPPIN, 2009, p. 12). Cabe pontuar que esse objeto nem sempre foi amplamente pesquisado pelos historiadores da educação, como bem explanado por Choppin (2002, p. 08). No que diz respeito aos estudos de manuais, até o início do século XXI o interesse por manuais de outros períodos e pela história por trás destas publicações era pequeno. Tal desinteresse, segundo o autor, ocorria em virtude de dificuldades para acessar às obras e por conta de muitas coleções não serem acessíveis de forma completa, o que era visto como um complicador para o desenvolvimento de pesquisas e

<sup>6</sup> BELLEGARDE, Henrique Luis de Niemeyer. **Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando que seja sua obra "Resumo da História do Brasil" adotada nas escolas; solicita que lhe seja paga a quantia devida pelo projeto do Canal do Guandu.** [S.l.: s.n.], 1831-1834. Biblioteca Nacional, 4 doc., Orig. Localização: Manuscritos - C-0394,005 n°002.

estudos. Alguns dos obstáculos enfrentados foram a grande dispersão das obras e a conservação, que nem sempre ocorria de forma segura.

A partir dos anos 1980 ocorreu um aumento do interesse em compreender as histórias de produção desses resumos, mas, como apontado por Choppin (2009), ainda existiam muitas obras inacessíveis e desconhecidas até o início do século XXI. As transformações no formato dos resumos ao longo dos séculos também foram obstáculos que interferiram na produção de pesquisas sobre o material utilizado pelos sistemas de ensino<sup>7</sup>. Nesse sentido, o período no qual foram produzidos os resumos de Henrique Bellegarde, segundo Bianchini:

Se o processo de especialização do livro de instrução como sua evolução em direção ao manual, durante o século XIX, aparece claramente tanto na definição do conteúdo das obras, que apresentam às vezes formas extremamente diversas de acordo com as matérias que abordam e o nível dos alunos aos quais se destinam, quanto na profissionalização daqueles que os produzem – editores e autores –, tais transformações tiveram também reflexo na definição dos leitores. (2000, p.179 apud CHOPPIN, 2009, p. 37).

Um dos principais pontos que deve ser levado em consideração é que, nos distintos períodos históricos e localizações geográficas, os livros, cuja finalidade era a utilização em instituições educacionais, receberam terminologias diferentes. Isso significa que ocorreram mudanças quanto ao léxico e que existiram nomenclaturas múltiplas para tratar de materiais com objetivos semelhantes. Estas transformações na terminologia são observadas nos livros que auxiliavam os estudos, aqueles utilizados em sala de aula, seja pelo professor ou pelo aluno. É importante ressaltar, assim como os livros aqui analisados não fugiram, que:

[...] o manual, sob suas diversas denominações, é progressivamente um objeto planetário: ele se impôs no mundo, pelo viés da evangelização e da colonização, métodos de ensino inspirados no modelo ocidental. O “manual” é, portanto, frequentemente designado por termos que são a transcrição, a tradução ou a transposição das designações as mais comumente utilizados nos países desenvolvidos. (CHOPPIN, 2002, p. 08).

Os termos geralmente utilizados são nomenclaturas que buscam transcrever ou traduzir outros já empregados em outros países. No Brasil, isso não foi diferente. No caso específico dos resumos aqui analisados, isso também ocorreu, não fugindo à regra, sendo que a primeira edição se apresentava como uma tradução de uma versão francesa e o nome foi, de fato, uma tradução, visto que a obra francesa foi intitulada de *Resumé de l'histoire du Brésil* e as versões de Bellegarde receberam o nome de *Resumo da História do Brasil*.

---

<sup>7</sup> Muitos países não tiveram uma política de conservação e depósito legal das obras com uso didático. Porém, o caso da França é diferente e desde 1543 ocorre o depósito legal das obras. Maiores informações sobre políticas de conservação e depósito legal, ver: CHOPPIN, 2002, p. 08-09.

O período da publicação dos resumos é marcado por conflitos e embates políticos por conta das distintas visões acerca da consolidação e constituição desse Estado nação (MATTOS, 2004). Dois grupos políticos ficaram especificamente mais conhecidos e marcados por conta de suas perspectivas quanto às formas e práticas educacionais que deveriam ser implementadas no Império. Essas questões políticas também influenciavam no processo de escrita dos manuais, bem como no processo de escolha para ser ou não adotado.

Essas distinções políticas foram responsáveis pelas mudanças que ocorreram no âmbito educacional, bem como pelas transformações na legislação, em especial no que diz respeito à outorga da Constituição de 1824, a Lei de 15 de outubro de 1827 e o Ato de 1834, que são legislações do período de produção dos manuais que analisamos. De forma bem sucinta, é possível dimensionar que estava um projeto educacional e pedagógico representado pelos “Liberais” e, do outro, tínhamos os “Conservadores”.<sup>8</sup> Esses embates tinham como intuito escolher qual caráter deveria ter o sistema de educação no período em questão. A escrita e publicação dos resumos de Bellegarde coincide com esse momento de crescente conflito entre os principais grupos políticos, conseqüentemente, isso respingaria nas decisões tomadas sobre o caráter da educação que o império adotaria. Não há como separar as escritas do autor do período no qual ele estava inserido:

No período que decorreu entre a Constituição de 1824 até o Ato Adicional de 1834, eclodiu, e ganhou forças uma luta crescente e constante que veio a se prolongar por muitos anos entre os Liberais, que viviam influenciados pelo pensamento político e pedagógico francês e defendiam uma educação pública de âmbito e aplicação nacional e os Conservadores, que advogavam um ensino restrito e especificamente direcionado as povoações urbanas. (COMISSÃO DE ATUALIZAÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA, 2013, p. 18).

Os manuais fizeram parte do movimento institucional de constituir um sistema educativo com características nacionais, cujo objetivo era uniformizar conteúdo e método (CHOPPIN, 2009, p. 25). Porém é preciso levar em consideração que a legislação no período de lançamento desses manuais buscava uma educação menos centralizada, como se observa no já mencionado Ato de 1834. Desse modo, mesmo que tenham auxiliados no desenvolvimento de uma educação para a nação, com a descentralização da política de educação, as províncias do Brasil adotaram legislações em tempos e modos diferenciados (VEIGA, 2019, p. 263).

Analisar os manuais escolares exige levar em consideração fatores não exigidos por outros tipos de obras impressas. Como bem apontado por Bittencourt (2004), é preciso

---

<sup>8</sup> Sobre os embates políticos durante o I Reinado e o Período Regencial, algumas leituras contribuíram para uma melhor compreensão do que estava em debate, para além das ideias pedagógicas e educacionais. É importante ressaltar que se trata de um período de constantes revoltas em diversas províncias, entre os autores utilizados, ver: ALENCASTRO, 1997; ARAÚJO, 2009; CARVALHO, 2013 e MATTOS, 2004.

reconhecer que, distintamente de outras publicações, os manuais possuem características únicas no que concerne a sua produção, circulação e uso. O fator autoria também é preponderante e, em pesquisas com manuais didáticos, acaba sendo algo que necessita ser levado em conta, visto que existem diferenças pertinentes entre fabricar um livro e o ato de escrever um texto (CHOPPIN, 2004).

No que diz respeito à análise que realizamos, cabe ressaltar que o autor foi considerado, visto que buscamos compreender os grupos nos quais estava inserido o engenheiro luso-brasileiro. Desse modo, consideramos parte da sociabilidade de Bellegarde os cargos ocupados por ele na administração pública, assim como os diversos nomes de colaboradores citados por ele na edição de 1831. Também é de suma importância considerar as instituições em que o autor estudou, tanto no Brasil quanto na Europa.

Dentre as influências que contribuíram para a escrita dos resumos, a principal trata-se do francês Ferdinand Denis, que é mencionado por Bellegarde na advertência de sua primeira edição. O engenheiro luso-brasileiro menciona que o conteúdo sobre a primeira época da História do Brasil foi elaborada com contribuições de “D. De Goes, Rocha Pita, Madre de Deus, Aires do Casal, Lery ou Southey” (1831, p. 07). A menção das contribuições mencionada por ele aparece posteriormente à nota sobre a edição ser uma “tradução” de Denis na primeira edição. Outra característica é que ao longo da obra, especificamente durante o primeiro capítulo nas duas edições, o autor recorre várias vezes aos autores citados.

No Brasil imperial, o uso de resumos escolares foi crescente com o desenvolver do século XIX, e o papel ocupado por esses materiais – que tinham o intuito de auxiliar para uma melhor compreensão por parte dos jovens da nação formalmente independente – foi importante na constituição do Estado brasileiro. Considera-se que “na experiência histórica brasileira, o projeto de pensar o passado para a construção do imaginário nacional efetivou-se no período posterior à nossa autonomia política” (GASPARELLO, 2015, p. 39), e é neste cenário que o autor dos resumos encontra-se inserido.

Nesse contexto, os resumos escolares ansiavam passar aos jovens ideias e ações que estimulassem o vínculo com a pátria. A produção de livros para serem utilizados nas escolas, no que diz respeito à história do Brasil, partiu do pressuposto de que conhecer essa história seria o princípio para estimular nos jovens compatriotas um amor ao país, que, até então, era visto como algo vago ou, por vezes, inexistente, já que, até 1822, o Brasil possui pouca autonomia em relação a Portugal (VILLALTA, 2016). Antes da criação da Imprensa Régia, com a transmigração da família real em 1808, é muito difícil falar sobre a publicação manuais escolares. Entretanto, apesar das rupturas causadas pelo estabelecimento da família real no

Brasil, foi através do processo de independência que ocorreram importantes mudanças no que concerne a produção e publicação com objetivos didáticos:

[...] inicia-se então uma produção de livros escolares de história do Brasil com o pressuposto de que o conhecimento da história do país seria o primeiro passo para estimular o amor à pátria. Portanto, as diversas formas de elaboração da imagem de nação podem ser percebidas nos limites de sua criação histórica nos livros didáticos. (GASPARELLO, 2015, p. 40).

Assim sendo, acerca do papel do livro didático, faz-se necessário pontuar que suas características “podem variar consideravelmente segundo o ambiente sociocultural, a época, as disciplinas, os níveis de ensino, os métodos e as formas de utilização” (CHOPPIN, 2004, p. 553). Os manuais que analisamos foram escritos no contexto referido. Dentre os objetivos da produção de Bellegarde e de outros autores do mesmo período, como José Inácio de Abreu e Lima,<sup>9</sup> estava colaborar de forma decisiva com a elaboração da imagem da nação, estimulando, através do resumo ou do compêndio, os jovens a aprenderem a história brasileira. Portanto, os manuais e livros de história do Brasil tiveram um papel importante para a constituição da ideia de nação.

Se os manuais contribuíram no processo de constituição do ideal de nação, o local em que esses eram difundidos deve ser levado em consideração. Em dezembro de 1837, o então Seminário de São Joaquim, localizado na capital do Império, foi convertido em Colégio, recebendo o nome do futuro imperador: Dom Pedro II (DORIA, 1997, p. 22). Os resumos estudados nesta dissertação foram publicados e produzidos antes da inauguração da principal instituição que o autorizou para uso, o Colégio Pedro II.

O Colégio foi criado com o intuito de servir como modelo de instrução secundária, sendo a primeira instituição escolar a usar desse termo, principalmente no Município da Corte, assim como nas demais províncias. Desse modo, serviu oficialmente como exemplo da educação idealizada nesse período e foi um importante ator do processo de construção do regime monárquico e do padrão de nação civilizada (ANDRADE, 1999, p. 18-25).

O papel desempenhado pelo Colégio na sociedade imperial é fundamental para compreender a instituição que deu espaço para a utilização do resumo de Bellegarde. Apesar de imagens e circulares (Figuras 1 e 2) evidenciarem que os resumos circulavam e eram pedidos por professores mesmo antes de sua utilização nessa instituição, pode-se dizer que a forte

---

<sup>9</sup> José Inácio de Abreu e Lima (Recife, Brasil, 1794 - 1865): foi militar, político, jornalista, escritor, e um dos generais de Simón Bolívar nos processos de Independências da América Espanhola. Escreveu o Compêndio da História do Brasil, que também foi autorizado para uso no CPII entre a década de 50 do século XIX, ou seja, foi o livro posterior ao Resumo de Henrique Bellegarde. Abreu e Lima teve alguns desentendimentos com membros do IHGB, sendo acusado de copiar e colar de outros autores.



influência exercida por essa potencializou a circulação do resumo, bem como sua aceitação e reconhecimento social. Isso torna-se evidente quando levado em consideração que, mesmo após a morte do autor, outras edições foram publicadas, como será abordado no próximo capítulo.

Os manuais, no geral, tiveram sua importância no decorrer de todo o desenvolvimento do sistema educativo e contribuem como indícios da cultura escolar em seus recortes (MUNAKATA, 2016), não só no Brasil, todavia os recortes nesta pesquisa nos levam a focar neste contexto. Tomar manuais e livros com finalidades educativas como objeto de pesquisa exige compreender que em “uma definição provisória, adotada por muitos pesquisadores, enuncia que o livro didático é qualquer livro, em qualquer suporte - impresso em papel, gravado em mídia eletrônica etc. -, produzido explicitamente para ser utilizado na escola, com fins didáticos.” (MUNAKATA, 2006, p. 121), desta forma, os resumos de Bellegarde são claramente compreendidos livros com finalidades educativas, como apontado pelo autor na conclusão da primeira edição, e na página de rosto da primeira, ao mencionar que a obra fora aprovada pelo governo para uso nas escolas.

Bellegarde utilizou do formato de resumo para elaboração de suas obras de história, o qual foi amplamente utilizado por outros autores ao longo do século XIX, em especial nas primeiras três décadas. Outra característica de seus escritos é a inserção no que Gasparello (2015) define como primeiro momento da historiografia didática nacional, que tinha aspectos mais patrióticos, segundo a autora, “no século XIX a historiografia didática nacional pode ser identificada em duas fases: uma história patriótica (1831-1861) e uma história imperial (1861-1900).” (GASPARELLO, 2015, p. 40). Desta forma, as publicações que analisamos encontram-se inseridas na fase denominada de “patriótica”, e coincide com o momento de efetivação da inserção do ensino de História (VECHIA, 2008). Sobre a utilização dos resumos pelo Colégio, Haidar e Carvalho (1971) afirmaram que essa instituição de ensino teve forte influência na implementação do ensino de História na escola secundária brasileira.

Para compreender as influências nesse primeiro momento da historiografia didática nacional, é importante reconhecer que boa parte das referências utilizadas pelos primeiros autores não eram de teóricos brasileiros, fato este explicitado por Haidar e Carvalho (1971), Vechia (2008), Gasparello (2015) e Munakata (2012; 2016). É preciso levar em conta a dificuldade em definir o que era, de fato, ser brasileiro naquele momento e porque ainda não existia uma quantidade substancial de pesquisadores que buscavam estudar a história da nação.

Naquele momento o IHGB iniciava seu trabalho de coleta e catalogação das fontes documentais do passado nacional e promovia concursos para incentivar a produção histórica, como o prêmio oferecido a quem apresentasse o melhor plano para escrever a história do Brasil, na década de 1840. Ou seja, não havia naquele momento uma obra de síntese de autor nacional sobre a história brasileira, mas mesmo assim

apareceram livros didáticos que lançaram as bases de uma pedagogia da nação. (GASPARELLO, 2015, p. 40).

A produção e publicação dos manuais de Bellegarde antecederam a fundação do IHGB, o que demonstra que os livros didáticos que lançavam as bases de uma pedagogia da nação precederam a normatização e padronização da historiografia nacional. No caso dos manuais de Bellegarde, cabe pontuar que estão inseridos no período de inserção do livro didático, de forma efetiva, no processo de escolarização (MUNAKATA, 2016). E que foram publicados num período anterior à publicação de Varnhagen (1854), que é considerada um marco na historiografia brasileira.

A inserção do livro didático é uma das principais características dos sistemas de ensino implementados ao longo dos anos 1800, não só no Brasil, pois é “ao longo do século XIX, com a escolarização em massa, a elaboração dos programas de ensino” (CHOPPIN, 2002, p. 28) que se inicia a popularização dos livros e manuais. Isso o torna um importante objeto de pesquisa, com dimensões privilegiadas, nos estudos históricos que abarcam a educação e o processo de escolarização:

A inserção do livro didático no processo histórico moderno da escolarização evidencia seu caráter de referência histórica que confere a este objeto uma dimensão privilegiada no estudo histórico da educação e constitui um corpus específico na história das disciplinas escolares, na perspectiva da construção social do currículo e da cultura histórica do seu tempo. (GASPARELLO, 2015, p. 41).

Os livros utilizados no Colégio Pedro II já foram alvo de diversas e distintas pesquisas com dimensões históricas. Muitas destas buscaram compreender como eles foram afetados por interferências externas e estrangeiras. Outros partiram para estudar os autores desses livros. Podemos citar, como exemplos de estudos sobre livros e seus autores: a tese de Selma Rinaldi de Mattos, *O Brasil em lições: a história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo* (1993), obra que analisou as publicações de Macedo que foram utilizadas no Colégio num momento posterior aos de Bellegarde, a qual também apresentou a vida deste autor; o estudo de Patrícia dos Santos Hansen, *Feições e fisionomia: A História do Brasil de João Ribeiro* (2000), no qual analisou a obra de João Ribeiro, que também teve sua obra adotada no Colégio.

Outra questão importante para essa análise é a influência francesa tanto no Colégio quanto nos manuais, característica do século XIX. Na esfera educacional, diversos estudos, como Haidar e Carvalho (1971), Bastos (2008) e Vechia (2008), apresentam as semelhanças entre os estatutos do Colégio com os estatutos de institutos franceses. Isso indica que esses serviram de inspiração para a organização de alguns institutos brasileiros. Na produção dos

manuais de Bellegarde, a influência francesa também ocorreu, como podemos observar na principal referência para sua obra, que é o resumo de um viajante francês.

Essa influência é vista como decisiva para o desenvolvimento das ideias educacionais no período em questão. Muitos autores franceses foram utilizados pelos escritores como referência ao longo do século XIX, fosse através de traduções ou como referência para a escrita. Havia, neste ponto, uma necessidade de embasamento científico que desse suporte para o desenvolvimento de um sistema educacional, visto que este era, ainda, um dos pontos fracos do Império, o que aguçava distintos debates acerca do modelo e formato que deveriam ser adotados nas principais instituições.

Na área da educação, a influência francesa é extremamente significativa. No campo das ideias e inovações pedagógicas, muitos autores franceses são traduzidos e apropriados pela elite intelectual brasileira. A necessidade de um embasamento científico para o desenvolvimento da educação faz com que os intelectuais brasileiros se apropriem das ideias de representantes da intelectualidade francesa para dar voz e força às ideias que consideram relevantes e significativas. (BASTOS, 2008, p. 42-43).

Como bem apontado por Haidar e Carvalho (1971), Doria (1997) e Vechia (2008), essa influência no CPII, principalmente no século XIX, era presente pela ênfase no estudo da língua francesa, mas, sobretudo, pela adoção de manuais escolares deste país europeu. Isso foi apontado por Haidar e Carvalho (1971) quando afirmam que os programas de ensino brasileiros consistiram em traduções, sendo esses reproduzidos praticamente na íntegra. Portanto, observa-se que a adoção de bibliografias utilizadas em colégios franceses foi uma prática nesse período, inclusive continham o estudo do solo parisiense.

A consolidação do projeto de Estado Nacional, desenvolvida ao longo do século XIX, exigiu diversas intervenções e transformações, como visto. A educação foi um campo fértil, tanto para debates quanto para colocar em prática ideias e visões de mundo. O uso da história para a edificação desse ideal e o ensino desta através dos manuais escolares, em especial no CPII, podem ser vistos como instrumentos utilizados para legitimar a ideia de nacionalidade projetada pelos que detinham o poder. O ensino de história tinha como objetivo dimensionar questões que ainda estavam em construção para a maior parte da nação. Os manuais, em especial os de história, foram instrumentos pertinentes para a tentativa de consolidar o projeto de Estado nacional e manutenção da ordem vigente:

Para construir a nação, a história e a geografia foram convocadas no ensino. Como instrumentos de legitimação da nacionalidade que se buscava definir, os estudos históricos (e geográficos) beneficiaram-se, como campos de saber, com as possibilidades abertas ao campo e responderam ao desafio. Tratava-se de articular a dimensão material do Estado nação – o seu território – com a dimensão intelectual e simbólica da escrita de uma História, bem como com a consolidação de uma memória: inventar suas tradições, construir os marcos da nação: suas origens, heróis e personalidades exemplares da nacionalidade. (BASTOS, 2008, p. 43).

Dessa forma, é importante pontuar que as mudanças que ocorreram no CPII também eram resultantes dos constantes conflitos entre os grupos políticos. A partir de 1841, através da implementação de reformas no currículo da instituição, sob o governo do Ministro Antônio Carlos Ribeiro de Andrade foi autorizado o uso do *Resumo de História do Brasil*. Por meio desta reforma, o ensino secundário no Colégio passou a ter a duração de sete anos e o ensino de História do Brasil passou a se lecionado em conjunto com o ensino de Geografia Antiga, disciplinas obrigatórias para a conclusão do sétimo ano.

Os manuais tinham, desde a fundação do Colégio, um papel importante no processo educativo dos jovens, como também mostra Andrade (1999) sobre quais foram os currículos e compêndios adotados. Apesar de, na versão curricular do Ministro Bernardo Pereira de Vasconcelos, não haver nenhuma indicação de resumo ou manual de História do Brasil, já existia a indicação para outras áreas do conhecimento, como é o caso do Compêndio de Geografia Elementar, de autoria Justiniano Rocha. Isso evidencia a importância em analisar os manuais do Colégio, no caso dos resumos de Bellegarde, os primeiros autorizados para uso. Doria (1997) aponta que a escolha dos manuais demandava preocupação por parte de seus diretores desde sua fundação.

Como primeira escola de ensino secundário no Brasil, o Colégio Pedro II possibilitou a estruturação de diversas disciplinas escolares, como resultado da institucionalização de uma escola de ensino laico. O modelo de estudos implementado, caracterizado por estudos simultâneos, sequenciais e seriados, permitiu a construção teórico metodológica de várias disciplinas escolares, entre elas a história, a geografia, a matemática, o português, além da literatura e da música. (DORIA, 1997, p. 28).

A estruturação de diversas disciplinas – entre elas, a História do Brasil – fez do Colégio uma referência no ensino secundário durante o período imperial (HAIDAR; CARVALHO, 1971), sendo essa um evento importante sobre a instituição. Tal fato nos motiva analisar os resumos publicados pelo autor luso-brasileiro, visto que a escrita deste está inserida em um recorte temporal anterior ao que Astor Antônio Diehl (1998) e Manoel Luiz Salgado Guimarães (2011) denominam como institucionalização do saber histórico, antes do movimento de teorização e metodização do passado, da criação do IHGB e da escrita de Varnhagen e sua história geral do Brasil.

A escrita de Bellegarde auxilia para a estruturação da disciplina, sendo recomendado seu uso no Colégio 1841 até a reforma de Pedro de Araújo Lima em 1857 (ANDRADE, 1999). Seus resumos fizeram parte do início desse processo de estruturação e são importantes porque

auxiliam para compreensão das bases de uma historiografia de caráter didático no período imperial.

Os manuais utilizados no Colégio exerceram demasiada influência em outras províncias, visto que foram criados com o intuito de servir de modelo para a educação secundária no período imperial. Eles foram também parte importante da estruturação das disciplinas aqui mencionadas, sendo os de Bellegarde os primeiros autorizados. Os resumos do engenheiro e militar estavam inseridos numa realidade em que:

[...] a produção dos livros didáticos de História esteve fortemente ligada ao IHGB, já que muitos historiadores a ele vinculados escreviam os livros mais conhecidos e utilizados nos ensinos primários e secundário. Tais vínculos garantiam a continuidade das formas de interpretação então predominantes da História do Brasil, que passavam do IHGB às salas de aula das escolas através da mediação dos livros didáticos, reforçando-as e difundindo-as. (FONSECA, 2001, p. 93).

Apesar de os resumos terem sido, inicialmente, publicados num período que antecede a fundação do IHGB e também o CPII, é preciso levar em consideração os diversos elogios realizados à versão, além do fato de o autor ter sido um membro correspondente do IHGB. Quando ocorreu a troca do resumo de Bellegarde pelo de José de Abreu e Lima, foram realizadas críticas pela instituição avalizadora de uma escrita “oficial” da História no período em questão. Cabe pontuar que escrita do autor luso-brasileiro estava, de certa forma, vinculada aos objetivos da instituição.

### 3 ENTRE AUTORES – SOBRE HENRIQUE BELLEGARDE E FERDINAND DENIS

Analisar estes resumos exige conhecer de modo aprofundado acerca de seu autor, bem como do autor que lhe serviu como “inspiração” para a primeira edição. Faz-se necessário considerar que a produção destas publicações, que objetivavam auxiliar os jovens compatriotas com seus estudos, ocorre em um período significativamente marcado pela preocupação com materiais com essa finalidade. Dessa forma, a análise e a comparação dos resumos exige ponderar sobre “a distinção indispensável entre dois conjuntos de dispositivos: os que provêm das estratégias de escrita e das intenções do autor, e os que resultam de uma decisão do editor ou de uma exigência de oficina de impressão” (CHARTIER, 1991, p. 182).

Nesse sentido, algumas reflexões com o intuito de contribuir para se compreender como ocorreu a constituição dos autores, tanto o francês que serviu de inspiração como o luso-brasileiro, são fundamentais. Como ponto de partida, utilizamos das noções que Sirinelli (1996, 1986), que nos permite refletir e compreender a constituição, os itinerários de formação, a geração e a sociabilidade. Porém, antes de adentrar nessas noções, é necessário ponderar se os autores aqui apontados se encaixavam no que denominaremos de intelectuais na sociedade em que estavam inseridos, levando em consideração as acepções utilizadas por Sirinelli. Sobre esta utilização, e a dificuldade em realizá-la o autor dirá que:

[...] o substantivo intelectual, como vimos, aparece em um contexto muito preciso, no final do século XIX. Podemos, portanto, considerar que o historiador pode usá-lo retrospectivamente? A questão, para dizer a verdade, é tanto mais fundada quanto, muito antes do desenvolvimento, na história contemporânea, de um campo de investigação articulado em torno da palavra, pelas décadas que lhe são contemporâneas, Jacques Le Goff em 1959, tornou-se o título de um livro. Os intelectuais da Idade Média, porém, não abriram as comportas para um uso extensivo do substantivo naquela data. Portanto, ficaremos satisfeitos em sublinhar que, mais de meio século depois, a questão permanece em aberto e que a resposta pode variar de maneiras diferentes. (2015, p. 403-404, tradução nossa).<sup>10</sup>

Sendo assim, apesar do surgimento do substantivo intelectual ser posterior ao contexto no qual estavam inseridos os autores, é possível identificá-los entre as noções estabelecidas. Tomando como base algumas reflexões de Sirinelli, é importante considerar que a noção de intelectual terá para o autor um “caráter polissêmico” (1996, p. 242), ou seja, trata-se de um

<sup>10</sup> “[...] le substantif intellectuel, on l'a vu, apparaît dans un contexte très précis, à l'extrême fin du XIX siècle. Peut-on, dès lors, considérer que l'historien peut en faire un usage rétrospectif? La question, à vrai dire, est d'autant plus fondée que, bien avant le développement, au sein de l'histoire contemporaine, d'un domaine de recherches articulé autour du mot, pour les décennies qui lui sont contemporaines, Jacques Le Goff en avait fait en 1959 le titre d'un livre. Les intellectuels au Moyen Âge pour autant, n'a pas ouvert à cette date les vannes d'un usage extensif du substantif. On se contentera donc ici de souligner que, plus d'un demi-siècle après, la question reste posée et que la réponse a pu varier sous différentes plumes.”

conceito que possui distintos sentidos e existe uma dificuldade em especificar a definição. As transformações de significados da palavra são decorrentes das transformações pelas quais as sociedades passaram, ou seja, essas transformações contribuem para que existam diferentes acepções de intelectual. Dessa forma, pontuamos tal fato para “evitar a naturalização do termo, ou seja, o falso suposto de um significado unívoco para a palavra” (VIEIRA, 2012, p. 67). O caráter polissêmico pode ser evidenciado através de diversos outros estudos que buscaram compreender as mudanças, como bem aponta Vieira.<sup>11</sup>

Por conta desse caráter polissêmico, Sirinelli trabalha com duas noções para intelectual. A primeira acepção possui maior amplitude, pois abarca criadores e mediadores culturais, como jornalistas, escritores, e mesmo o professor secundário, todos como eruditos. A meio caminho desta definição, estariam parte dos estudantes, criadores ou mediadores com potencial em tornar-se intelectual na sociedade na qual está inserido (Sirinelli, 1996). É nesta acepção que acreditamos estarem inseridos os autores aqui analisados, algo que pretendemos apresentar seus ao tratar de seus itinerários de formação, de suas relações familiares e dos grupos de que faziam parte.

Sendo assim, as acepções de intelectual descritas por Sirinelli permite-nos compreender os autores estudados nesta pesquisa como escritores e criadores em potencial dentro de seus contextos sócio-históricos: ora o luso-brasileiro com seus resumos para os jovens compatriotas, ora o francês com suas obras sobre a história da Brasil e de outros países. Não menos importante, ocorre a necessidade de inserir as ideias que estão presentes nas publicações em seu contexto social e histórico do primeiro quarto do século XIX (ALVES, 2012, p. 115), pois tanto o autor luso-brasileiro como o francês foram responsáveis por escrever e criar, um em menor quantidade que o outro.

Será preciso nos aprofundarmos sobre as distintas etapas de vida, incluindo o momento em que os dois atuam como escritores. Analisar onde estes estudaram, os lugares que frequentaram e os cargos que ocuparam dentro das instituições administrativas, pois os dois ocuparam cargos em seus respectivos países, nos permite compreender em mais profundidade a vida de Bellegar e Denis. Nesse sentido, as noções oriundas de Sirinelli permitem-nos compreender sobre a vida, a formação educacional, as relações familiares, fazendo-nos entender

---

<sup>11</sup> No que diz respeito a outros estudos sobre intelectuais, Vieira apontará que: “creio que os exemplos de Mannheim, Gramsci e Bourdieu, embora apoiados em perspectivas teóricas e projetos políticos diversos, são importantes para focar a questão da ação política dos intelectuais em sentido rigoroso, contudo não devem servir como explicações que se antecipam à pesquisa. Entendê-los não significa adotá-los, já que investigar pressupõe autonomia de pensamento e capacidade de ressignificar sentidos e teorias sociais diante de evidências empíricas” (2012, p. 83).

que uma construção dos itinerários deve ir além de uma menção sobre as fases da vida dos autores em questão.

Ir além de uma menção das fases da vida dos autores se faz necessário pois:

Não se trata da simples menção às etapas de vida e formação escolar, mas a tentativa de como se foi construindo ‘o intelectual’ em cada momento e em cada experiência, evitando a projeção de sua figura, tal como aparece ao fim da vida, sobre momentos anteriores, de forma a perceber que o caminho não estava predefinido (ALVES, 2012, p. 116).

Dessa forma, reconstruir os itinerários de formação dos autores deverá ultrapassar uma menção simplista das etapas da vida em instituições de ensino, e objetivará compreender como estes se construíram em cada momento, salientando que estas experiências deixam marcas significativas em suas escritas. Essa perspectiva possibilita analisarmos outras figuras que também obtiveram itinerários de formação nas mesmas instituições, e de igual forma analisar as histórias destas. Essa reconstrução dos itinerários deve aprofundar as reflexões sobre as distintas fases da vida, percebendo esta não como algo totalmente planejado ou predefinido, mas constantemente em construção, pois “concretiza-se” nos percursos da vida (MAGALHÃES, 2016, p. 303).

As vivências dos autores acabam por marcar as escolhas e afinidades que delimitam o que denominaremos de trajetória intelectual de cada um deles, trajetórias que são marcadas por diversos e distintos caminhos. Cabe salientar que, nessas trajetórias, ambos são tomados “como indivíduo inserido em múltiplas dimensões espaço-temporais” (ALVES, 2012, p. 116). Compreender os itinerários é aprofundar e buscar maiores informações no que tange à formação escolar nos variados níveis, com uma atenção redobrada para as fases secundárias e superior, visto que estas são fases em que despontam as vocações, amizades, afinidades e sensibilidades, fatores estes que contribuem para suas criações.

Outros acontecimentos caminham em conjunto com as fases da formação dos autores aqui apresentados, de modo que devemos nos ater ao que Sirinelli (1996) aponta quando nos debruçamos sobre os estudos dos intelectuais: é necessário ponderar que a formação escolar não se encontra desconectada e alheia às tramas sociais, e não deve ser encarada como uma entidade que se sobrepõe de maneira invariável e constante ao longo da trajetória dos autores. A formação deve ser vista como uma noção que recebe e abnega de influências de outras noções que devem ser levadas em consideração concomitantemente.

Se por um lado as reflexões de Sirinelli nos ajudam a refletir sobre a necessidade de se contextualizar em profundidade a vida desses intelectuais, não as tratando por etapas apenas, é preciso certo cuidado ao usar dessas noções. Isso por conta das dificuldades de uma



reconstrução sobre a geração e a sociabilidade na qual estavam inseridos, visto haver dificuldades em encontrar informações que contribuam para aprofundarmos algumas reflexões. Esta reconstituição da trajetória dos dois exige “esclarecimento e balizamento, mas também e sobretudo interpretação” (SIRINELLI, 1996, p. 247). Essas duas noções são valiosas para uma melhor compreensão acerca dos intelectuais em questão.

Ainda sobre a importância das noções de geração e sociabilidade, Sirinelli pontua como estes contribuem para pesquisas históricas e em outras áreas:

Será simplesmente notado que a noção de 'geração' e a de 'sociabilidade', entre outras, foram gradualmente se estabelecendo como particularmente valiosas. Eles são ainda mais importantes de serem apontados aqui, pois parecem ser propriedade conjunta da história e de outras ciências sociais. (2015, p. 404, tradução nossa)<sup>12</sup>

A análise aqui proposta também teve, portanto, como necessidade um aprofundamento das sociabilidades dos autores, ponderando que “as estruturas de sociabilidade variam, naturalmente, com as épocas e os subgrupos intelectuais estudados” (SIRINELLI, 1996, p. 249). Essas considerações nos levam refletir sobre as estruturas que possibilitaram as sociabilidades dos autores durante o século XIX, período no qual eles encontram-se inseridos, considerando “as características de um momento histórico e os modos de funcionamento e atuação da comunidade intelectual” (PANIZZOLO, 2013, p. 76).

Tratar da questão geracional em Bellegarde, apesar das dificuldades, torna-se possível por meio da análise de documentos que evidenciam suas relações, como quando apontados os cargos ocupados nas instituições administrativas, tanto por ele, como por pessoas próximas e com as quais certamente mantinha alguma forma de relacionamento:

Essa geração de advogados, jornalistas, médicos e literatos foi constituída, na sua maioria, por homens oriundos dos estratos sociais mais altos, ainda que algumas mulheres tenham se destacado. Essa predominância masculina e de origem social abastada revela questões econômicas e de gênero. A origem social dos intelectuais se explica pelo axioma: distribuição desigual da riqueza equivale, em regra geral, à distribuição desigual da cultura e do conhecimento. (VIEIRA, 2015, p. 05)

A noção geracional, proposta por Sirinelli e aqui bem descrita por Vieira, é uma das chaves para uma compreensão da sociedade na qual o autor dos resumos estava inserido. Da mesma forma que outros autores de outros resumos no século XIX, Bellegarde estava inserido numa geração em que predominantemente os intelectuais que desapontavam eram homens, brancos e que tinham uma origem social abastada; o autor não fugirá à regra, desde a chegada

---

<sup>12</sup> “On notera simplement que la notion de 'génération' et celle de 'sociabilité', entre autres, se sont progressivement imposées comme particulièrement précieuses. Elles sont d'autant plus importantes à signaler ici que'elles apparaissent comme étant en copropriété entre l'histoire et d'autres sciences sociales.”

de sua família ao Brasil, perpassando pelas instituições de ensino que frequentou e outros fatos que contribuíram para sua constituição como autor.

Para que seja possível analisar as publicações dos autores, será necessário refazer seus “caminhos” utilizando aqui das noções já delimitadas. Nos tópicos a seguir, nos propomos a esse exercício de compreensão da constituição dos intelectuais, apresentando informações que reconstituem os itinerários de formação, da geração e da sociabilidade das vidas de Henrique Bellegarde e de Ferdinand Denis, tal como definidos por Serinelli (1996).

### **3.1 A vida e a obra de Henrique Luís Niemeyer Bellegarde**

Henrique Luiz Niemeyer Bellegarde nasceu em Lisboa, Portugal, em 12 de outubro de 1802, viveu com seus pais em terras lusitanas por aproximadamente seis anos (GENI, 2020). Filho de Candido Norberto Jorge Bellegarde e Maria Antônia Conrado de Niemeyer Bellegarde, estes se casaram em Lisboa, em dezembro de 1801, e vieram para o Brasil junto com a transmigração da corte portuguesa no ano de 1808, na nau Príncipe Regente. A família de Henrique em solos portugueses ocupou importantes cargos militares, desde seu avô materno até seu pai.

Nascido na região de Lisboa em 1781, Candido Bellegarde era filho de José Antonio Jorge de Bellegarde e Teresa Rita Joaquina Pereira da Silva. Candido chegou ao cargo de capitão de artilharia da Marinha, mas anteriormente ocupou outros cargos importantes dentro desta instituição. Chegou a ter a patente de major, porém pouco tempo após a vinda para o Brasil, junto com a corte, veio a óbito em 1810, segundo consta, na região de Andara dos Reis, no Rio de Janeiro (GENI, 2020). A família de Candido Bellegarde era de origem francesa, tanto que o avô de Henrique era natural de Paris.

A mãe de Henrique, Maria Antônia Conrado de Niemeyer, era filha de Konrad Heinrich von Niemeyer e Firmina Angélica Agostinho Dantas Correia, nasceu em 1782 na região de Lisboa e faleceu no Rio de Janeiro em 1852. O pai de Maria Antônia era de origem germânica, nascido na região de Hannover, e ocupou importantes cargos militares, chegando à patente de Coronel de Engenheiros, faleceu poucos anos antes da transmigração para o Brasil, em Lisboa no ano de 1806. A mãe era de origem lusitana, e veio a óbito em 1857, porém não foram encontradas informações se chegou a vir para o Brasil (GENI, 2020).

Maria Antônia era irmã de Carlos Conrado Niemeyer, Águeda Isabel de Niemeyer, Margarida Isabel de Niemeyer, e Conrado Jacob de Niemeyer. Sobre seus irmãos, no caso tios de Henrique, cabe pontuar que Conrado Jacob foi um importante tenente coronel do Exército

português, e posteriormente fez parte do Exército brasileiro, um de seus filhos foi presidente da província de Amazonas, já nos últimos anos do período imperial.

Figura 3 – Imagem de Conrado Jacob de Niemeyer, tio de Henrique Bellegarde



Fonte: GENI, 2020.

Outro irmão, Carlos Conrado Niemeyer também chegou a fazer parte do Exército português e, apesar de não haver maiores informações sobre sua vinda para o Brasil, um de seus filhos nasceu em Portugal mas morreu no Brasil, no caso Joaquim Carlos Teixeira de Niemeyer (BARATA, 1988; 1989). Como percebe-se, as relações familiares de Henrique evidenciam uma forte participação em carreiras militares, principalmente por parte da família Niemeyer.

O luso-brasileiro foi o primogênito de três irmãos e foi o único dos três a nascer em terras lusitanas, cerca de um ano após o casamento de seus pais. Um de seus irmãos, Pedro de Alcântara Bellegarde, nasceu durante o processo de transmigração da corte e era afilhado de D. Pedro de Alcântara, ocupou distintos cargos administrativos e também trabalhou com a produção de publicações utilizadas em escolas; já sobre o segundo irmão, Christianto de Niemeyer Bellegarde, não se tem informações acerca de sua participação em instituições do Estado imperial.

O autor dos resumos, Henrique Bellegarde, ingressou em 1817 na Academia Real Militar do Rio de Janeiro, criada em 1810 pelo então príncipe regente D. João. A família já tinha outros membros que também estudaram na mesma instituição, no caso o irmão de sua

mãe, Conrado Jacob Niemeyer,<sup>13</sup> que, ao chegar no Rio de Janeiro em julho de 1809, foi adido como segundo tenente ao Regimento de Artilharia da Corte e em 1811 se matriculou na instituição que seu sobrinho posteriormente viria a estudar.

Na instituição poucos ingressantes conseguiam concluir os estudos, e para que possamos ter uma melhor compreensão de como se organizavam os cursos da instituição em que o autor realizou sua formação inicial, partimos da descrição feita por Costa:

Estendia-se por sete anos e estava organizado em dois segmentos: curso matemático, compunha os quatro primeiros anos; e o curso militar que constituía as disciplinas dos três últimos anos. Os alunos destinados à infantaria e cavalaria estudavam somente as matérias do 1º ano (Matemática Elementar) e os assuntos militares do 5º ano. Apenas aos estudantes de engenharia e artilharia eram exigidos o curso completo (7 anos). (COSTA, 2011, p. 10).

Bellegarde cresceu tanto em sua formação como em sua posição hierárquica ao longo dos seus estudos na instituição de origem militar, de modo que no ano de 1820 tornou-se primeiro tenente, e posteriormente capitão, esse último já no período posterior ao processo de emancipação política do nosso país.<sup>14</sup> Diante de seu desenvolvimento dentro da instituição, no ano de 1821 foi enviado para Moçambique como ajudante de ordens do governador e capitão-general na então colônia portuguesa no continente africano.

Com estas informações, ficam evidentes as bases iniciais que formaram o autor dos resumos. A formação escolar de Bellegarde encontra-se intimamente ligada a uma instituição militar, de origens portuguesas e, diante de seu desenvolvimento dentro dessa instituição, ele passou a ocupar um cargo militar dentro do governo em uma outra colônia, cargo que tinha uma importância política e hierárquica. Como também já apresentado, era tradição na família do autor a participação em instituições militares, em especial no que tange a família por parte materna. É perceptível, portanto, que o autor foi um membro importante não só para o Exército, mas de confiança para o governo na época, em virtude da significância do cargo ocupado e pelo fato de ter sido enviado para Moçambique.

Cabe destacar aqui a dificuldade que havia para a conclusão do curso na Academia Militar, o que caracteriza esse feito de Bellegarde como certa exceção. Muitos jovens

<sup>13</sup> Conrado Jacó Niemeyer – (Lisboa, Portugal, 28 de outubro 1787 | Rio de Janeiro, Brasil, 05 de março de 1862): chegou no Brasil em julho de 1809, e dois anos depois estava matriculado na Escola Militar, onde ocupou cargos importantes. Em 1824, foi um dos responsáveis por lutar contra o movimento da Confederação do Equador, e foi por conta de sua participação que acabou recebendo a medalha de “Constança e Bravura”, por conta dos atos de bravura. É tido como um dos precursores da Cartografia no Brasil, e o reconhecido arquiteto Oscar Niemeyer Soares Filho, era seu trineto.

<sup>14</sup> O Arquivo Nacional disponibiliza uma parte em seu site sobre a família de Henrique Bellegarde: ARQUIVO NACIONAL. Fundo/Coleção QI - Família Henrique Luís de Niemeyer Bellegarde. Disponível em: <http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/familia-henrique-luis-de-niemeyer-bellegarde>. Acesso em: 18 out. 2020.

ingressantes abandonavam os estudos e a maioria não obtinha o diploma de capitão de engenheiros:

Os poucos que conseguiam ingressar no primeiro ano tinham muitas dificuldades para concluir o curso, sendo insignificante o número daqueles que conseguiam completar o curso: Henrique Luís de Niemeyer Bellegarde, João Vicente Gomes e José da Silveira Sampaio cursaram sete anos na Academia Militar. Foram os únicos pensionários que conseguiram concluir o curso, recebendo, então, o diploma de capitão de engenheiros. (COSTA, 2011, p. 11).

No ano de 1822 regressou ao Brasil, para servir ao Corpo de Engenheiros, e aderiu ao movimento de independência, contribuindo na construção de edificações na capital, com o objetivo de proteger o recente Império de uma invasão portuguesa (GASPARELLO, 2004, p. 80-85).

Nesse sentido, vales ressaltar que, apesar de uma ausência de estudos que comprovem a participação efetiva do autor no movimento de emancipação política, o regresso do luso-brasileiro coincide com o período de efetivação deste movimento. Seu tio e seu irmão, Conrado e Pedro, estavam também constituindo o governo imperial. No caso de seu tio, como mencionado, foi o responsável em 1824 por sufocar o movimento revolucionário em Pernambuco, denominado de “Confederação do Equador”, movimento este que tinha entre suas características o fato de almejar uma união republicana das províncias do Norte do Brasil (BARATA, 1988; 1989). Seu irmão ocupou cargos desde as primeiras décadas do período imperial.

Após o processo de consolidação da emancipação política, em conjunto com o reconhecimento deste por Portugal, o governo imperial enviou jovens para que estudassem na Europa. Bellegarde foi um dos jovens, e em 1825 foi enviado a Paris, com o objetivo de estudar na Escola Real de Pontes e Calçadas, formação que contou com a pensão de estudo concedida pelo então governo imperial (COSTA, 2011). Não foi o único, porém foi um dos poucos no grupo de agraciados.

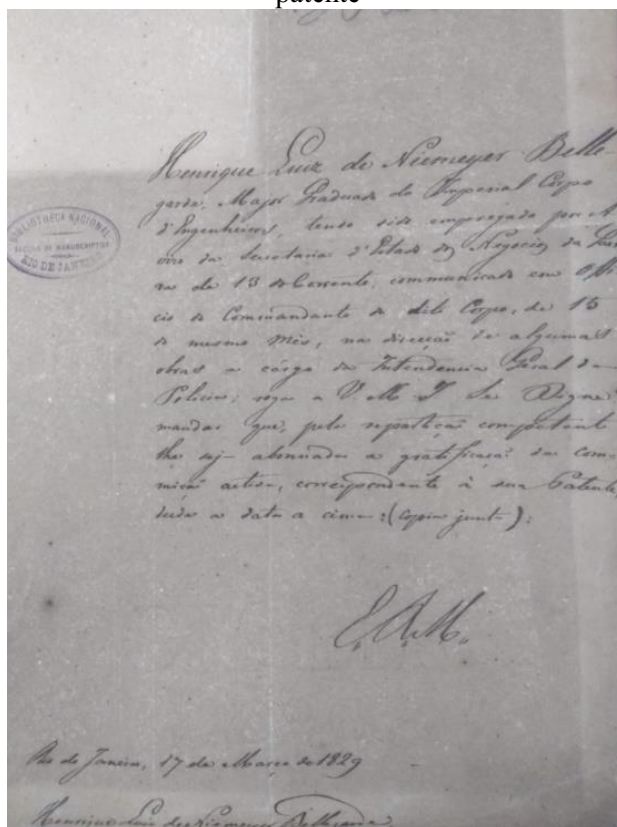
O autor permaneceu na França por cerca de três anos, retornou graduado bacharel em Letras e com uma carta de engenheiro geógrafo, tendo frequentado o curso de pontes e calçadas.<sup>15</sup> No ano de 1828, ao regressar ao Brasil, recebeu a patente de Major, acerca da qual foi localizado um documento com o pedido em que ele cobra o pagamento das gratificações referentes à nova patente, quase um ano após a mudança ter ocorrido (Figura 4). A patente era de difícil conquista, e a partir do requerimento é possível descobrir que o pagamento da

---

<sup>15</sup> A presença de brasileiros é antiga na Instituição, contando atualmente com uma associação de ex-alunos brasileiro. Disponível em: <https://www.ponts.org/fr/groupe/bresil-224>. Acesso em: 10 out. de 2020.

gratificação não havia ocorrido até de março de 1829, quando enviou o requerimento à Secretaria de Negócios.

Figura 4 – Requerimento à repartição competente do pagamento da gratificação correspondente a sua patente



Fonte: BELLEGARDE, 1831-1834, Biblioteca Nacional<sup>16</sup>.

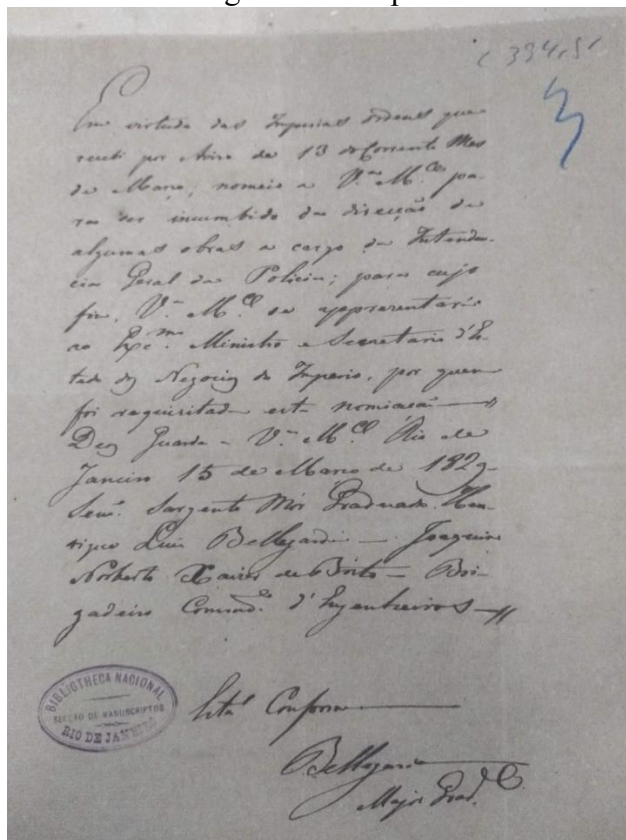
Exercendo a função de Major, projetou e contribuiu na execução de importantes obras. Foi após o regresso dos estudos na França que o luso-brasileiro consolidou sua participação em cargos importantes no governo imperial. Foi possível localizar documentos que comprovam sua contribuição para a projeção de importantes obras, a maioria destas na capital, mas também em outras localidades, como o Farol de Cabo Frio, os canais de Ururar, Maricá e Cacimbas, além de pontes em Campos e Itajuru. Fato este que deixa em evidência uma forte participação do autor.

No que diz respeito à realização da projeção e da construção de importantes obras no período imperial, foram localizados documentos que comprovam sua participação. Um destes documentos (Figura 5) trata da sua nomeação para que possa dirigir a execução de distintas

<sup>16</sup> BELLEGARDE, H. L. **Requerimento encaminhado ao Ministério do Império**, solicitando que seja sua obra "Resumo da História do Brasil" adotada nas escolas; solicita que lhe seja paga a quantia devida pelo projeto do Canal do Guandu. [S.l.: s.n.], 1831-1834. Biblioteca Nacional, 4 doc., Orig. Localização: Manuscritos - C-0394,005 nº002.

obras a partir de março de 1829, obras subordinadas ao Ministro de Negócios do Império.

Figura 5 – Nomeação de Henrique Bellegarde para dirigir obras subordinadas ao Ministro de Negócios do Império

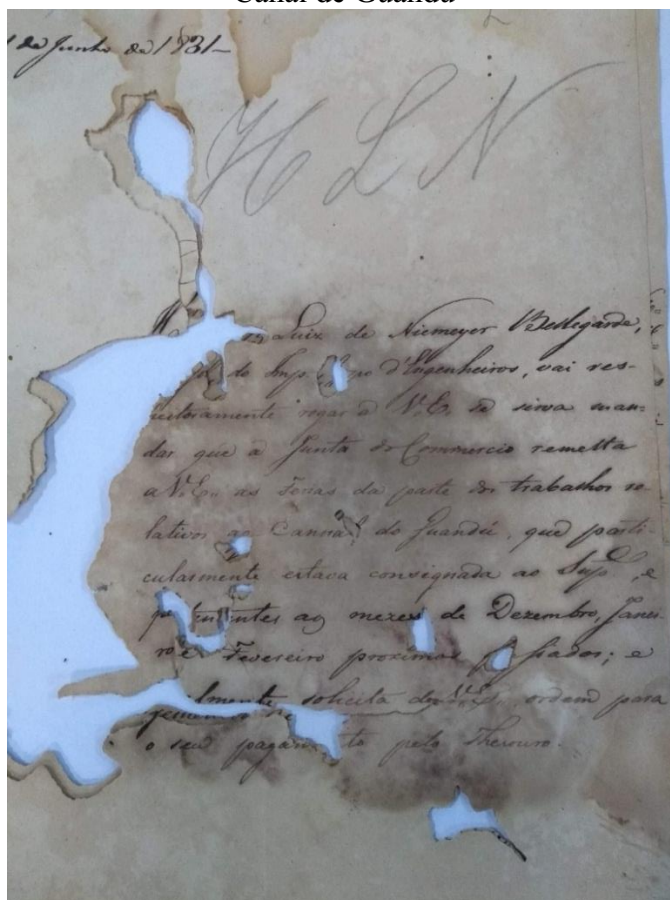


Fonte: BELLEGARDE, 1831-1834, Biblioteca Nacional<sup>17</sup>.

Após a nomeação de Henrique Bellegarde para administrar obras do Ministério de Negócios, foi possível identificar documentos que evidenciam a sua participação, através da cobrança de pagamentos referentes aos trabalhos prestados. Foi possível localizar um requerimento (Figura 6) no qual o autor reivindicava o pagamento referente ao trabalho realizado no projeto do Canal do Guandu, que teriam sido realizadas entre dezembro de 1830 e janeiro de 1831, e que o pagamento seja remetido pela Junta de Comércio. No início do documento, ao apresentar o requerente, é adicionado a patente de Major do Corpo de Engenheiros, a mesma que ela havia anteriormente requerido as gratificações.

<sup>17</sup> BELLEGARDE, H. L. **Requerimento encaminhado ao Ministério do Império**, solicitando que seja sua obra "Resumo da História do Brasil" adotada nas escolas; solicita que lhe seja paga a quantia devida pelo projeto do Canal do Guandu. [S.l.: s.n.], 1831-1834. Biblioteca Nacional, 4 doc., Orig. Localização: Manuscritos - C-0394,005 n°002.

Figura 6 – Requerimento reivindicando o pagamento referente aos trabalhos realizados no Canal de Guandu



Fonte: BELLEGARDE, 1831-1834, Biblioteca Nacional<sup>18</sup>.

Evidenciando ainda relações muito próximas com a política, cabe pontuar que o autor foi agraciado com a mercê de Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa, sendo esta uma ordem honorífica brasileira, criada pelo então imperador D. Pedro I, em 17 de outubro de 1829. Em seu governo, o imperador concedeu a ordem a apenas 189 cidadãos, uma quantidade relativamente pequena quando comparada com outras ordens, estas ordens eram socialmente bem quistas, em partes por conta de certa dificuldade e de uma pequena quantidade de medalhas que eram concedidas.

No que diz respeito ao período após o retorno ao Brasil, porém que antecede a publicação de suas obras, cabe mencionar que o autor casou-se com Maria Luísa Adelaide de Vitória Soares, filha de Francisco José de Souza Soares D'Andrea e Germana Rita de Brito da Vitória, sendo que seus pais nasceram em Portugal, e vieram a óbito no Brasil (GENI, 2020).

<sup>18</sup> BELLEGARDE, H. L. **Requerimento encaminhado ao Ministério do Império**, solicitando que seja sua obra "Resumo da História do Brasil" adotada nas escolas; solicita que lhe seja paga a quantia devida pelo projeto do Canal do Guandu. [S.l.: s.n.], 1831-1834. Biblioteca Nacional, 4 doc., Orig. Localização: Manuscritos - C-0394,005 nº002.



O sogro de Henrique, conhecido como Barão de Caçapava, também ocupou importantes cargos administrativos, e veio para o nosso país no processo de transmigração da corte portuguesa. Antes do processo de independência, foi membro de uma expedição destinada a pacificar a Província de Pernambuco, onde foi responsável por organizar questões de cunho militar, ocupou distintos cargos e foi um militar presente em diversas expedições que combatiam movimentos no período regencial, também sendo nomeado presidente de províncias neste período.

O matrimônio rendeu ao engenheiro e sua esposa dois filhos: Guilherme Cândido Bellegarde e Maria Henriqueta Niemeyer Bellegarde. Seu filho viveu entre 1836 e 1890,<sup>19</sup> conviveu por pouco tempo com o pai, cerca de três anos. Guilherme fez parte de instituições administrativas durante o período imperial, sendo um exemplo como o de chefe de seção da diretoria central da Secretaria de Estado de Negócios da Agricultura, Comércio Obras Públicas.<sup>20</sup> Guilherme foi também autor de algumas obras, por exemplo a tradução do conto *O Canário*, cujo autor original era Conego Saehmid, em 1856. O conto foi publicado no jornal *Marmota Fluminense*, que se autointitulava um jornal de “moda e variedades”.<sup>21</sup>

Após casado e publicados as duas edições do *Resumo*, o militar passou a ser um dos sócios correspondentes do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), que havia sido inaugurado em 21 de outubro de 1838, inspirado no *Institut Historique*, fundado em Paris quatro anos antes. Sua participação como sócio foi pequena, pois veio a óbito seis meses após a fundação da instituição. Não foram localizados documentos sobre os trabalhos executados junto ao governo na década de 30. Por outro lado, foram localizados documentos referentes à participação de seu irmão e de seu tio.

Com sua morte, em 21 de janeiro de 1839, Henrique Bellegarde foi homenageado na Revista do IHGB:

Chamado à corte em 1828, foi logo empregado em várias comissões, e promovido ao posto de major. Em 1831 começou verdadeiramente o período brilhante da vida d’este nosso consócio e ilustre engenheiro, pelos importantes serviços que prestara, mostrando neles grandes talentos, e pasmosa atividade. Publicou então o seu *Resumo da História do Brasil*, corrigindo e aumentando a que publicara na França Mr. Ferdinand Denis. A estimação que mereceu do público esta obra pela elegância do seu

<sup>19</sup> Para que possa visualizar a menção presente a Guilherme no dia de sua morte: O ESTADO DE SÃO PAULO. **Guilherme Bellegarde**. Edição de 30 de junho de 1890, p. 1. Disponível em: - <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18900630-4600-mat-0001-999-1-not>. Acesso em: 22 out. 2020.

<sup>20</sup> Sobre o filho Guilherme Bellegarde, é possível maiores informações em: PINHEIRO, A.C.; CURY, C.E.; ANANIAS, M. **Fontes para a História da Educação da Paraíba Imperial Documentos Diversos (1821- 1860)**. Sociedade Brasileira de História da Educação: Coleção Documentos da História Brasileira. Disponível em: <http://virtuallivros.com.br/modules/catalogo/public-userphoto.php?photoId=12>. Acesso em: 21 out. 2020.

<sup>21</sup> Para que possa acessar o terceiro capítulo do conto publicado no jornal *Marmota Fluminense*: MARMOTA FLUMINENSE. **O Canário**. Edição de 08 de janeiro de 1856. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/706914/per706914\\_1856\\_00666.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/706914/per706914_1856_00666.pdf). Acesso em 01 out. 2020

estilo, concisão de pensamentos, e veracidade histórica, fez-se bem sentir na pronta extracção que tivera, vendo-se por isso obrigado o Sr. Bellegarde a fazer dela uma segunda edição em 1834, ainda mais castigada e enriquecida. (BELLEGARDE, 1839, p. 108).

A nota aborda uma “obrigação” de Bellegarde de produzir uma segunda edição. A análise proposta demanda que se leve em consideração a informação trazida na folha de rosto da primeira edição, onde se diz que a obra foi corrigida e aumentada de *Mr. Denis*, informação suprimida na segunda edição. A nota também menciona que, a partir da publicação dos resumos, teve início o “período brilhante da vida”, porém, como mencionado, foram poucos documentos localizados deste recorte. Cabe aqui levar em consideração que a nota foi escrita pelo seu irmão, Pedro Bellegarde, que era um dos membros fundadores do Instituto Histórico.

No que diz respeito aos resumos do luso-brasileiro, destaque-se que na primeira edição evidenciou que objetivava ensinar aos jovens compatriotas a história da jovem nação: “aqui o fim de nossa tarefa; feliz se nossos jovens compatriotas acharem neste livro auxílio a seus primários estudos, único incentivo que a tal publicação nos animou” (1831, p. 253). Mesmo após sua morte, em 21 de janeiro de 1839, no Rio de Janeiro, seus resumos continuaram circulando. A aprovação para uso no Colégio Pedro II ocorrera em 1841, pelo então ministro do Império, Antônio Carlos de Andrada, para ser utilizado como manual de História do Brasil Imperial.

Sobre suas obras e sua participação no governo imperial, evidencia-se que seus resumos não só continuaram circulando após seu falecimento, mas também que novas edições foram publicadas em nome do autor. Uma quarta edição foi localizada na Biblioteca Nacional, na sessão de manuscritos, e uma obra da mesma edição na Biblioteca Mário de Andrade, na sessão de obras raras, certificando tratar-se de uma edição publicada em 1855. Um fator que chamou a atenção foi uma nota de advertência presente nas primeiras páginas, a qual, além de esclarecer sobre as novas edições, menciona uma terceira edição que não foi possível localizar:

#### Advertência

O Exm. Snr. General P. de A. Bellegarde trabalhava em uma nova edição do Resumo Histórico do Brasil composto por seu falecido Irmão, quando importantes comissões o vieram distrair deste empenho.

Achando-se, porém, esgotadas as três edições anteriores e sendo uma nova pedida com instância por alguns professores; encarregamo-nos de coordenar o que estava feito, e apresentamos ao público esta nova edição, pedindo desculpa pelas imperfeições de que certamente seria isenta, a não ocorrer o embaraço ponderado. (BELLEGARDE, 1855-1860, n.p.).

Através da presente nota é possível concluir que o responsável por “atualizar” a obra era Pedro, seu irmão e membro do IHGB. A nota ainda evidencia um suposto pedido de

professores para que fosse publicada uma nova edição, mesmo quando o livro já não era mais recomendado pelo Colégio Pedro II (ANDRADE, 1999). Uma curiosidade sobre a edição localizada na Biblioteca Nacional é que esta deixa subentendido que uma outra edição estava sendo preparada e pode ter circulado, no caso a quinta, e isto já em 1860.

Figura 7 – Folha de rosto da quarta edição do Resumo de História do Brasil de 1855



Fonte: BELLEGARDE, 1855-1860, Biblioteca Nacional<sup>22</sup>.

A edição encontrada, além de evidenciar que seus resumos permaneceram em circulação, trouxe importantes informações acerca de outras edições. Mesmo diante do falecimento de Bellegarde os resumos continuaram circulando e levando aos jovens compatriotas as ideias e pensamentos do luso-brasileiro, fato este comprovado através da produção de novas edições. Essa circulação ocorreu mesmo o Resumo não sendo mais usado oficialmente no CPII, visto que em 1857 uma reforma implementou o Compêndio de História do Brasil, de Abreu e Lima, como manual da disciplina de História do Brasil.

Analisar os caminhos percorridos por Henrique Bellegarde, em conjunto com seus itinerários de formação, sua sociabilidade e as relações familiares, permitene-nos evidenciar características sobre quem foi o autor de um dos primeiros livros de História do Brasil voltados para os jovens e o primeiro recomendado pelo CPII. Os itinerários de formação nos mostraram

<sup>22</sup> BELLEGARDE, H. L. **Resumo da História do Brasil**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1855-1860. 300 f., original. Biblioteca Nacional. Localização: Manuscritos - 19,1,39.

como esteve ligado a instituições de origens europeias e militares, desde a Academia Militar no Rio até o período que estudou em Paris.

Como vimos, sua família, desde os tempos que morava em Portugal, já ocupava cargos militares, sendo dois exemplos seu pai e seu avô materno, sempre ocupando cargos importantes em instituições administrativas, por exemplo seu irmão e seu tio. Sua esposa, de igual forma, era de uma família com forte presença em instituições militares e que também veio para o nosso país no processo de transmigração da corte. Em questões geracionais, Bellegarde não se distinguia de forma gritante de outros escritores das primeiras décadas após o período de emancipação política do nosso país.

### **3.2 A vida e a obra de Ferdinand Denis**

Autor citado na primeira edição de Bellegarde, como vimos mencionado na primeira página da primeira edição, Jean Ferdinand Denis nasceu em Paris, na França, em 13 de agosto de 1798. Denis era filho de um funcionário do Ministério dos negócios estrangeiros da França (ZILBERMAN, 2013, p. 122), Joseph-André Denis. Apesar da realização de amplas e diversas pesquisas, não foi possível identificar quem seria sua mãe e existem poucas informações acessíveis sobre seu pai, apesar de ter sido funcionário de um Ministério na França.

Foi preparado durante sua infância e adolescência para seguir a carreira diplomática, concentrando seus estudos em línguas estrangeiras, entre elas o turco. Seus estudos tiveram início em uma instituição privada, que tinha como professor M. Jageot, e nessa instituição existiam também outras crianças e adolescentes. A facilidade em aprender diversos idiomas sempre foi uma característica que chamava a atenção em Denis.

Foi aos doze anos, em 1810, que seu pai fez a solicitação para que pudesse estudar na *l'Ecole des Jeunes de Langues*, que era na época uma das portas de entrada para a carreira diplomática, uma instituição que possuía vínculo com o governo, numa França que vivia diversos conflitos no período. Tentou por dois anos consecutivos ingressar na instituição, com o intuito de seguir a carreira de diplomata, porém o jovem Denis não foi aprovado (BOURDON, 1958, p. 147). Mesmo diante das negativas para que pudesse estudar na instituição, o jovem Denis persistiu aprofundando seus estudos sobre distintas línguas.

Com seus dezoito anos, em 1816, o autor francês deixou sua terra natal, tendo aparentemente como objetivo seguir para as Índias. Porém, aqui existem algumas imprecisões entre diferentes estudos que buscaram estudar sobre sua vida, algumas versões dirão que Denis partiu em busca de oportunidades que lhe rendessem autonomia financeira (DORIA, 1913, p.

219-230). São vagas as informações sobre as reais intenções do jovem francês, talvez fosse vago até mesmo para; ele naquele momento de mudança relativamente radical.

Após a saída da Europa, o jovem desembarcou inicialmente no Rio de Janeiro, que na época ainda contava com a presença da Família Real Portuguesa sob a regência de D. João, e tinha em mãos uma carta de recomendação de Francisco Manuel do Nascimento (ZILBERMAN, 2013, p. 122). O que era para ser um entreposto acabou virando sua estadia por mais de três anos, diante da imprecisão sobre qual seria o destino real do autor. O francês acabou ficando e conhecendo outras regiões do Brasil, não somente o Rio de Janeiro, visto haver seguido para a Bahia “após o período de uma estadia que o levou do Rio a Salvador, com uma incursão até Jequitinhonha” (RIUDEL, s/d).<sup>23</sup> Dessa forma, é possível compreender que o viajante andou pelo interior do nosso país e conheceu diversas regiões, além de ter viajado para outros países da América (SILVA, 1890, p. 474) até por volta de 1819 e 1820, quando decidiu retornar para Paris. Foi através de sua incursão pelo interior do nosso país que Denis conquistou a bagagem que o gabaritou para escrever sobre sua história e cultura e publicar diversas obras sobre questões relativas aos países da América.

As impressões sobre o Rio de Janeiro não foram as melhores segundo as cartas enviadas à família. Nessas cartas ele comparava a realidade com a sua antiga morada, evidenciando certo desconforto com o que vivenciava. Os registros sobre sua passagem pela Bahia também evidenciam que a capital, mesmo em tempos de presença de D. João VI, era insuficiente no que diz respeito a recursos intelectuais aos olhos de Denis, quando comparada a Paris (BOURDON, 1958, p. 154). Sua ida para Bahia tinha como objetivo inicial encontrar Henri Plasson, que havia desembarcado também em 1816 no Brasil, e que segundo consta é tido como um dos pioneiros da imprensa francesa no Brasil (LUSTOSA, 2015). Ele teria atuado nas guerras de independência da Bahia e posteriormente ido para o Rio de Janeiro (NEVES, 2019).

De acordo com Doria (1913, p. 221), foi por conta de não ter encontrado uma embarcação para levá-lo a Goa que o francês permaneceu. Este período em que esteve em solos baianos lhe rendeu uma publicação com as cartas e anotações sobre sua viagem, através das quais é possível termos uma compreensão acerca das impressões de Denis, bem como sobre os costumes e a realidade da sociedade naquele período. As cartas relatam práticas e costumes dos povos que habitavam no período a região onde o jovem viajante ficou.

---

<sup>23</sup> Para maiores informações sobre a viagem de Denis pelo interior do Brasil: RIUDEL, M. Ferdinand Denis (1798-1890). **BNF Patrimônios Compartilhados**. Seção: Literatura e circulação de ideias. Disponível em: <https://heritage.bnf.fr/france-bresil/pt-br/ferdinand-denis-artigo-por>. Acesso em: 15 out. 2020.

A viagem pelo Brasil, passando pelo Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia, resultou em escritos e anotações que auxiliaram para a constituição de diversos impressos sobre a cultura local, os quais tiveram uma boa recepção no continente europeu quando o autor regressou para a terra natal, e fez aqui amigos, como por exemplo Hippolyte Taunay:

No Brasil, lembra Jean-Paul Bruyas, «Denis se tornara amigo de Hippolyte Taunay (1793-1864), filho do pintor Nicolas Taunay (1755- 1830), membro da missão artística francesa, enviado ao Rio, em 1816» (Bruyas, 1979: XXII), amizade que rendeu a produção de um livro em parceria, *Le Brésil, ou Histoire, mœurs, usages et coutumes des habitants de ce royaume*, publicado em seis volumes, entre 1821 e 1822. Sinal de que, ao deixar a Bahia, o jovem retornou à cidade natal, dedicando-se doravante à atividade literária. (ZILBERMAN, 2013, p. 223).

O autor se relacionou com figuras que haviam vindo da França para o Brasil nas primeiras décadas do século XIX por conta das questões e conflitos políticos que ocorriam não só em solo francês, mas também em outros países como Portugal. Milhares de pessoas vieram para a América. Essa relação com escritores e artistas foi frutífera e rendeu a escrita de obras significativas acerca da cultura e literatura do Brasil, “dos estrangeiros que, no início do século passado (XIX), se interessaram pelo Brasil, nenhum teve o prestígio e a importância de Ferdinand Denis” (ROUANET, 1991, p. 11).

Retornando a Paris, tornou-se um mediador por excelência com o mundo intelectual acerca dos assuntos sobre o Brasil e a América, e suas obras foram bem recebidas pelo público e críticos. Esse fato pode ter influenciado para que o autor fosse bem visto por Henrique Bellegarde, que em 1825 foi enviado para a França a fim de aprofundar seus estudos. Na primeira edição, Bellegarde cita Denis como principal referência. Porém, na segunda o luso-brasileiro faz a seguinte advertência:

Advertência - Havíamos em nossa primeira publicação deste Resumo, vertido algumas páginas do építome francês de Mr. Denis, razão porque, em desencargo de consciência, a apelidamos [de] tradução; agora porém, melhor investigado acerca dos poucos fatos que daquele escritor trasladamos, nos chegamos a convencer de que, sem embargo das numerosas correções que por então lhes fazemos, ficarão eles os menos circunstanciados de toda a obra: por isso, abandonamos de todo o primeiro original, e compusemos a integra desta segunda edição, que damos ao público. (BELLEGARDE, 1834, p. 25).

A advertência da segunda edição possui uma explicação acerca de ser ou não ser uma tradução do autor francês, alegando que fora abandonado de todo o primeiro original. Este é um dos fatos que nos motiva a realizar a presente pesquisa, que analisou as duas edições de Bellegarde em comparação à de Denis a fim de explorar as semelhanças e as diferenças entre elas.

Voltando a Denis, ao longo do século XIX, o autor francês tornou-se referência no que diz respeito aos assuntos da América, em especial do Brasil, sendo um dos primeiros a sistematizar e a difundir a literatura brasileira nascente. O pioneirismo de Denis pode ser visto a partir do fato de que ele fora o primeiro a publicar um artigo sobre o Brasil, numa das revistas mais antigas em circulação no continente europeu: *Revue des Deux Mondes*. O artigo foi publicado em 1831, onde foram dedicadas mais de trinta páginas para falar sobre a atividade científica de Auguste de Saint-Hilaire e sua viagem pelo Brasil.

Denis tinha relações próximas com diversos autores e intelectuais, tanto Joaquim Manoel de Macedo como José Honório Rodrigues citam que o nome de Ferdinand Denis sobre as coisas do Brasil é uma “autoridade” (ROUANET, 1991, p. 145). Um fato que dimensiona sua importância é ele ter sido um importante correspondente de D. Pedro II (ROUANET, 1991, p. 11) e de diversos poetas, dentre eles o autor tinha uma boa relação com Antônio Gonçalves Dias, relações que podem ser constatadas através de cartas trocadas entre eles.<sup>24</sup>

Quando retornou para a França, já nos anos 20 do século XIX, foi que se dedicou ao trabalho, inicialmente de bibliotecário, e posteriormente como curador e conservador da *Bibliothèque Sainte-Geneviève*, em Paris, cargo que obteve a partir de 1841. A biblioteca foi um dos lugares que Denis mais passou tempo ao longo de sua vida, se dedicando dia e noite para fazer desta instituição uma referência. Alguns dirão que o viajante, escritor e conservador da biblioteca passou mais tempo dentro dela do que fora, pois foram mais de quarenta anos de dedicação, não à toa a instituição possui uma página para homenageá-lo.<sup>25</sup>

Entre as importantes obras publicadas pelo autor, cabe citar que no ano de 1821 foi o francês responsável por publicar a carta de Pero Vaz de Caminha sobre o descobrimento do Brasil, sendo a primeira vez que a Carta foi publicada em outra língua que não o português. Outras obras foram publicadas por ele, anteriores à publicação do Resumo: “em Scènes encontram-se duas outras experiências na área da ficção, «Palmares» e «Os maxacalis», que, embora lidem com temas relativos à história do Brasil e assumam premonitória perspectiva indianista, permaneceram sem tradução por mais de 150 anos” (ZILBERMAN, 2013, p. 123-124). Tais obras buscaram relatar em francês sobre costumes e sobre o quilombo de Palmares.

---

<sup>24</sup> Na sessão de manuscritos da Biblioteca Nacional, foi possível localizar uma carta datada de 1862, em que Denis se refere a viajantes e a seus estudos e comenta sobre o estado de saúde do poeta, no caso Gonçalves Dias, desejando que logo esteja bem e possa brindá-los com novos “poemas encantadores ou páginas cheias de interesse”.

<sup>25</sup> Disponível em: [https://www.bsg.univ-paris3.fr/iguana/www.main.cls?surl=fonds\\_reserve\\_denis](https://www.bsg.univ-paris3.fr/iguana/www.main.cls?surl=fonds_reserve_denis). Acesso em: 10 nov. 2020.

A obra que viria a ser traduzida por Bellegarde foi publicada em 1825 e é considerada um de seus livros mais bem-sucedidos, tanto que alcançou duas edições no mesmo ano, sendo para a época considerado um sucesso editorial. O livro não se tratava exclusivamente *de l'histoire du Brésil*, pois trazia uma parte também sobre *la Guyane*, porém visivelmente a parte brasileira ocupou muito mais páginas da publicação francesa. Já na versão brasileira, corrigida e aumentada por Henrique Bellegarde, a parte destinada a Guiana fora suprimida.

Após a publicação de Bellegarde, a versão brasileira chegou ao conhecimento do autor e viajante francês, que não gostou das versões que chegaram até suas mãos na *Bibliothèque Sainte-Genève*. Cabe pontuar que chegaram até ele as duas primeiras edições que analisaremos, de 1831 e 1834. Nas páginas da versão brasileira, Denis deixou algumas anotações que demonstram o seu descontentamento com a *tradução* realizada pelo autor luso-brasileiro, as quais não deixam dúvidas quanto ao seu desgosto pela forma da primeira versão publicada em 1831:

O indivíduo que tão estranhamente traduziu este livrinho, ou melhor, que o desfigurou, Henrique Luiz Niemeyer Bellegarde, nasceu em Lisboa [...]. Sua biografia está incluída no T. 1 [sic] das Memórias do Instituto Histórico [em português no original]. Foram impressos mais de 1500 exemp. [sic] da 1ª ed. [sic] desta tradução ridícula. [...]

Esta primeira edição é de 1831. Tomei conhecimento do livro por intermédio de Gaetano [sic] de Moura em 13 de 7bro. [sic] de 1839. O exemplar que me foi trazido pertence a Mr. Guedes. (ROUANET, 1991, p. 169).

As anotações de Denis sobre a primeira edição evidenciam seu descontentamento com a obra do luso-brasileiro, a qual ele caracteriza como uma obra desfigurada da qual ele só tomou conhecimento após o falecimento do autor luso-brasileiro. Através destas anotações é possível saber que ele tomou conhecimento por intermédio de Gaetano de Moura, que era natural da Bahia, e que encaminhou a edição para Denis apenas em 1839, ano em que o tradutor luso-brasileiro faleceu. Dentre as anotações fica nítido que o francês buscou maiores informações sobre o tradutor e a obra que recebera, por conta de ter informações precisas sobre quantos exemplares foram publicados e sobre o fato de que uma segunda edição foi publicada posteriormente.

Em relação à segunda edição as críticas feitas pelo francês foram mais contundentes, sendo importante pontuar, fato já mencionado, que nesta edição fora suprimida a advertência que informava sobre a influência de Denis na publicação. Ele pontua que o livro tinha a aprovação do governo para que fosse adotado nas escolas e informa quando tomou conhecimento da obra, porém, diferentemente da anotação na primeira edição, nesta ele não



fala sobre quem apresentou a obra, mas deixa anotado quando foi que tomou conhecimento da publicação:

Em 1834, saiu no Rio de Janeiro uma segunda edição do *Résumé de l'histoire du Brésil* por Niemeyer Bellegarde com aprovação do governo para que este livro fosse adotado nas escolas. O tradutor pôs uma nota engraçada na folha de rosto [do livro], na qual anuncia que assume toda a responsabilidade pela obra; que é bem verdade que ele traduziu algumas páginas minhas, mas que comunicava esta circunstância somente por desengano de consciência, mas que, definitivamente, como ele se tinha visto compelido a fazer inúmeras correções no volume, não via absolutamente porque este não seria publicado em seu nome. Que desfaçatez! Só tomei conhecimento desta 2ª ed. [sic] em 27 de julho de 1842. (ROUANET, 1991, p. 170).

A advertência presente na segunda edição, sobre não se tratar mais de uma tradução, não foi bem vista por Denis. Por fim, uma das anotações presentes na segunda edição diz que “este Niemeyer é um indivíduo impudente” (ROUANET, 1991, p. 170), frase que resume de forma pontual sua opinião acerca dos resumos, tanto a primeira como a segunda edição.

O interesse de Denis por obras cuja temática fosse o Brasil e sobre a história de outros países americanos permaneceu ao longo do século XIX, foram diversas as suas publicações que tinham essa temática. Alguns o chamaram de “pai dos estudos brasileiros na França”, como faz Michel Riaudel, por conta de seu pioneirismo através de diversas obras. É preciso levar em conta que boa parte de suas obras sobre o nosso país foram concebidas nos anos 20 do século XIX, período este marcado pelo processo de independência, contexto de uma nação em busca de identidade. Algumas das obras que Denis publicou são *Résumé de l'histoire de Buenos-Ayres, du Paraguay et des provinces de La Plata, suivi du Résumé de l'histoire du Chili*, em 1827, continuando com suas publicações sobre o Brasil, em 1833, *Histoire géographique du Brésil*, que teve duas reimpressões, em 34 e 35. Em 37, Denis publicou *Brésil*, e continuando com os escritos publicou *Une fête brésilienne célébrée à Rouen en 1550*, em 1850 (ZILBERMAN, 2013, p. 124).

A cultura e os costumes brasileiros estavam entre os temas que apareciam com certa frequência em suas obras, sendo um dos primeiros autores a separar a História da Literatura brasileira da História da Literatura portuguesa ainda no século XIX, o que é um diferencial se comparado com a maior parte dos escritos do período. O IHGB em sua inauguração concedeu-lhe o título de membro correspondente, mas após uma reclamação sua, foi contemplado com o título de sócio honorário. Durante o governo imperial, foi homenageado com as ordens do Cruzeiro e da Rosa, por conta de ser considerado pelo imperador um legítimo “amigo do Brasil” (SILVA, 1890, p. 475).

Denis permaneceu trabalhando como conservador da *Bibliothèque* até 1883 e faleceu em 1º de agosto 1890, com praticamente noventa e dois anos, sendo parte considerável

dedicados a estudar e escrever sobre a História e a Literatura do Brasil e de outros países da América, como foi possível observar através de suas publicações. O autor e viajante pode ser visto como um difusor da cultura do nosso país na França, ao longo de praticamente todo o século XIX, tendo visto e vivenciado parcialmente de perto a realidade que buscava apresentar aos seus leitores, sobre suas publicações, é importante lembrar que algumas dessas obras foram sucesso editoriais se considerados os períodos nos quais estavam em circulação.

Com gosto pelos livros e arquivos, F. Denis trabalhou de 1841 a 1883 na biblioteca Sainte-Geneviève, em Paris, primeiro como funcionário da biblioteca, depois como administrador. Recebendo os visitantes, mantendo uma abundante correspondência, durante estas décadas ele foi um ponto de passagem incontornável de inúmeros franceses, escritores, historiadores ou viajantes, e de brasileiros, entre os quais o próprio Imperador D. Pedro II. (RIUDEL, s/d.)

Mais uma vez é mencionada a relação de Denis com o então imperador do Brasil, D. Pedro II. A sua morte rendeu uma menção na sessão de 22 de agosto de 1890 do IHGB, na qual foi comunicado aos demais membros o falecimento do viajante, escritor e historiador. A menção foi feita por Joaquim Norberto, que mencionou o gosto do francês em ver seu resumo traduzido, o que, através das anotações feitas nas edições presentes na *Bibliothèque*, pode-se constatar que talvez não tenha sido um legítimo “gosto”, mas talvez um “desgosto”, se levarmos em consideração as palavras e termos utilizados por Denis sobre Bellegarde e suas edições. É importante apontar que a opinião do francês ficou restrita durante parte significativa da sua vida nas anotações feitas nas edições presentes na instituição em que trabalhou.

A menção apresenta as distintas fases da vida do autor francês desde sua infância, e em cerca de quatro páginas fala sobre sua passagem pelo Brasil, pela região da Prata, aponta sua importância por ter escrito sobre a História da Literatura do nosso país, Geografia e História em seus livros que tinham como ênfase não só o Brasil, mas também o continente americano. Na menção ainda fala sobre o fato deste ter sido um dos sócios do instituto e sua influência ainda na fundação. Não são poucos os elogios feitos pelos membros do IHGB, que o viam como um amante e amigo do nosso país, em especial por levar para a França informações preciosas:

Senhores!

No dia 3 deste mês o cabo telegráfico que atravessa o Oceano Atlântico, estremeceu ao transmitir ao Brasil a triste nova - faleceu Ferdinand Denis!

Dois países estrangeiros, mas que não lhe eram estranhos, além da pátria sua, pranteiam hoje essa perda imensa. São eles – Brasil e Portugal – dos quais o ilustre varão era amigo sincero e encomiasta incansável; pois percorrera ambas as terras, e recolhido à sua nação a grande e nobre França, nunca mais se esqueceu delas, consagrando-lhes suas obras, cheias de reminiscências, que lhe ficaram de suas viagens e enviando agradecido da hospitalidade que ambas lhe prodigalizaram. Nunca o vi, mas era seu amigo e extremamente admirador, e em cartas suas tenho as mais íntimas provas de quanto nos estimava e de quanto prezava o nosso Instituto, pois pode-se dizer, que partiu dele a iniciação da sua fundação e por isso nossos antecessores o inscreveram na lista dos nossos sócios honorários.

[...] Teve o gosto de ver o seu Resumo da História do Brasil traduzido, se bem com mais desenvolvimento e correção, pelo nosso falecido consócio o major Henrique Luiz Niemeyer Bellegarde, o qual foi adoptado por circular do governo às Câmaras municipais do império para leitura das escolas primárias. (SILVA, 1890, p. 474-476).

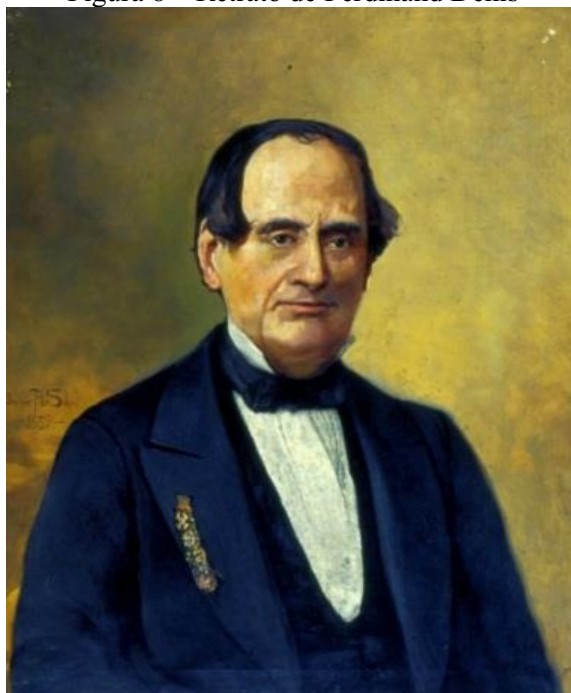
A nota presente na revista faz um breve relato sobre a importância de Denis para o Brasil, sua influência em diversos sentidos, desde a escrita da História da nação ainda nos anos 20 daquele século, passando pelo fato de ser sócio da instituição, sua amizade com D. Pedro II, citado na revista mesmo após a Proclamação da República que havia ocorrido no ano anterior. “Entre os telegramas de pêsames que recebeu a família, distinguiu-se um de uma notável pessoa, que não se esqueceu de quanto era ele caro à nossa pátria e dizia assim: sinto profundamente a morte do amigo do Brasil e meu” (SILVA, 1890, p. 475). Sem citar o nome do imperador deposto, foram mencionadas as palavras que Pedro II enviou através do telegrama.

Ao escrever sobre a cultura do nosso país, Denis rendeu estudos em distintas áreas de conhecimento, como por exemplo na literatura, história e geografia. Estes estudos buscaram analisar e compreender o Brasil apresentado por este francês que por anos fez do país sua “casa”. Destes diversos estudos, a maior parte tinha ênfase sobre a influência do autor na História da Literatura, como é o caso de Maria Helena Rouanet (1991; S/D), Regina Zilberman (2006a; 2006b; 2013) e mais recentemente Rafael Souza Barbosa (2017).

É notável que a influência de Denis não se restringiu à tentativa de tradução de Bellegarde, sendo perceptível o quanto o autor foi importante para estudos de diversas áreas do conhecimento, não restringindo-se à História. Filho de um funcionário do Estado francês, como vimos, Denis teve uma infância dedicada ao estudo de diversas línguas, quando na flor da juventude se arriscou para desbravar novos lugares, conhecendo os rincões do Brasil nos anos finais do processo de independência. Desbravou outros países da América Latina no período, o que lhe deu bagagem para escrever sobre.

Foi sócio do IHGB e um dos incentivadores para a criação da instituição. Foi também homenageado com ordens pelo governo brasileiro, e era uma referência na França quando o assunto era Brasil. Os estudos sobre o autor deixam claro sua boa relação com governantes e parte significativa dos responsáveis pela escrita da História do nosso país no século XIX, não sendo vã a homenagem realizada pelo IHGB quando ele faleceu. Por conta de sua importância, o autor foi representado por artistas brasileiros e franceses. Para finalizar esta parte dedicada a conhecer mais sobre sua vida e suas obras, bem como sobre suas viagens e suas relações com o Brasil do século XIX, apresentamos uma das obras que objetivou retratar o escritor e viajante francês, feita já após a sua morte (Figura 8):

Figura 8 – Retrato de Ferdinand Denis



Fonte: SILVA, 1939.

#### 4 DO RÉSUMÉ AOS RESUMOS – DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS

Após seu retorno ao continente europeu nos anos 20 do século XIX, Ferdinand Denis produziu algumas obras sobre a América, essas relacionadas ao conhecimento que ele havia adquirido em sua viagem ao Brasil. Dentre essas, está *Résumé de L’histoire du Brésil suivi du Résumé de L’histoire de la Guyane*, publicada em Paris pela editora *Lecointe et Durey* em 1825, que apresentava aos franceses a história do Brasil em conjunto com a das Guianas. O primeiro país recebeu maior destaque, ocupando cerca de 250 páginas, enquanto a parte dedicada as Guianas ocuparam pouco mais de 70 páginas. Segundo Henrique Bellegarde, autor luso-brasileiro, esse livro serviu de inspiração para escrever *Resumo da História do Brasil até 1828*, publicado em 1831. Neste capítulo são analisadas as diferenças e semelhanças entre a obra de Denis e as de Bellegarde.

*Resumo da História do Brasil* de Bellegarde teve duas edições, a primeira data de 1831 e a segunda de 1834, sendo as duas publicadas no Rio de Janeiro, capital do Império. Algumas das mudanças observadas entre as edições são a supressão da influência de Denis na segunda edição, mencionando somente que alguns trechos haviam sido retirados da obra francesa e que se tratava de um novo trabalho Bellegard informa que abandonaram “de todo o primeiro original” e que compuseram “a íntegra desta segunda edição” (1834, p. 5). No que tange à tipografia responsável por cada impressão, sendo a primeira realizada pela *Typographia de Gueffier e C*, enquanto a segunda pela *Typographia de R. Ogier*.

Uma diferença crucial entre as três obras analisadas diz respeito às finalidades. As de Bellegarde tinham o intuito de serem utilizadas por estudantes nas escolas, o mesmo não se aplica à edição francesa. Na primeira edição do luso-brasileiro é mencionado por ele que sentiu-se motivado pela possibilidade de sua obra colaborar com os jovens estudantes, de modo que conclui: “feliz se nossos jovens compatriotas acharem n’este livro auxílio a seus primários estudos, único incentivo que a tal publicação nos animou” (1831, p. 253). Enquanto que na segunda edição esse propósito foi alcançado, como se observa na informação de que essa foi “adoptada pelo governo para uso nas escolas” (1834, p. 03). Já na obra de Denis existe a referência à intenção de apresentar, em tradução livre, as “cenais da natureza nos trópicos e sua influência na poesia” (1825, n.p., tradução nossa)<sup>26</sup>, ou seja, o foco, diferentemente das edições brasileiras, não era para ser utilizada em escola ou pelos jovens compatriotas.

---

<sup>26</sup> “Scènes de la nature sous les tropiques, et leur influence sur la poésie; suivies de camoens et Jose Indio, par Ferdinand Denis, avec cette épigraphe: On ne saurait douter que le climat, la configuration du sol, la physionomie des végétaux, l’aspect d’une nature riante ou sauvage, n’influent sur le progrès des arts, et sur le style qui distingui leurs Productions”.

Sobre a organização das edições é importante ressaltar que a versão de Denis apresenta uma divisão diferente das brasileiras, sendo a francesa estruturada em 23 temas sobre a História do Brasil. Os temas desenvolvidos pelo autor ao longo do *Résumé* são: 1. “Geografia: detalhes estatísticos”; 2. “História das nações selvagens encontradas no Brasil durante a conquista”; 3. “História da descoberta”; 4. “Divisão do Brasil em capitanias”; 5. “Tentativas francesas de se estabelecer no Brasil”; 6. “Formação da colônia dos paulistas”; 7. “Expulsão dos franceses”; 8. “Divisão do Brasil: em duas formas de governos”; 9. “O Brasil sob domínio espanhol”; 10. “Novas tentativas dos franceses de se instalarem no Brasil”; 11. “Invasões dos holandeses”; 12. “Sequência da guerra dos holandeses”; 13. “Emigração dos habitantes de Pernambuco”; 14. “História de diferentes descobertas pelo interior do Brasil”; 15. “Palmares”; 16. “Continuação da História das descobertas”; 17. “Expedição de Duguay-Trouin”; 18. “Descoberta das minas de diamantes”; 19. “Chegada do regente no Brasil”; 20. “Primeira revolução em Pernambuco”; 21. “Independência do Brasil: comércio e agricultura”; 22. “Tribos selvagens ainda existentes no Brasil e um olhar para o destino das pessoas negras”; 23. “Um olhar sobre os últimos eventos” (DENIS, 1825, n.p., tradução nossa)<sup>27</sup>.

No que tange às duas edições do livro de Bellegarde, esses apresentam a história nacional dividida em seis grandes épocas (períodos) nomeadas da mesma forma nas duas edições: 1. “O Brasil antes da conquista”; 2. “O Brasil conquistado pelos portugueses”; 3. “O Brasil sob domínio espanhol”; 4. “O Brasil livre do jugo de Espanha”; 5. “O Brasil como sede da monarquia portuguesa”; 6. “O Brasil império constitucional independente”. Esses seis períodos foram divididos em subtemas de acordo com a cronologia dos acontecimentos. As duas edições têm impressos os anos em que ocorreram os fatos descritos na lateral da página.

Outro aspecto que foi observado sobre a organização na edição de Bellegarde são os subtemas, que surgem somente a partir do segundo período, cabendo pontuar que ocorrem diferenças nos subtemas de outras épocas, por exemplo nas segundas épocas. Nessa época denominada O Brasil conquistado pelos portugueses existem algumas diferenças entre as duas edições do autor. A primeira publicação subdividiu-se em: Divisão do Brasil em Capitanias,

---

<sup>27</sup> “1. Géographie: détails statiques; 2. Histoire des nations sauvages trouvées au Brésil lors de la conquête; 3. Histoire de la découverte; 4. Division du Brésil en capitaineries; 5. Tentatives des français pour s’établir au Brésil; 6. Formation de la colonie des paulistes; 7. Entière expulsion des français; 8. Division du Brésil: on en forme deux gouvernements séparés; 9. Le Brésil sous la domination espagnole; 10. Nouvelles tentatives des français pour s’établir au Brésil; 11. Invasion des hollandais; 12. Suite de la guerre des hollandais; 13. Emigration des habitants de Pernambuco; 14. Histoire de différentes découvertes dans l’intérieur du Brésil; 15. Palmarès; 16. Continuation de L’Histoire des découvertes; 17. Expédition de Duguay-Trouin; 18. Découverte des mines de diamants; 19. Arrivée du régent au Brésil; 20. Première révolution de Pernambuco; 21. Indépendance du Brésil: commerce, agriculture; 22. Tribus sauvages existantes encore au Brésil, coup d’oeil sur le sort des noirs; 23. Coup d’oeil sur les derniers événements.”

Povoação do Espírito Santo, Povoação de Pernambuco, Povoação da Bahia, Tentativas dos Franceses Para se Estabelecerem no Brasil, Povoação de São Paulo, Expulsão dos Franceses, Povoação do Rio de Janeiro, Divisão do Brasil em Dois Governos Separados, O Brasil Volta ao Regime de um só Governador e Povoação da Paraíba. A segunda edição é semelhante a essa, no entanto foram acrescentados os seguintes subtópicos: Povoação de São Vicente, Primeiras Explorações Sobre o Interior e finaliza com Morte do Cardeal Rei.

A terceira época, que versa sobre o domínio espanhol no Brasil, subdivide-se igualmente nas duas edições em: Minas de Prata, Povoação de Sergipe, Os Ingleses Acometem o Brasil, Povoação do Rio Grande do Norte, Incursões no Interior, Povoação de Ceará, Nova Expedição Francesa, Povoação do Maranhão, Povoação do Pará, Os Holandeses Atacam o Brasil, Conduta dos Colonos para com os Indígenas, Segunda Invasão e Estabelecimento dos Holandeses, Viagem pelo Amazonas e o Brasil é Governado por Viceréis.

A quarta época, sobre o Brasil livre do jugo da Espanha, subdivide-se em: Insurreição em São Vicente, Expulsão dos Holandeses, O Brasil Recebe o Título de Principado, Povoação de Santa Catarina, Rasgo de Valor, Povoação das Alagoas, Fundação da Colônia do Sacramento, Minas de Ouro, Povoação de Minas Gerais, Negros de Palmares, Outras Expedições Francesas, Decadência no Norte, Povoação de Piauí, Povoação de Goiás, Minas de Diamantes, Povoação do Rio Grande do Sul, Guerras de Limites, A Capital do Brasil Passa ao Rio de Janeiro, Melhoramentos no Brasil, Os Espanhóis Tomam Santa Catarina, Limites Definitivos, Intento Revolucionário em Minas Gerais e Guerra com Buenos Aires. Na segunda edição, foram acrescentados os seguintes subtemas: Constituição do Arcebispado da Bahia, Povoação de Mato Grosso e Defesa de Nova Coimbra.

A quinta época, cujo tema era o Brasil como sede da monarquia portuguesa, é organizada na primeira edição em: Liberdade de Comércio, Conquista de Cayena, Patriótica Administração, O Brasil Elevado a Reino, Campanha do Sul, Revolução em Pernambuco, Casamento do Príncipe Real, Aclamação do Rei D. João VI, Segundo Período da Campanha do Sul, Nova Constituição Política, Reunião Eleitoral no Rio de Janeiro, Regresso do Rei D. João VI e o Príncipe Real D. Pedro Fica Regente do Brasil. Em comparação, na segunda edição, é acrescentado o subtema Motim Militar em Santos.

Os subtemas da sexta e última época, que têm como tema o período independente do nosso país, na primeira edição são: Reunião da Assembleia Constituinte, Movimentos em Diferentes Províncias, Incorporação de Montevideo ao Brasil, Dissolução da Constituinte, Constituição Oferecida pelo Imperador, Segunda Revolução em Pernambuco, Atentado na Bahia, Reconhecimento da Independência, Nascimento do Príncipe Imperial D. Pedro, O

Imperador dá Constituição a Portugal e Abdica a Coroa Daquele Reino, Morte da Imperatriz, Terceiro Período da Campanha do Sul, Matança no Rio de Janeiro e Fim da Campanha do Sul e Separação de Montevidéu. Na edição de 1834 foi acrescido o subtema União de Chicuitos e Seca no Ceará.

Outra diferença entre as edições de Denis e de Bellegarde é a expectativa do primeiro quanto ao desenvolvimento do Brasil após sua emancipação de Portugal. No prefácio da publicação francesa é mencionado que diversos países da América estavam em processo de independência. Sobre o Brasil ele afirma que “em poucos séculos, em breve elevará este belo país ao posto de impérios poderosos” (DENIS, 1825, n.p., tradução nossa)<sup>28</sup>, palavras que demonstram a expectativa do viajante em relação ao resultado do processo de independência. O autor aponta que as riquezas naturais, a localização geográfica privilegiada e a fertilidade das terras são algumas características que o diferenciaria como um império, de modo que “tudo deve agora nos fazer acreditar que essas esperanças serão realizadas, e que imensas melhorias não podem deixar de segui-las” (DENIS, 1825, n.p., tradução nossa)<sup>29</sup>. Inclusive, na edição de Denis há várias informações sobre geografia e estatísticas populacionais que não estão presentes no Resumo de Bellegarde.

Isso pode ser observado nas estatísticas sobre a composição da população no Brasil entre 1816 e 1819 presentes na edição francesa e suprimidas nas edições luso-portuguesa. As tabelas, localizadas antes do primeiro capítulo, segmentam os habitantes por capitanias e os dividem em: brancos, indígenas, mestiços e pessoas de cor livres, mestiços e pessoas de cor escravos, negros livres e negros escravos. Para construir essas tabelas, o autor utilizou o documento produzido pelo geógrafo M. De Balbi, que foi elaborado de acordo com as ordens do tribunal do Rio em 1816 (DENIS, 1825, n.p.).

Esses números possibilitam ter uma noção quantitativa da população nesse período. Apesar disso, é importante considerar a dificuldade para dimensionar com precisão esses habitantes. Um exemplo desse problema foi observado por Denis sobre os indígenas livres. Ao final das tabelas, ele menciona que “deve ter sido muito difícil determinar o número de indígenas livres” (DENIS, 1825, n.p., tradução nossa)<sup>30</sup>, e desta forma “é necessário jogar alguma coisa na massa para obter um total mais próximo da verdade” (DENIS, 1825, n.p., tradução nossa)<sup>31</sup>.

<sup>28</sup> “Qui en peu de siècles élèvera bientôt cette belle contrée au rang des empires puissants.”

<sup>29</sup> “Tout doit faire croire maintenant que ces espérances se réaliseront, et que d'immenses améliorations ne peuvent manquer de suivre celles-ci.”

<sup>30</sup> “Qu’il au dû être fort difficile de s’assurer du nombre des indigènes libres.”

<sup>31</sup> “Et il faut à jou ter quelque chose à la amasse pour obtenir un total plus rapproché de la vérité.”



Outra diferença entre as edições dos autores é o fato de Bellegarde não apresentar nem epígrafe e nem prefácio, ao contrário do que ocorre com a de Denis. Antes de iniciar o conteúdo há somente uma advertência, presente nas duas versões. Na edição de 1831 ele adverte sobre as diferenças com a edição francesa presentes nas primeiras partes. Ele também utiliza da noção de tradução e esclarece que “quanto à parte contemporânea que nos diz respeito, limitamo-nos à pura e ingênua exposição dos fatos” (1831, p. 7). Por outro lado, na segunda, o autor luso-brasileiro explica que sua tradução da obra de Denis foi parcial, de modo que tinha alterado o conteúdo que houvera escrito para elaborar essa nova versão. Segundo Bellegarde (1834, p. 5), “abandonamos de todo o primeiro original, e compusemos a integra desta segunda edição”. Apesar das alegações do autor, constatamos que a organização das partes e outras características em comum foram mantidas.

Os subtítulos, por exemplo, muitas das denominações francesas são traduzidas para o português. É o caso da parte que apresenta “O Brasil Sob o Domínio Espanhol”, que consiste apenas numa tradução. Porém outras foram renomeadas, como é o caso de “O Brasil Antes da Conquista”, que na tradução literal do francês seria “História das Nações Selvagens Encontradas no Brasil Durante a Conquista”. O autor luso-brasileiro organiza em seis grandes épocas os mais de vinte temas utilizados pelo autor francês, como é o caso do tema Palmares, que Bellegarde insere como um subtema denominado de “Negros de Palmares” na quarta parte.

A fim de melhor organizar a análise comparativa entre as publicações de Denis e Bellegarde, e as duas edições deste, organizaremos nossa análise em tópicos temáticos abordados em todas as edições. São eles: As primeiras épocas e o Brasil antes da conquista; De Palmares aos Negros de Palmares: encontros e desencontros; A viagem da família real portuguesa e de Henrique Bellegarde; A Independência e o despertar do Império.

A escolha do recorte temático parte do interesse em identificar a visão dos autores, as diferenças e semelhanças entre as publicações, sendo que o primeiro recorte está ligado ao fato de identificar as principais fontes para apresentar informações sobre e as visões sobre as populações que já habitavam o território, bem como sobre seus costumes e o processo de conquista pelos portugueses. O segundo recorte, que apresenta as características do quilombo de Palmares, tem por intuito identificar como a resistência à escravidão é tida, e consequentemente a escravidão em si, tanto por Denis, como por Bellegarde. A viagem da família real portuguesa despertou o interesse a partir do fato de que um dos autores participou desta, no caso o luso-brasileiro, sendo que as diferenças identificadas nas obras de cada autor podem estar ligadas às experiências eles tiveram com esse evento. Por último, o processo de independência e o “despertar” do Império foi um dos recortes temáticos, em virtude da participação de

Bellegarde, e tem como o intuito de compreender sua visão e pontuações acerca deste importante marco cronológico da historiografia.

#### 4.1 As primeiras épocas e o Brasil antes da conquista

Num primeiro momento, a análise objetiva compreender como o luso-brasileiro apresenta “O Brasil Antes da Conquista”. De acordo com o autor, além de Denis, essa parte foi composta por várias referências: Damião de Góis, Sebastião da Rocha Pita, Gaspar de Madre de Deus, Manuel Ayres de Casal, Jean de Lery e Robert Southey. Esses escreveram sobre a História do Brasil em épocas anteriores de Bellegarde. Inclusive, alguns serviram como referência para o autor francês, como é o caso de Rocha Pita e Jean de Lery, também são citados por ele.

As denominações dessa primeira época são idênticas na primeira e segunda edição do autor luso-brasileiro, enquanto que na versão francesa foi intitulada de: “História das nações selvagens encontradas no Brasil durante a conquista”<sup>32</sup>. Na edição de Denis, este subtema encontra-se após as estatísticas geográficas e, apesar de Bellegarde mencionar que outros autores o teriam influenciado, contém trechos idênticos à versão francesa, ocorrendo principalmente na primeira edição do luso-brasileiro. Essa primeira época é destinada a descrever os costumes das tribos encontradas durante o processo de conquista, mas também toca no que tange ao “estabelecimento dos portugueses” e do “desumano tráfico da escravidão” (BELLEGARDE, 1831; 1834, p. 23) dos povos que habitavam o território, da mesma forma de Denis (1825, p. 23). No que diz respeito às semelhanças com a edição de Ferdinand Denis, temos como exemplo esta citação no primeiro parágrafo, que na versão francesa diz:

Infelizmente, é verdade que todos os lugares onde queríamos que os europeus realizassem suas conquistas logo as nações selvagens desapareceram. Não foram apenas as guerras que destruíram os nativos do novo mundo; é preciso contar entre as causas de sua ruína as doenças que carregamos entre elas e a escravidão, para as quais elas muitas vezes preferiam a morte. Pauw disse: "Não resta quase nada da América antiga, exceto o céu, a terra e a memória de seus terríveis infortúnios". Seria fácil provar que essa frase não é apenas eloquente, mas que contém em poucas palavras a história de vários milhões de homens (DENIS, 1825, p. 10).<sup>33</sup>

No que diz respeito às versões do autor luso-brasileiro, cabe pontuar que essas contém

<sup>32</sup> “Histoire des nations sauvages trouvées au Brésil lors de la conquête.”

<sup>33</sup> “C'est une vérité malheureusement trop connue, que partout où l'on a vu les Européens porter leurs conquêtes les nations sauvages ont bientôt disparu. Ce ne sont point seulement les guerres qui ont détruit les indigènes du nouveau monde; il faut compter parmi les causes de leur ruine les maladies que nous avons portées parmi eux, et l'esclavage, auquel ils ont souvent préféré la mort. Paw a dit: "Il n'est presque rien resté de l'ancienne Amérique que le ciel, la terre, et le souvenir de ses épouvantables malheurs". Il serait facile de prouver que cette phrase n'est point seulement éloquent, mais qu'elle contient en quelques mots l'histoire de plusieurs millions d'hommes.”

diferenças em relação ao texto. Na primeira edição há algumas semelhanças com a edição francesa, por exemplo, a citação de Cornelius de Pauw.<sup>34</sup> Bellegarde (1831, p. 9) reproduziu a citação e sua opinião também está próxima a do autor francês:

É uma verdade infelizmente incontestável, que, a toda a parte onde os Europeus tem levado suas conquistas, as nações selvagens tem rapidamente diminuído. Não são somente as guerras, que tem exterminado os indígenas do Novo Mundo, é preciso contar entre as causas da sua ruína, as moléstias importadas por nós, e a escravidão, a que eles tem por tantas vezes preferido a morte.

Pauw disse: “Nada mais existe da antiga América, do que o céu, a terra, e a dolorosa memória das suas espantosas desgraças”. Esta frase contém em poucas palavras a história de muitos milhões de homens.

A primeira edição de Bellegarde, apesar de diferenças pontuais, é bem parecida com a obra de Denis, o que pode estar ligado ao fato de ser uma tradução. No entanto, em relação à segunda edição, as diferenças podem ser observadas no modo como os autores representam a população que vivia no Brasil antes da conquista. O autor modifica de forma significativa a descrição sobre a América e sobre as relações entre europeus e os povos que habitavam o continente na introdução, ponderando sobre a relação de colonização no Brasil, de modo que desloca a citação de Pauw para após suas considerações sobre as conquistas:

A rápida despovoação da América Meridional, depois das conquistas europeias, é um dos fenômenos, que mais tem dado que fazer explicar, aos historiadores desta parte do mundo: é necessário, contudo, não a contemplar tão crescente, como a tem figurado alguns escritores estrangeiros, que ciosos dos descobrimentos portugueses, tem tratado de torná-los odiosos, exagerando aqueles excessos que sempre se cometem em conquistas, e que eles querem atribuir a barbaria da nação. (BELLEGARDE, 1834, p. 7).

Bellegarde critica a visão de autores estrangeiros sobre o processo de conquista neste trecho. Diferentemente da primeira edição, compreende os acontecimentos desse período como excessos, mas que “sempre se cometem” por ser um fenômeno natural da “despovoação”. A citação a Pauw é mantida nessa versão, porém ela aparece somente na terceira página da publicação, enquanto que nas outras edições analisadas a citação é inserida antes dos erros e excessos do processo de conquistas na primeira página.

A citação de Pauw na segunda versão também foi acompanhada da crítica ao etnólogo holandês, diferentemente das edições anteriores, a francesa e a primeira luso-portuguesa, nas quais afirmavam resumir a história de milhões de pessoas. A opinião do luso-brasileiro é significativamente alterada na publicação de 1834:

É verdade que muitas nações desapareceram, mas é necessário não confundir com o nome de nações, estas hordas, das quais muitas constavam de uma só família, ou

<sup>34</sup> Cornelius de Pauw – (18 de agosto de 1739 | 5 de julho de 1799): era um filósofo, etnólogo, geógrafo e diplomata holandês, publicou diversas obras sobre a América, com destaque para a cultura dos povos que habitavam o continente anteriormente a chegada dos europeus, porém não chegou a conhecer o continente. Possuía uma boa relação com intelectuais iluministas, com os quais chegou a corresponder.

somente existiram nos escritos dos viajantes. Nem sirva de argumento para a verdade da narrativa histórica, a decantada exclamação de Pauw, “pouco mais existe da antiga América, do que o céu, a terra e a memória de suas espantosas desgraças”, o escritor que todos sabem ter tanto de eloquente, como de mal informado e parcial, haja vista ao medo que lhe metem os lagartos, que contudo se comem geralmente e a ninguém fazem mal: e a sua teima da degeneração da natureza animal, no novo continente. (BELLEGARDE, 1834, p. 9-10).

Como observado aqui em cima, a citação de Pauw é contextualizada em tom crítico, de modo que se refere a ele como eloquente, mal informado e parcial. Isso sem apresentar argumentos plausíveis que justifiquem sua opinião e sim fundamentos de cunho pessoal, por exemplo o medo de lagarto do etnólogo. Desta forma, observa-se que Bellegarde mudou na segunda edição sua posição quanto à explanação e, de certa forma, sobre o autor holandês.

Sobre a visão que Bellegarde tinha dos povos na América e de seus costumes, pode-se concluir pelo modo como se referiu a eles “povos errantes, que só viviam dos recursos que expontaneamente lhes apresentava a natureza” (BELLEGARDE, 1834, p. 8), que julgava suas práticas por viverem apenas do que a natureza fornecia. Denis também utilizou o termo “errante” para descrever os costumes das distintas tribos e nações, no entanto, foi empregado num contexto em que exalta a independência desses povos: “encontramos quase os mesmos costumes usados na maioria das tribos; em todos os lugares vemos o amor da vida errante e o da perfeita independência” (1825, p. 12, tradução nossa)<sup>35</sup>. No decorrer desta temática, o francês compara as diversas tribos e aponta que apesar deste nomadismo, que seria difícil viver no continente europeu, os povos americanos alcançaram diversas “(...) vantagens que a civilização só poderia substituir após um longo período de tempo” (DENIS, 1825, p. 12, tradução nossa)<sup>36</sup>.

Na primeira edição do luso-brasileiro, o autor manteve o mesmo trecho mencionado acima sobre a vida dos povos que habitavam a América, inclusive sobre as vantagens dos costumes americanos em relação aos dos europeus. Bellegarde (1831, p. 12), escreveu que “por toda a parte se acham provas irrefragáveis de que o estado selvagem em que viviam estes povos reunia vantagens que a civilização só pode oferecer ao fim de muitos séculos.”. Conclui-se que a primeira edição é quase uma “tradução”, apesar de alterações pontuais feitas pelo autor luso-brasileiro. Em contraposição a isso, a segunda versão se difere com relação a essa temática das publicações que a precedem.

Apesar das mudanças realizadas nos primeiros parágrafos da publicação de 1834 e da advertência do autor sobre ter alterado totalmente a segunda edição, as modificações aparentemente ocorreram com maior ênfase nos trechos iniciais e não em todos os parágrafos

<sup>35</sup> “On retrouve à peu près les mêmes mœurs usages dans la plupart des tribus, partout on voit l'amour de la vie errante et celui d'une parfaite indépendance.”

<sup>36</sup> “(...) avantages que la civilisation ne pourrait remplacer qu'au bout d'un long espace de temps.”

da primeira época. Por exemplo, ao escrever sobre a cultura e costumes dos povos que habitavam o território antes da chegada dos portugueses, Bellegarde menciona que “por toda a parte se acham provas irrefragáveis de que o estado selvagem em que viviam estes povos reunia vantagens que a civilização só pode oferecer no fim de séculos” (1834, p. 12), esse, assim como outros trechos permaneceram idênticos ou foram realizadas pequenas alterações.

Diversos povos são descritos nas três obras analisadas: Tupis, Tupinambás, Tapuyas, Tupiniquins, Tamoyos, Caetés, Amapiras, Ubirajaras, Carijós, Goitacazes e outros. Sobre os costumes desses, a edição francesa tem diversos trechos em que relata e descreve as práticas, alimentação, religiosidade, organização, hierarquia, inclusive citando Jean de Lery<sup>37</sup>. Essas passagens foram traduzidas por Bellegarde, algumas de modo literal, outras sofreram pequenas alterações com relação ao original. Um exemplo, que aparenta ter sido traduzido de Denis, diz respeito aos Tupis. Nesse o francês pontuou que<sup>38</sup>:

Os tupis, sem serem agrícolas, não negligenciaram o cultivo de certas plantas de reconhecida utilidade: mandioca e batata cresceram em abundância nas proximidades de suas habitações; mas não parece que as colheitas se tornem o compartilhamento exclusivo de certos indivíduos. Caçar e pescar era o alimento básico de cada família. (DENIS, 1825, p. 13, tradução nossa).

Na primeira e na segunda edição de Bellegarde, esse trecho é praticamente traduzido, ele escreve: “apesar de não serem agrícolas, os tupis se davam a cultura de certos vegetais de reconhecida utilidade: a mandioca e as batatas cresciam em abundância nas vizinhanças de suas habitações” (1831, p. 13). Observa-se que ele manteve as mesmas informações contidas na obra de Denis. Esse é um dos indícios que nos leva a compreender que o autor utilizou a versão francesa como base para sua primeira edição. Assim como, indica que a segunda publicação, apesar do que advertiu, não era totalmente diferente da anterior, possuindo trechos semelhantes aos que estavam na versão francesa.

Após apresentar as características da alimentação e das práticas de produção, tanto Denis e quanto Bellegarde apresentam a religiosidade e as formas de organização dos povos. Inclusive o trecho que informa essa mudança de tema é extremamente semelhante nas três edições. Na publicação do francês consta: “aqui estão os meios de vida e os recursos de defesa; veremos agora que religião e governo foram adotados por esses povos na infância” (DENIS,

<sup>37</sup> Jean de Lery – (1534 | 1611): era um etnólogo, teólogo e escritor francês que em 1556, tomou a decisão de acompanhar um grupo de ministros e artesãos protestantes em uma viagem à França Antártica, colônia francesa estabelecida na baía de Guanabara, atual cidade do Rio de Janeiro.

<sup>38</sup> “Les tupis, sans être agricoles, ne négligeaient point la culture de certains végétaux d'une utilité reconnue: le manioc et les patates croissaient en abondance dans le voisinage de leurs habitations; mais il ne paraît point que les récoltes devinssent le partage exclusif de certains individus. Le produit de la chasse et de la pêche était la base de la nourriture de chaque famille.”

1825, p. 14, tradução nossa)<sup>39</sup>. Nas edições em português, o mesmo aviso é inserido de forma idêntica: “eis o que temos a dizer, respeito aos meios de subsistência e recursos defensivos destes povos”; “passemos agora a tratar da religião e forma de governo adotados por eles” (1831, p. 14; 1834, p. 14). As citações acima vêm ao encontro de outras passagens anteriormente mencionadas e reafirmam a hipótese de que existe poucas alterações entre as duas edições de Bellegarde, contrapondo a advertência.

A descrição sobre religiosidade também possui pequenas alterações entre as três edições. Bellegarde aponta que os indígenas, de forma bem generalizante, reconheciam a existência de um princípio bom e um mau, é possível localizar tal apontamento nas duas versões do luso-brasileiro (1831, p. 15; 1834, p. 14), bem como na versão francesa, com palavras muito próximas de uma tradução, no que diz respeito ao reconhecimento dos povos indígenas de princípios bons e maus, Denis dirá que “eles reconhecem a existência de um princípio bom e um princípio mau. Deus se manifestou a eles pelas rajadas de trovões. Eles não estavam isentos do medo do Anhangá ou do espírito maligno” (1825, p. 14-15, tradução nossa)<sup>40</sup>. Mesmas palavras utilizadas por Bellegarde no que tange a este assunto

Em outro trecho, presente na primeira edição e na edição francesa e suprimido na segunda edição, Denis afirma que: “encontramos entre os tupis o uso de grandes conselhos onde foi fumado o cachimbo da paz, como entre os norte-americanos” (DENIS, 1825, p. 18, tradução nossa)<sup>41</sup>. Essa informação sobre esses conselhos consta na primeira edição, porém não foi incorporada na segunda versão. Nesse sentido é evidente que a intenção do autor luso-brasileiro não foi apresentar todos os aspectos culturais dos povos em questão.

Apresentar a organização e hierarquia das tribos foi uma característica comum aos dois autores, ambos utilizaram da mesma referência para descrever as lideranças dos povos que habitavam o continente americano, sendo sutis as diferenças entre as três edições. A publicação francesa apresenta as lideranças tribais de forma generalizante, como se todos os povos tivessem os mesmos costumes e utilizassem das mesmas denominações para funções semelhantes em tribos distintas. Nesse sentido Denis afirmou que:

Cada aldeia tinha um chefe civil, cuja autoridade era singularmente limitada; ele parece não ter outro direito senão dar conselhos. Era sempre reservada para a velhice. Esses chefes tinham idade avançada e representavam um pai entre seus filhos: Lery até lhes deu esse título. De fato, em vilas escassamente povoadas, como as dos brasileiros, todos tinham que estar relacionados em maior ou menor grau. (DENIS,

<sup>39</sup> “Yoici pour les moyens de vivre et pour les ressources de défense; nous allons voir maintenant quels étaient la religion et le gouvernement adoptés par ces peuples dans l'enfance.”

<sup>40</sup> “Ils reconnaissent l'existence d'un bon et d'un mauvais principe. Dieu se manifestait à eux par les éclats du tonnerre. Ils n'étaient point exempts de la crainte de l'Anhangá ou du malin esprit.”

<sup>41</sup> “On retrouve chez les Tupis l'usage des grands conseils où se fumait, comme chez les Américains du nord, le calumet de paix.”

1825, p. 18, tradução nossa).<sup>42</sup>

Este trecho é reproduzido pelo autor luso-brasileiro em suas duas edições. Como já foi dito, também menciona Lery tanto na primeira quanto na segunda edição, ao contrário do que ocorreu com a referência à Pauw, retirada da segunda edição. A principal mudança realizada por Bellegarde foi a substituição do termo “brasileiro” por “americanos”, alteração presente em suas duas publicações. Ao considerar que a emancipação política do Brasil que estava em processo, pode-se compreender a problemática existente no uso dessa palavra. Nesse sentido, uma das explicações para essa modificação é a tentativa em desvincular o passado desses povos da nação projetada através dos livros e que seriam utilizados pelos jovens compatriotas.

A título de comparação, tanto a primeira quanto a segunda edição, no trecho sobre a organização das aldeias, é quase uma tradução da publicação francesa, inclusive mantém a referência a Lery. A única alteração consiste na substituição de brasileiros para americanos:

Cada aldeia tinha um chefe cuja autoridade se limitava a de aconselhar; este foi em todos os tempos o direito da velhice, por isso estes chefes eram de idade avançada, representando um pai de família no meio de seus filhos: Lery lhes dá este título; com efeito, em aldeias pouco populosas como as dos Americanos, todos devião achar-se mais ou menos ligados de parentesco (BELLEGARDE, 1834, p. 18).

A mesma passagem nas duas edições, com as mesmas palavras e inclusive na mesma página, contribui para que possamos compreender que nesse primeiro recorte temático existem não só mudanças significativas, mas também trechos idênticos e sem nenhuma alteração nos termos utilizados. Este trecho nos auxilia a compreender que o autor luso-brasileiro realizou a tradução de alguns trechos na primeira edição, mantendo alguns da mesma forma na segunda, porém nesta outros foram suprimidos. Portanto, Bellegarde ora atuou como tradutor, ora ignorou a versão francesa e utilizou suas próprias fontes. Ao contrário do que ocorreu com a citação de Pauw, uma mudança significativa entre as duas edições do luso-brasileiro, a citação de Lery foi mantida e sem alterações.

Outra questão em comum entre as três publicações é a perspectiva sobre as tribos. Ao mencionar aquelas que conseguiram negociar e ter boas relações com os colonizadores, como é caso dos tupiniquins, que segundo Denis e Bellegarde prestaram bons serviços aos portugueses, os autores também fazem menção às que não mantiveram boas relações, caso dos aimorés, apresentados como uma feroz “nação” por Bellegarde (1831, p. 29) nas duas edições,

---

<sup>42</sup> “Chaque village avait un chef civil, dont l'autorité était singulièrement limitée; il semble qu'il n'eût d'autre droit que celui de donner des conseils. Ce fut dans tous les temps l'apanage réservé à la vieillesse. Ces chefs étaient avancés en âge, et représentaient un père de famille au milieu de ses enfants: Lery leur donne même ce titre. En effet, dans les villages peu peuplés, comme ceux des Brésiliens, tout le monde devait être parent à un degré plus ou moins rapproché.”

e também assim caracterizada por Denis. A visão que possuem dessas tribos é influenciada pelas fontes que utilizam, em especial Lery, que publicou obras após sua viagem pelo continente americano e serviu como inspiração para os dois autores aqui analisados.

O futuro das tribos, resultante do processo de conquista dos portugueses, foi um tema também abordado pelos autores, que tratam das relações futuras entre europeus e os povos que aqui habitavam. Para Ferdinand Denis (1825, p. 30, tradução nossa), “essas tribos não mais obtêm glória de sua independência, uniram seu infortúnio e, em breve, talvez o título de americano seja suficiente para reunir homens que já foram inimigos irreconciliáveis”<sup>43</sup>. A preocupação com o título que viria a ser utilizado para designar os povos que já habitavam o continente não era exclusiva do autor francês, tanto que nas duas edições de Bellegarde o mesmo trecho aparece em uma tradução literal, exceto pela denominação mais especificada de “tribos” para “indígenas brasileiros”.

É possível apontar que os trechos que descrevem as tribos são repetidos nas duas edições de Bellegarde, de modo que se pode identificá-las como uma tradução da versão francesa. As principais mudanças em relação à edição de Denis encontram-se no início e no final do primeiro capítulo, como veremos a seguir, com pequenos trechos sendo suprimidos na edição de 1834, distante do que consta na advertência sobre ser uma obra totalmente diferente da publicação anterior.

O fim do primeiro capítulo nos ajuda a compreender a alteração que o autor luso-brasileiro fez em relação à primeira edição, que possui um texto muito parecido com a edição francesa. Na segunda edição, a modificação ocorre no último parágrafo; até o antipenúltimo parágrafo ele mantém o que já estava na edição anterior, sem realizar grandes alterações no conteúdo e termos utilizados. As alterações realizadas, apesar de pontuais, vão de encontro com a posição política e com os interesses do autor, por exemplo a crítica aos costumes dos povos que habitavam o território antes do processo de colonização. Cabe detalhar essa análise.

Na edição de Denis, o autor finaliza o primeiro capítulo apontando a dificuldade em denominar todas as tribos que habitavam a costa brasileira e que infelizmente foi necessário realizar a descrição de forma sucinta. Tal justificativa demonstra sua dificuldade em lidar com a grande quantidade de “nações” que habitavam a costa e com as nomenclaturas utilizadas para designar essas tribos:

Uma multidão de outras nações menos consideráveis habitava a costa, mas devemos nos ater a uma simples nomenclatura de nomes bizarros; freqüentemente eram apenas as tribos fugitivas de povos dos quais já falamos que procuravam refúgio nessas

<sup>43</sup> “(...) ces tribus ne tirent plus aucune gloire de leur indépendance, elles ont uni leur malheur, et bientôt peut-être le titre d'Américain suffira-t-il pour réunir des hommes qui eussent été autrefois d'irréconciliables ennemis.”



regiões menos populosas do norte. Indicar o que restou desses povos, seria sem dúvida um trabalho curioso; no entanto, isso nos levaria além dos limites deste trabalho. Ficaremos contentes, falando do estado atual do Brasil, em designar brevemente algumas das principais nações que ainda habitam esse vasto território. (1825, p. 38-39, tradução nossa).<sup>44</sup>

No último parágrafo da primeira edição luso-brasileira, Bellegarde utiliza de termos muito parecidos com os empregados pelo autor francês aproximando sua obra de uma tradução com pequenas alterações, que não modificam o sentido do texto. Ao fim da primeira publicação, o autor luso-brasileiro pontua que:

Uma multidão de outras nações menos consideráveis habitava a costa, mas para tratar de sua história, seria necessário limitar-nos a uma nomenclatura extravagante; muitas eram tribos fugitivas dos povos de que nos temos ocupado, que procuraram refúgio nas regiões menos povoadas do norte. Indicar o que resta destas raças, seria sem dúvida um trabalho curioso, porém que nos faria exceder o quadro d'esta obra, contentar-nos-emos pois, falando do estado presente do Brasil, com designar sumariamente as principais nações que habitam ainda este vasto território. (1831, p. 36-37).

Na segunda edição luso-brasileira, Bellegarde fez modificações no final do primeiro capítulo. Foram inseridas informações sobre tribos que não haviam sido mencionadas na primeira edição, estas constam no penúltimo parágrafo e dizem respeito a tribos localizadas no Mato Grosso. Desta forma, é possível afirmar que as modificações de maior relevância estão no início e no final do capítulo aqui analisado. No parágrafo final desse primeiro capítulo, Bellegarde (1834, p. 39) escreve:

A enumeração de todas as Nações, que sabemos por notícia, terem habitado o vasto território do Brasil, seria longa, e fastidiosa, e limitar-se-ia em muitas simplesmente aos nomes: sendo várias e incertas as nações que de muitas temos, e que mesmo talvez nunca existissem.

Como visto, o autor coloca em dúvida a existência de algumas tribos após mencionar a grande quantidade destas pelo território do Brasil. Entretanto, é importante pontuar que é comum nas três edições a utilização da noção de “Nações” ao se falar sobre as tribos que habitavam o Brasil. Essa designação parece já apontar para certa incerteza e imprecisão da informação sobre povos indígenas transmitidas nas edições aqui analisadas. No que diz respeito a essa designação sobre as diversas tribos, na primeira publicação o luso-brasileiro não cogita a possibilidade de ela ser entendida como incerta e imprecisa, limitando-se a mencionar que designaria apenas as principais e mais importantes. Já na segunda edição, Bellegarde reflete

---

<sup>44</sup> “Une foule d'autres nations moins considérables habitaient la côte, mais il faudrait nous en tenir à une simple nomenclature de noms bizarres; souvent ce n'étaient que, des tribus fugitives de peuples dont nous avons déjà parlé qui cherchaient un refuge dans ces contrées moins peuplées du nord. Indiquer ce qui est resté de ces peuples serait un travail curieux sans doute; toutefois il nous ferait sortir des bornes de cet ouvrage. Nous nous contenterons, en parlant de l'état actuel du Brésil, de désigner sommairement quelques unes des principales nations qui habitent encore ce vaste territoire.”

sobre a impossibilidade de se conhecer por completo o conjunto das “nações” que aqui habitavam.

#### **4.2 De Palmares aos Negros de Palmares: encontros e desencontros**

Em busca de identificar as semelhanças e diferenças entre as três edições, também analisamos a descrição sobre Palmares, desde sua fundação, sua organização, seu funcionamento e até o seu fim. Comparar as três publicações objetiva de certa forma analisar as visões dos autores sobre a escravidão e sobre a organização de um dos principais quilombos do período. A princípio, a denominação dada ao quilombo é diferente nas edições: enquanto na francesa virá apenas “Palmares” (DENIS, 1825, p. 145), nas duas edições em português a designação será “Negros de Palmares”.

Sobre essa temática, inicialmente Denis abordou a questão da liberdade e de como os negros escravizados se relacionavam com o cativo, em especial aqueles que perdiam sua “independência” (DENIS, 1825, p. 145, tradução nossa)<sup>45</sup>. Essa questão não consta nas edições de Bellegarde, que tratou da tirania dos senhores de escravos. Cabe pontuar que a única diferença entre as versões do luso-brasileiro, nesse parágrafo inicial, diz respeito à inserção do termo “quilombo” (BELLEGARDE, 1834, p. 145) na segunda publicação. Na edição de Denis, o termo “quilombo” não foi utilizado em nenhum momento. A excepcionalidade de Palmares no que diz respeito a sua organização foi uma das semelhanças observadas nas três edições, que compartilham das mesmas palavras: “a povoação de Palmares, porém, oferece uma exceção desta negligência geral” (1831, p. 140).

A localização do quilombo é apresentada do mesmo modo nas duas edições de Bellegarde. Nesse ponto, alguns trechos são traduzidos da obra de Denis, por exemplo: “dois desses estabelecimentos foram formados pela primeira vez no fértil da capitania de Pernambuco, perto de Porto-Calvo; os holandeses dirigiram seus ataques contra eles e quase aniquilaram os mais consideráveis” (1825, p. 146, tradução nossa)<sup>46</sup>. As mesmas informações, inclusive sobre a partição holandesa nos ataques contra esses “estabelecimentos”, estão presentes nas publicações luso-brasileiras. A única diferença é que Bellegarde denomina de “reuniões” ao invés de estabelecimentos (1834, p. 146).

---

<sup>45</sup> “Il semble que la nature ait réservé un asile aux infortunés qui ne peuvent supporter la perte de leur indépendance; mais, en général, les noirs qui s'enfuient dans les déserts du Nouveau-Monde sont ceux qui, arrivant de leur patrie, sont encore remplis du souvenir de leur liberté.”

<sup>46</sup> “Il se forma d'abord deux établissements de ce genre dans la fertile capitainerie de Pernambuco, près de Porto-Calvo; les hollandais dirigèrent leurs attaques contre eux, et anéantirent presque entièrement le plus considérable.”

Outra semelhança na temática de Palmares é a referência à Rocha Pita, citado duas vezes por Denis e mencionado por Bellegarde na folha de rosto de sua primeira publicação. O autor luso-brasileiro mantém a citação sem fazer críticas. Pita foi citado para comparar acontecimentos de Palmares com os dos romanos, e localiza-se no parágrafo em que os autores mencionam as construções presentes em Palmares, e sobre a falta de mulheres, fato que influenciou os ataques em habitações nas proximidades, assim como ocorrera com os romanos.

Os saques também foram uma das questões abordadas e são mencionadas as “atrocidades” cometidas pelos habitantes de Palmares. Segundo Denis “[...] infelizmente, porém, eles não pararam por aí e ainda imitavam os velhos senhores do mundo, saqueando seus vizinhos e cometendo uma série de atrocidades” (1825, p. 147, tradução nossa)<sup>47</sup>. Essa afirmação foi reforçada pelo luso-brasileiro em suas duas edições, comparando-os com os povos romanos, mencionados através de Pita: “imitarão ainda os antigos dominadores do mundo, saqueando as povoações, e cometendo mil outras barbaridades” (1831, p. 142). Apesar de pequenas diferenças presentes nestes trechos, não são identificadas neste ponto grandes alterações entre as versões de Bellegarde.

O comércio realizado pelos “palmarienses”, termo utilizado pelos dois autores, foi destacado por ambos. Enquanto o francês aponta que esses realizavam comércio com europeus (1825, p. 147, tradução nossa)<sup>48</sup> para conseguir armas e munições e assim se protegerem, o luso-brasileiro reproduz o trecho nitidamente traduzido, porém não utiliza o termo europeus. Denis critica o governo, alegando que este não era capaz de garantir “a paz e a defesa”, trecho suprimido por Bellegarde em suas duas edições. O autor luso-brasileiro dimensiona o comércio realizado pelos habitantes do quilombo com “agricultores de Porto Calvo” (1831, p. 142). Segundo o autor, por conta destas relações comerciais: “a colônia africana tomou um aspecto florescente e terrível” (BELLEGARDE, 1834, p. 148). Apesar da maior parte do texto sobre o comércio ser traduzido, alguns trechos específicos foram suprimidos, por exemplo o que trata da relação com os europeus. Na segunda edição nenhuma diferença foi encontrada nesse ponto.

A prática da agricultura também foi um dos pontos abordados pelos autores sobre Palmares. Os dois pontuaram que esta prática “suavizou” seus costumes. Na edição de Denis: “os negros, que estavam começando a formar uma nação considerável e temida, se entregaram à agricultura, e a agricultura suavizou seus costumes” (1825, p. 148, tradução nossa)<sup>49</sup>. Nas

<sup>47</sup> “[...] mais malheureusement ils ne s'en tinrent point là, et ils imitèrent encore les anciens maîtres du monde, en pillant leurs voisins, et en commettant une foule d'exactions.”

<sup>48</sup> “[...] secrètement des armes, des munitions et des marchandises d'Europe.”

<sup>49</sup> “Les noirs, qui commençaient à former une nation considérable et redoutée, se livrèrent à l'agriculture, et l'agriculture adoucit leurs mœurs.”

edições de Bellegarde, não existem diferenças entre elas: “a agricultura, a que os palmarienses se entregaram com uma ordem e previdência que fazem pasmar, adotou seus costumes” (1831, p. 142). Apesar de concordarem sobre em como a agricultura suavizou e/ou adotou os costumes dos palmarienses, é perceptível que o francês aponta a força que Palmares estava tomando, enquanto que nas edições de Bellegarde este fato não é apontado.

Zumbi é apresentado pelos dois autores. Para Bellegarde este era “um chefe eletivo e vitalício escolhido dentre os mais bravos, denominado o Zumbi” (1831, p. 142), sendo essa descrição igual na segunda edição, sem mudar uma única vírgula. Denis também versara sobre Zumbi e o fato de Palmares ter um “governo eletivo” em que ele foi escolhido entre os mais “valentes”: “isso parece muito natural em um povo formado por tantos outros povos; todos queriam desfrutar dos mesmos benefícios, por sua vez” (1825, p. 148, tradução nossa)<sup>50</sup>. Ainda no que diz respeito à organização, os dois autores mencionam um código de ordens existentes e lamentam este não ter sido transmitido: “uma espécie de código, hoje infelizmente ignorado” (BELLEGARDE, 1834, p. 148). Nesse ponto, são poucas as diferenças entre as obras.

Sobre a religião dos palmarienses, os dois autores apontaram as mesmas características. Informam que a religião adotada pelos habitantes era o cristianismo. A diferença nessa informação é que tanto na edição de Denis quanto na segunda publicação de Bellegarde foi utilizado o termo “provavelmente”, enquanto que na edição de 1831 isso foi suprimido. Um fato interessante, presente nas três edições, é sobre a prática do cristianismo, que segundo os autores seria “de acordo com as superstições de cada tribo” (DENIS, 1825, p. 148, tradução nossa)<sup>51</sup>.

O crescimento populacional também é apontado pelos autores, bem como os relatos sobre as edificações na capital do quilombo. Denis compara com cidades europeias, deixando claro que a organização não era a mesma: “as casas não formaram ruas, como em nossas cidades européias, estavam espalhadas no meio de terras cultivadas, regadas por vários riachos que tinham sua fonte em um lago, cujos habitantes usavam água para suas necessidades” (1825, p. 149, tradução nossa)<sup>52</sup>. Essa comparação é suprimida nas edições de Bellegarde, assim como, o elogio do francês às moradias de Palmares e a informação de quantas *âmes* chegaram a morar em Palmares: “[...] sua população foi estimada em vinte mil almas” (p. 149, tradução nossa)<sup>53</sup>.

<sup>50</sup> “Cela paraît très naturel chez un peuple composé de tant d'autres peuples; chacun voulait jouir tour à tour des mêmes avantages.”

<sup>51</sup> “[...] selon les superstitions de chaque tribu.”

<sup>52</sup> “Les maisons ne formaient point de rues, comme dans nos villes d'Europe, elles étaient dispersées au milieu d'espaces de terrain cultivés, arrosés par divers ruisseaux qui prenaient leur source dans un lac, dont les habitants employaient l'eau à leurs besoins.”

<sup>53</sup> “[...] sa population était évaluée à vingt mille âmes.”

A batalha final é apresentada por último, nesta nos chamou a atenção a divergência entre as informações sobre quem era o governador da capitania e o da colônia. Na edição francesa Caetano de Melo e Castro é apresentado como governador geral da capitania da Bahia e João de Lencastre como governador geral da colônia, enquanto que na primeira de Bellegarde consta que Caetano de Melo era vice-rei e João de Lencastre governava a capitania de Pernambuco. Na segunda edição do luso-brasileiro essa informação é alterada, chegando mais próximo da realidade, na qual Caetano de Melo governava a capitania de Pernambuco e João de Lencastre era o governador geral da colônia.

Essa batalha será abordada pelos autores em todas as edições. Um fato mencionado nas três publicações diz respeito à quantidade de soldados enviados pelo governo. Por outro lado, foi suprimida a citação de Rocha Pita, que consta na obra francesa, pelo autor dos dois resumos em português. Essa citação menciona a resistência, ou não resistência, dos habitantes durante a batalha final: “a fraqueza estava fadada a diminuir a coragem necessária para se defender, e quando o canhão começou a vencer as fortificações arruinadas, a resistência dos habitantes era fraca, como diz Rocha Pita, porque eles achavam que seria sem sucesso” (DENIS, 1825, p. 150, tradução nossa)<sup>54</sup>.

O último parágrafo pode ser visto como uma crítica aos europeus, nesse sentido Bellegarde fez alterações que modificaram o sentido das frases. Na versão francesa, Denis menciona que:

A batalha deu origem a um daqueles traços de grandeza e firmeza que atestam que a verdadeira coragem é a mesma entre todos os homens e que não é necessário vir das costas da Europa para conceber uma resolução generosa. Zumbi viu os ferros reservados para ele; seus camaradas de armas liam nos olhos o horror que a escravidão o inspirava; eles sabiam como imitá-lo e morreram. Os velhos, as mulheres e os feridos foram vendidos; os restos da cidade são destruídos; apenas uma memória gloriosa permaneceu da lista de prêmios. (DENIS, 1825, p. 150-151, tradução nossa).<sup>55</sup>

Nas edições em português, não há alterações entre as publicações de Bellegarde, sendo que o autor havia advertido que não tinham nada em comum. Embora existam diferenças significativas em relação à obra de Denis, o autor luso-brasileiro manteve outros trechos idênticos utilizados pelo francês:

Este acontecimento deu lugar a um daqueles rasgos que atestam ser o verdadeiro valor

<sup>54</sup> “La faiblesse devait nécessairement diminuer le courage que l'on mettait à se défendre, et quand le canon commença à battre les fortifications en ruine, la résistance des habitants fut faible, comme le dit Rocha-Pitta, parcequ'ils sentaient qu'elle serait infructueuse.”

<sup>55</sup> “La bataille donna lieu à un de ces traits de grandeur et de fermeté qui attestent que le vrai courage est le même chez tous les hommes, et qu'il n'est point nécessaire de venir des rivages de l'Europe pour concevoir une généreuse résolution. Zombé vit les fers qui lui étaient réservés; ses compagnons d'armes lurent dans ses yeux l'horreur que lui inspirait l'esclavage; ils surent l'imiter, et moururent. Les vieillards, les femmes, les blessés, furent vendus; on anéantit les restes de la ville; il ne resta de Palmarès qu'un glorieux souvenir.”

o mesmo em todas as espécies do gênero humano. Zumbi viu os ferros que se lhe destinavam, e seus companheiros lendo nos olhos do chefe o horror que lhe inspirava o cativo, souberam imitá-lo, e morreram, despenhando-se do cume de um alto rochedo. Os velhos, mulheres e doentes foram vendidos, extinguíram-se as mesmas ruínas da cidade, e só resta hoje de Palmares, a memória de seus célebres habitantes. (1834, p. 149-150).

Assim como ocorreu na primeira época, o espaço destinado para a história de Palmares teve pontuais alterações entre as edições de Bellegarde. Quando comparado com a publicação de Denis, é perceptível mudanças no início, sendo que o luso-brasileiro se absteve nas edições sobre o tema abordado pelo francês, a liberdade. Outro fato suprimido foi a citação de Rocha Pita sobre a pequena resistência da população do quilombo. Também foi encontrado um erro que passou despercebido na versão de Denis, no que diz respeito aos governantes quando se deu a última batalha contra Palmares, informação equívoca repetida na primeira edição de Bellegarde, mas alterada na segunda. As diferenças pontuais, por menores que sejam, são fruto dos interesses e da posição política e econômica do autor luso-brasileiro.

#### **4.3 A viagem da família real portuguesa e de Henrique Bellegarde**

Henrique Bellegarde e sua família vieram para o Brasil no mesmo momento em que a família real portuguesa, como apontado no capítulo sobre a vida do autor. Isso nos incentivou a analisar o modo como a temática da viagem foi abordada nas três edições. A análise tem o intuito de compreender quais as alterações realizadas pelo luso-brasileiro em relação à edição francesa de Denis e entre as suas duas edições. Essa comparação contribui para compreender se estas alterações sofreram influência da experiência do luso-brasileiro e de sua família, apesar do autor ser apenas uma criança nesse período.

A primeira diferença observada entre os autores é o título utilizado para o tema. Na versão francesa, Denis denomina de “a chegada do regente ao Brasil”<sup>56</sup>, enquanto que Bellegarde em suas duas edições não destacou a chegada do regente. O tema está inserido na quinta época em ambas as edições, na primeira é utilizado o título de “o Brasil como sede da monarquia portuguesa”, enquanto que na segunda é intitulado de “o Brasil sede da monarquia portuguesa”. Essa pequena alteração entre as edições do luso-brasileiro são sutis e não são capazes de alterar o sentido.

Denis aponta no início da temática que não relembrou “em detalhes os eventos que levaram o regente” (1825, p. 175, tradução nossa)<sup>57</sup> a deixar Portugal e vir para o Brasil. Neste

<sup>56</sup> “Arrivée du régent au Brésil.”

<sup>57</sup> “[...] d'une manière détaillée les événements qui conduisirent le régent.”

ponto o autor também apresenta elementos que dizem respeito à Rainha Maria e ao seu filho, D. João VI, que, nas palavras do francês, foi forçado a “tomar as rédeas do governo” (DENIS, 1825, p. 175, tradução nossa)<sup>58</sup>. Denis ponderou, ainda neste primeiro momento, sobre o conflito entre Inglaterra e a França e como este influenciou para que a corte portuguesa deixasse o continente europeu e viesse para a América, mencionando algumas atitudes de Napoleão Bonaparte: “Napoleão queria forçá-lo a fechar seus portos para os ingleses, enquanto os ingleses, por sua posição, poderiam privá-lo da maior parte da renda de suas colônias e até mesmo tomar completamente seu território” (DENIS, 1825, p. 175, tradução nossa)<sup>59</sup>.

As versões de Bellegarde não abordam os eventos que influenciaram a vinda da família real portuguesa. Ao contrário de seu primeiro período, em que houve alterações entre as duas edições do luso-brasileiro, o início dessa temática é idêntico nas duas publicações, contrariando mais uma vez a advertência feita pelo autor na segunda edição. O primeiro parágrafo inicia com a partida da família real de Portugal, e segundo o autor: “era o tempo em que a vasta América, até ali refúgio de obscuros desvalidos, devia oferecer nova pátria aos Príncipes perseguidos pela revolução” (1831, p. 177; 1834, p. 187). Bellegarde e Denis, apesar de serem crianças quando estes fatos ocorreram, ocupavam posições distintas: o luso-brasileiro veio com a família real para o Brasil, e o francês teve Napoleão como governante. Nas palavras de Bellegarde, o governante foi responsável por perseguir os príncipes lusitanos.

A edição de Denis aborda a invasão francesa e a chegada do príncipe na América, pontuando a passagem da família real pela Bahia e posteriormente sua chegada ao Rio de Janeiro. Neste ponto, o autor menciona o desejo de receber a corte pela população que morava na cidade: “continuou sua jornada para o Rio de Janeiro, onde era ansiosamente desejado, na esperança de todas as vantagens esperadas de sua estadia” (DENIS, 1825, p. 176, tradução nossa)<sup>60</sup>. Sobre a viagem, o francês foi extremamente breve em sua abordagem, mencionando que o príncipe navegou com sua família para a América, sem entrar em maiores detalhes.

As publicações de Bellegarde não apresentam diferenças entre as edições no segundo parágrafo. Ele aborda alguns detalhes sobre a viagem, mas de forma sucinta, apontando a participação inglesa em acompanhar as naus portuguesas e os contratemplos que dividiram as naus, incluindo a que transportava o príncipe regente. A passagem pela capitania da Bahia também é abordada pelo autor, porém o fato de ser “ansiosamente desejado” não está em

---

<sup>58</sup> “[...] à prendre les rênes du gouvernement.”

<sup>59</sup> “Napoléon voulut l'obliger à fermer ses ports aux Anglais, tandis que les Anglais, par leur position pouvaient le priver del plus grande partie, du revenu de ses colonies, et même s'emparer complètement de son territoire.”

<sup>60</sup> “[...] poursuivit son voyage jusqu'à Rio de Janeiro, où on le désirait avec une vive impatience, dans l'espoir de tous les avantages qu'on attendait de son séjour.”

nenhuma das edições em português: “nove naus de linha acompanhada por uma esquadra inglesa, e com destino ao Rio de Janeiro, tendo experimentado contratempos que a dividiram, alguns vasos, e entre estes, o que transportava o Príncipe Regente, arribaram à Capitania da Bahia” (1831, p. 178; 1834, p. 188).

A rivalidade entre recém-chegados europeus e os antigos habitantes é um dos temas abordados pelo autor francês. Por exemplo, sobre as dívidas da metrópole com a colônia de acordo com o ponto de vista dos colonizados: “os brasileiros lembraram que haviam recebido pouca ajuda da metrópole e que possuíam a fonte de sua riqueza há muito tempo” (DENIS, 1825, p. 177, tradução nossa)<sup>61</sup>. O autor ainda menciona as reclamações quanto a pouca participação dos brasileiros no governo e as reivindicações de melhorias diante da chegada da corte na América.

As edições de Bellegarde possuem o mesmo conteúdo, não sendo uma tradução de Denis. O autor aborda a abertura dos portos como um fato que “soltou o último anel do grilhão colonial, que prendia o povo brasileiro a metrópole” (BELLEGARDE, 1831, p. 179; 1834, p. 188). A abertura dos portos às nações amigas é tida como um fato importante para o fim da colonização portuguesa e a possibilidade da entrada pelo luso-brasileiro “livre e franca” nos portos de navios de nações “em paz com a coroa portuguesa” (1831, p. 179; 1834, p. 189) é apresentada como um passo importante.

O comércio com os ingleses é outro assunto abordado pelo autor francês em sua publicação. Denis critica o desejo inglês de monopolizar: “nessa época, o comércio recebeu um novo impulso, e teria sido ainda maior, se os ingleses não desejassem monopolizar os enormes lucros resultantes do movimento geral” (1825, p. 178, tradução nossa)<sup>62</sup>. O autor menciona que os comerciantes ingleses possuíam, neste contexto, uma posição admirável e que contribuía para uma relação comercial vantajosa para os ingleses. Já nas edições do autor luso-brasileiro, o comércio com os ingleses não é abordado, Bellegarde permanece repetindo integralmente o conteúdo da primeira edição na segunda.

Sobre a passagem do príncipe regente pela Bahia antes de se reunir com a família real no Rio, Bellegarde a caracteriza como uma breve residência, enquanto que a chegada do príncipe ao Rio de Janeiro é destacada pelo autor por ter sido “onde se estabeleceu a primeira corte monárquica do Novo Mundo” (1831, p. 179; 1834, p. 189), sendo compreendida como

---

<sup>61</sup> “Les Brésiliens se rappelèrent qu'ils avaient reçu peu de secours de la métropole, et qu'ils possédaient depuis long-temps la source de ses richesses.”

<sup>62</sup> “[...] cette époque le commerce reçut une nouvelle impulsion, et elle eût été plus grande encore, si les Anglais n'avaient point voulu accaparer les bénéfices énormes qui devaient résulter du mouvement général.”



um diferencial do Brasil em relação a outras colônias no mesmo continente. A publicação do francês aborda o tema, pontuando sobre o “desejo” em ter o príncipe no Rio de Janeiro “na esperança de todas as vantagens esperadas de sua estada.” (DENIS, 1825, p. 176, tradução nossa)<sup>63</sup>. O francês prossegue pontuando que, informação suprimida das edições de Bellegarde, a princípio ocorreu uma “rivalidade” entre os habitantes antigos da colônia e os recém chegados do continente europeu:

No entanto, desde o início ele começou a estabelecer uma espécie de rivalidade entre os europeus e os antigos habitantes: alguns elogiavam seu país com exagero e lamentavam, outros logo sentiram que seu país não era a Europa; que uma comparação ultrajante às vezes era feita entre as duas nações, que deveriam ter feito apenas uma. (DENIS, 1825, p. 176-177, tradução nossa).<sup>64</sup>

Henrique Bellegarde optou por pontuar sobre as principais mudanças com o Brasil sendo sede da monarquia. Outra diferença perceptível entre os autores será o tema da influência francesa na arte a partir da vinda da corte, que é abordado somente por Denis. Para ele os franceses foram decisivos para o aumento da produção artística no Brasil nesse período. Ao desenvolver esse assunto o autor também trata das transformações que a colônia sofreu com a abertura dos portos para outras nações. Segundo ele, “uma massa interessante da população aumentará ao sentir que suas tristezas diminuem e que seu destino pode se tornar mais feliz” (DENIS, 1825, p. 181, tradução nossa)<sup>65</sup>. Desse modo, conclui que a abertura dos portos foi responsável por proporcionar uma abundância de produtos.

Assim como em outros trechos relativos à vinda da família portuguesa para o Brasil, o autor luso-brasileiro não fez menção a todas as questões apresentadas por Denis. Bellegarde aborda os conflitos de Inglaterra e Portugal contra Napoleão, em especial na Guiana Francesa. Sobre este conflito, o autor apresenta diversos detalhes, por exemplo o número de soldados envolvidos, a conquista de território pelo Brasil e também sua restituição com a assinatura de um tratado de paz entre as nações em 1815, temas não levantados pelo autor francês em sua obra. Sobre o fim do conflito entre Portugal e França, Bellegarde aponta que:

Os portugueses entraram triunfantes na praça, onde se arvorou a bandeira nacional, saindo a guarnição francesa, de 600 praças, com todas as honras da guerra, sob condição de ser transportada à França em navios portugueses. Destarte avançaram os limites do Brasil à foz do Marony, até ser a colônia restituída ao antigo domínio, pelo tratado de paz geral em 1815. (1831, p. 180; 1834, p. 190).

<sup>63</sup> “[...] dans l'espoir de tous les avantages qu'on attendait de son séjour.”

<sup>64</sup> “Néanmoins dès le principe il commença à s'établir une espèce de rivalité entre les Européens et les anciens habitants: les uns vantaient leur patrie avec exagération et la regrettaient, les autres ne tardèrent pas à sentir que leur patrie n'était point l'Europe; qu'on établissait quelque fois une comparaison outrageante entre les deux nations, qui n'auraient dû en faire qu'une seule.”

<sup>65</sup> “Une masse intéressante de la population s'accroîtra en sentant que ses peines diminuent, et que son sort peut devenir plus heureux.”

Outro assunto desenvolvido pelo autor francês, que não é abordado pelo luso-brasileiro, diz respeito à riqueza dos colonos e como esta era vista na Europa e na colônia. Segundo Denis, muitos colonos iam para o continente europeu procurar por delícias, as quais passaram a ser enviadas para a colônia: “se eles procuram as delícias da Europa, a Europa envia a eles” (1825, p. 181, tradução nossa)<sup>66</sup>. Tal fato está ligado à abertura dos portos para as nações, que possibilitou a chegada de diversos produtos na colônia que antes estavam restritos ao continente europeu.

As transformações no Brasil foram apontadas por Bellegarde com os mesmos termos nas duas edições. O autor pontua as mudanças que ocorreram na colônia decorrentes da sugestão do Ministro Rodrigo de Souza e Coutinho e acolhidas pelo príncipe regente, resultadas da vinda da família real portuguesa. A maior parte das mudanças que Bellegarde cita estão ligadas as instituições fundadas neste período, inclusive a instituição na qual estudou:

A influência deste benemérito varão na governança se deve o alvará de abolição dos obstáculos que tolhiam a indústria, permitindo no Brasil todo o gênero de manufatura; a criação do Banco do Brasil; a instalação de um tribunal encarregado de vigiar pelas coisas do comércio, fábricas, agricultura, e navegação a Escola Médico Cirúrgica; o Arquivo Militar e uma tipografia. A milícia recebeu do conspícuo Ministro, a criação da Academia Militar, a do arsenal do exército, e fábrica de pólvora. (1831, p.181; 1834, p. 191).

A chegada de artistas franceses é destaque por mais de uma vez na versão de Denis, que inclusive nomeia os artistas que vieram e que, segundo o autor, influenciaram de forma significativa a sociedade. Entre os artistas que vieram, o autor citará Nicoles-Antoine Taunay e Auguste Henri Victor Grandjean de Montigny, que seria responsável por transformações na arquitetura. A vinda destes franceses para Denis foi responsável por “uma revolução lenta mas favorável nas artes” (1825, p. 181, tradução nossa)<sup>67</sup>. O autor destacou a participação francesa em grande parte da temática sobre a mudança da corte.

Enquanto Denis destaca a influência e participação francesa, Bellegarde cita a mudança ocorrida em 1815: “ilustrou o Brasil com o título de Reino unido aos de Portugal e Algarves” (1831, p. 183; 1834, p. 193). A descrição do fato ocorre em conjunto com a apresentação de outras obras que foram realizadas graças ao príncipe regente, segundo o autor, como a criação de tribunais, comarcas, vilas e o título de Reino unido. As duas edições luso-brasileiras apresentam a mesma versão sobre o ocorrido. Por sua vez, Denis finaliza sua obra com um parágrafo que menciona a relação Portugal e Espanha tanto na Europa quanto na América:

O Brasil foi elevado à posição de reino, e havia necessidade de esplendor; teve que assumir um aspecto completamente diferente do que na época em que era apenas uma

<sup>66</sup> “[...] s'ils cherchent les délices de l'Europe, l'Europe les leur enverra.”

<sup>67</sup> “Eufin il s'opéra datis les arts une révolution lente, mais favorable.”

colônia; ele possuía um território considerável o suficiente para permanecer em paz com as potências limítrofes: no entanto, uma guerra sem importância na verdade para as massas de homens que foram apresentadas continuou com uma espécie de perseverança, duas potências vizinhas na Europa e no Novo Mundo não se uniram mais ao atravessar os mares. (1825, p. 183, tradução nossa).<sup>68</sup>

Após expor de forma sucinta a elevação à posição de reino em 1815 e relatar os conflitos com as colônias espanholas na América, Denis finaliza: “logo outros eventos vieram para distrair os espíritos” (1825, p. 183, tradução nossa)<sup>69</sup>. Já as edições do autor luso-brasileiro apresentam outros ocorridos antes de tratar da inspiração francesa. Bellegarde pontua os conflitos que ocorreram por conta das fronteiras com as colônias espanholas de forma muito mais detalhista, mas com as mesmas palavras nas duas edições. As fronteiras no sul do país é assunto abordado pelo autor por cerca de quatro parágrafos, com muitas informações sobre e, tal como Denis, depois de versar sobre a Revolução em Pernambuco:

Tais foram os principais feitos do Exército na abertura da campanha do sul. A tomada de Montevideo, Colônia, e Maldonado, além de ser um brilhante começo de operações, muito concorreu a princípio para a diminuição dos numerosos piratas que, com bandeira de Artigas infestavam os mares, por ficarem assim privados dos principais portos onde se armavam e recolhiam. (BELLEGARDE, 1831, p. 189; 1834, p. 200).

Apesar de Bellegarde e sua família terem vindo para a América junto com a corte portuguesa, tais informações não foram encontradas em nenhuma das duas edições analisadas. Diferenças encontradas em relação à edição francesa, e apontadas ao longo deste capítulo, evidenciam que Denis priorizou por apontar a influência francesa, versando sobre artistas e intelectuais que vieram para a América, sendo que alguns destes faziam parte do seu círculo social. As edições do autor luso-brasileiro evidenciam um maior interesse em apresentar os conflitos ocorridos por conta das fronteiras, e exaltar nomes do governo, como foi o caso do Ministro Rodrigo de Souza e Coutinho.

#### 4.4 A Independência e o despertar do Império

Outra questão que nos interessa nas obras analisadas é o processo de independência, com o qual ambos os autores tiveram contato. Denis veio ao Brasil em 1816, conheceu diversos artistas e colheu informações que auxiliaram nas publicações sobre o Brasil, inclusive o livro

<sup>68</sup> “Le Brésil fut élevé au rang de royaume, et l'on sentit la nécessité de lui donner quelque splendeur; il devait prendre un tout autre aspect qu'à cette époque où il ne formait qu'une colonie; il possédait un territoire assez considérable pour rester en paix avec les puissances limitrophes: cependant une guerre, peu importante à la vérité pour les masses d'hommes qu'on mettait en avant, se continuait avec une sorte de persévérance, deux puissances voisines dans l'Europe et dans le Nouveau-Monde, ne s'étaient pas unies davantage en traversant les mers.”

<sup>69</sup> “Bientôt d'autres événements vinrent distraire les esprits.”

aqui analisado. Bellegarde foi responsável por auxiliar a projetar diversas obras na capital do Império após ter voltado de Moçambique, onde estava trabalhando para o governo português. Apresentamos no presente trabalho documentos que comprovam a execução de algumas obras no Rio, bem como a cobrança na tentativa de receber pelo trabalho executado. Sobre a Independência, o título adotado pelos autores para o tema é diferente: enquanto Denis denomina-o de “Independência do Brasil: comércio, agricultura”<sup>70</sup>, Bellegarde nas duas edições denomina de “O Brasil Império Constitucional Independente”.

A princípio, o autor francês reconhece a legitimidade da Independência do Brasil e afirma ter certeza de que este “belo país” formaria um estado separado da Europa a partir daquele momento. As justificativas utilizadas por Denis para legitimar e acreditar estavam ligadas à energia da nação e à firme vontade do príncipe (1825, p. 202). Ele afirma que tanto a França quanto a Inglaterra não tinham motivos para não reconhecer a Independência. Segundo Denis, a França inclusive “até fortaleceu os laços que a ligavam a essa parte da América do Sul, oferecendo aos jovens brasileiros todos os meios para aperfeiçoar sua educação” (1825, p. 203, tradução nossa)<sup>71</sup>. Para o autor, os interesses ingleses com o novo Império independente eram na área comercial.

As edições brasileiras iniciam de forma idêntica, caracterizando a independência (emancipação) como um “espetáculo que mais elevam na História das Nações” (BELLEGARDE, 1831, p. 211; 1834, p. 225). Bellegarde apresenta o processo de independência como uma heróica revolução, consequentemente “conseguindo a regeneração de um povo ardente e nobre, curvado por três longos séculos ao rigor colonial” (1831, p. 211; 1834, p. 225). O autor ainda exalta a questão do Brasil ser o único dentre os países da América que era governado pelo mesmo príncipe de quando era colônia: “que só ao selecto Brasil concedeu a providência, nas austreas [sic.] regiões do Novo Mundo, para o subtrair a deplorável sorte de seus míseros vizinhos”, (1831, p. 212; 1834, p. 226). Um dos motivos apresentados para justificar o processo está ligado ao fato de Portugal ter elaborado uma constituição que ofendia os direitos do reino irmão.

Na edição francesa desenvolve esse assunto mencionando as dificuldades de alguma nação europeia invadir o Brasil. Denis apresenta o que atrapalharia os europeus a conseguirem se manter na América, para ele os exércitos de Rússia e Alemanha poderiam ser exterminados pelos habitantes ou pelo clima. Também apresenta outros obstáculos, como falta de estradas,

<sup>70</sup> “Indépendance du Brésil: commerce, agriculture.”

<sup>71</sup> “[...] elle a même resserré les liens qui l'attachaient à cette partie de l'Amérique méridionale, en offrant à la jeunesse brésilienne tous les moyens de perfectionner son éducation.”

escassez de suprimentos e possíveis doenças que poderiam ser transmitidas em nosso território. Para o autor, os europeus deviam estabelecer relações amigáveis com o Império do Brasil, a exemplo da Inglaterra e da França (1825, p. 203-204, tradução nossa). Denis exalta como os “colonos” conseguem sobreviver, diferente dos europeus que não poderiam dizer o mesmo se estivessem nas mesmas condições, de modo que cita as grandes florestas, o céu e as comidas da América: “se abrirmos a história, veremos que essas desvantagens nunca existem para os colonos” (DENIS, 1825, p. 205, tradução nossa)<sup>72</sup>.

Nas edições luso-brasileiras, Bellegarde descreve detalhes do momento em que foi declarada a independência do Brasil, citando diversos nomes que influenciaram para permanência do príncipe. Sobre esse assunto, a diferença entre as suas edições é somente a adição do nome de um general na segunda publicação. A descrição contida nas duas versões é idêntica, utilizando das mesmas palavras e da mesma ordem cronológica: “de volta a capital, aceitou o regente o cargo e título de defensor perpétuo do Brasil, que lhe foi oferecido pela Câmara, a requisição do povo e tropa, a quem havia para isso suscitado e feito suscitar, o General Domingos Alves Branco Muniz Barreto” (BELLEGARDE, 1831, p. 2 16; 1834, p. 230).

Bellegarde menciona o grito de independência nos “Campos do Ipiranga”, que teria sido muito aplaudido por aqueles que acompanhavam o príncipe, destacando o apoio de militares, que auxilia a entender a motivação para inserção do nome do General na segunda edição, e o “fervoroso entusiasmo” da população. Segundo ele: “chegando ao Rio de Janeiro, foi o príncipe libertador, por unânime voto, no meio do mais fervoroso entusiasmo aclamado Imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil” (1831, p. 217; 1834, p. 231). Após este trecho, o autor escreve sobre a Assembleia constituinte e conflitos resultantes deste processo.

A edição francesa, como explícito no título deste período, aborda as questões de comércio e agricultura após relatar sobre o reconhecimento da independência. O autor apresenta dados importantes sobre exportações brasileiras de produtos agrícolas para o continente europeu, com números e detalhes estatísticos que indicam sua importância. Segundo Denis: “entre os produtos mais exportados na época estavam o açúcar, cerca de cem mil caixas, algodão, cerca de cento e cinquenta mil bolas, treze milhões de libras em café e uma quantidade considerável de cacau” (1825, p. 208-209, tradução nossa)<sup>73</sup>.

O francês ainda apresenta informações que demonstram vasto conhecimento sobre a

---

<sup>72</sup> “Qu'on ouvre l'histoire, on verra que ces inconvénients n'existent jamais pour les colons. [...]”

<sup>73</sup> “[...] on exporte maintenant pour l'Europe environ cent mille caisses de sucre de quinze quintaux chacune, cent cinquante mille balles de coton d'un quintal et demi, douze à treize millions de livres de café, et une quantité considérable de cacao.”

produção agrícola do Brasil e o quanto o continente europeu dependia dessa produção, pois eram produtos muito utilizados por eles. No que diz respeito às mudanças na quantidade das produções: “a quantidade de açúcar e algodão colhida nos últimos anos não é muito maior do que oito ou dez anos atrás; mas a cultura do café aumentou consideravelmente, e é em grande parte que o aumento sentido é devido” (DENIS, 1825, p. 209-210, tradução nossa)<sup>74</sup>. Tais informações indicam que, durante sua viagem pelo Brasil, Denis tomou conhecimento de ricos detalhes sobre as atividades econômicas e agrícolas.

O autor apresenta as principais atividades econômicas das regiões que se destacam, menciona as províncias do Sul, como São Paulo e Rio de Janeiro e as províncias do nordeste. Sobre Minas Gerais, Denis comenta sobre a mineração ser uma importante atividade para a região, destacando “a extração de ouro, diamante e pedras preciosas” (DENIS, 1825, p. 213-214, tradução nossa)<sup>75</sup>. O autor tece algumas críticas ao sistema de produção dos brasileiros, alegando que a maioria deles confia demais na fertilidade do solo e não se preocupa em fazer uso de técnicas que poderiam contribuir para o aumento da produção<sup>76</sup>.

Bellegarde não desenvolve essa perspectiva, de modo que seu foco são os conflitos decorrentes das assembleia constituinte e a dificuldade na unificação das províncias. Sobre a Bahia, ele afirma que: “só depois do regresso dos portugueses, se uniu a Bahia francamente a capital” (1831, p. 221; 1834, p. 235). O autor apresenta detalhadamente a importância de diferentes militares para conter movimentos revoltosos e contestadores, como na Bahia e em Pernambuco, onde seu tio participou, e em outras províncias. As duas edições possuem trechos idênticos, porém alguns dos fatos relatados não foram abordados por Denis, que serviu de base para as edições em português.

Enquanto o luso-brasileiro busca relatar os generais de diversas províncias que foram presos e remetidos para Lisboa, tendo sido seus bens confiscados, o autor francês detalhou de forma minuciosa as características econômicas e comerciais das províncias, incluindo Ceará, Paraíba e Piauí (DENIS, 1825, p. 217, tradução nossa)<sup>77</sup>. As diferenças são grandes entre as edições francesa e luso-brasileira neste tema. Nas edições de Bellegarde, não ocorrem

---

<sup>74</sup> “La quantité de sucre et de coton récoltée depuis quelques années n'est pas beaucoup plus considérable qu'il y a huit ou dix ans; mais la culture du café a considérablement augmenté, et c'est à elle en grande partie qu'est dû l'accroissement qui se fait sentir dans le produit de l'exportation. [...]”

<sup>75</sup> “Avant de continuer notre course le long des côtes, visitons les trois provinces dell'intérieur Minas-Geraès où l'on recueille l'or, le diamant, et les pierres précieuses, voit réussir la plupart des productions communes aux provinces méridionales de Espagne et du Portugal.”

<sup>76</sup> “[...] Ils ignorent les avantages qui peuvent résulter des pépinières habilement établies, pareeque cette prévoyance est un des plus grands bienfaits de l'agriculture perfectionnée.”

<sup>77</sup> “Siara, Parahyba, Piauihy, sont moins fertiles que les capitaineries dont nous venons de parler; mais de nombreux troupeaux y forment encore une branche lucrative de commerce que pourrait accroître l'industrie.”

mudanças significativas, divergindo de outros temas como sobre o Brasil antes da conquista.

Sobre a importância da agricultura para o Brasil, Denis afirma: “não devemos parar de repeti-lo; é da agricultura que o governo deve aguardar sua prosperidade e, nesse sentido, tem quase tudo o que fazer, pois, por um grande número de anos, não tem manifesta melhora perceptível apenas nas plantações de café” (1825, p. 220, tradução nossa)<sup>78</sup>. O autor em diversos momentos considera que a agricultura deveria ser a principal atividade econômica do novo império, isso devido ao solo fértil e ao clima que favoreciam diversas tipos de plantações.

Enquanto o francês apresenta as características da agricultura, as principais produções e a exportação desses produtos para o continente europeu, o luso-brasileiro destaca a expulsão dos generais que representavam Portugal. Bellegarde irá apresentar nas duas edições este processo de expulsão:

Desde esta época, um só soldado luso não mais pisou o solo brasileiro; e a bandeira da Primavera e do Ouro ondulou altiva do Prata ao Amazonas. Oxalá que tal se houvera conseguido sem o sacrificio de tantas vítimas; 4000 cidadãos úteis, tiveram que transportar para além do oceano seus cabedades, montantes a mais de 80 milhões de cruzados, para escaparem ao impune punhal da população, a quem animava com tremendas recomendações um governo terrorista, que pretextando uma fantástica expedição do Tejo, em nome da pátria assolou a pátria, em crescente progressão do Sul no norte. (1831, p. 229; 1834, p. 2 44).

Nesse trecho, a diferença entre suas edições diz respeito à província de chicuitos, que não foi mencionada na primeira edição, e sua anexação desta pelo governo provisório de Mato Grosso (BELLEGARDE, 1834, p. 245). Após estas informações, as publicações do luso-brasileiro voltam a ficar idênticas, e o autor prossegue indicando os motivos para dissolução da assembleia constituinte pelo imperador e da outorga da Constituição, que segundo ele era “a mais liberal entre as que existem em monarquias”.

As revoltas constantes foram destacadas pelo autor, com destaque especial para a “Confederação do Equador”, revolta esta que teve membros de sua família participando. Sobre esse assunto, as duas edições possuem trechos idênticos, enquanto que a versão francesa não desenvolve esse tópico, assim como os conflitos nas diversas províncias durante ou após o processo de independência não são pontuados por esta. Um trecho que foi inserido na segunda edição de Bellegarde diz respeito à seca nas regiões do nordeste, que atingiu em maior intensidade o Ceará, segundo ele, esta foi a maior seca que se tinha notícia até aquele momento (1834, p. 255).

Denis, após apresentar as características do comércio e da agricultura nas províncias,

---

<sup>78</sup> “On ne doit point cesser de le répéter, c'est de l'agriculture que le gouvernement doit attendre sa prospérité, et sous ce rapport il lui reste cependant presque tout à faire, puisque, depuis un grand nombre d'années, il ne se manifeste d'amélioration sensible que dans les plantations de café.”

volta à questão das relações entre brasileiros e outros povos. Ele diferencia o modo como os brasileiros viam os ingleses e os franceses, segundo o autor, os franceses eram amados e os ingleses eram poderosos (DENIS, 1825, p. 224). Ao fim do capítulo que trata da Independência, o autor afirma que todas as características que ele apontou, que ele chama de “breve apresentação”, possibilitam concluir que o Brasil tem tudo para ser um império florescente, de modo que “seu império aumentará para um grau de prosperidade que surpreenderá o resto da América do Sul” (DENIS, p. 226-227, tradução nossa)<sup>79</sup>.

Denis também aborda sobre as tribos que ainda existiam e os acontecimentos mais recentes, neste último é que o autor aponta alguns dos conflitos nas províncias do império. Ele também orienta que os brasileiros olhem para a Europa e esqueçam o mal que eles fizeram e procure lembrar dos benefícios. Novamente repete a afirmação de que o caminho para o progresso do Brasil deve ser através da agricultura e que os descendentes de europeus, americanos e negros podem contribuir para o bem público e da população geral (1825, p. 252-253). E conclui pontuando sobre a importância em Brasil e Portugal manterem uma boa relação, visto que:

[...] movido pelo mesmo interesse, mas agindo com um gênio diferente, o descendente do europeu, do negro, do americano, contribuirá para o bem público por seguir vários caminhos; que neste estado próspero o Brasil olhe para a Europa, que se esqueça dos males que poderia lhe causar e se lembre de seus benefícios; que o brasileiro veja um irmão em cada português, nunca o esqueça; por muito tempo tiveram as mesmas instituições; eles se gabam das mesmas vitórias; eles pronunciam com igual respeito os nomes dos mesmos grandes homens. (1825, p. 253, tradução nossa).<sup>80</sup>

Nas edições de Bellegarde após as questões relativas ao processo de independência, são mencionados outros fatos posteriores a 1825, portanto não eram possíveis de serem relatados por Denis devido à data de publicação de sua obra. Dentre estes fatos, cabe pontuar sobre o reconhecimento da independência por Portugal, o nascimento do príncipe imperial, a abdicação de D. Pedro I ao reino português e a morte da imperatriz. Estes temas não estão presentes no resumo de Denis, mas constam nas duas edições do luso-brasileiro. Os últimos parágrafos, que o autor utiliza para discorrer sobre conflitos que ocorreram até 1828, são os mesmos nas duas edições de Bellegarde. Nem mesmo a conclusão dos dois resumos foi alterada, apesar do autor ter dito que a segunda edição era de toda nova ainda na advertência. Ao fim, utilizando as mesmas palavras, o luso-brasileiro conclui que:

<sup>79</sup> “[...] et leur empire s'éleva à un degré de prospérité qui étonnera le reste de l'Amérique méridional.”

<sup>80</sup> “[...] mus par un même intérêt, mais agissant avec un génie différent, le descendant de l'Européen, le noir, l'Américain, contribueront au bien public en suivant des routes diverses; que dans cet état prospère le Brésil regarde l'Europe, qu'il oublie les maux qu'elle a pu lui causer, et se rappelle ses bienfaits; que le Brésilien voie dans chaque Portugais un frère, qu'il ne l'oublie jamais; ils eurent pendant long-temps les mêmes institutions; ils se glorifient des mêmes victoires; ils prononcent avec un égal respect les noms des mêmes grands hommes.”



Aqui ao fim de nossa tarefa, feliz se nossos jovens compatriotas acharem neste livro auxílio a seus primários estudos, único incentivo que a tal publicação nos animou. Há penas mais hábeis, que não a nossa de ruim estilo e de pior critério, pertence a arrazoada narrativa da completa História Brasileira; prezo ao céu que um venturoso por vir lhes ministre dourada matéria, prezo ao céu que o saber e patriotismo dos poderes a quem cabe o grave encargo de promover o bem da pátria consigam extirpar fatais rivalidades. Sirvam os estranhos países de exemplo ao nosso, embora se objete com diferenças de localidade, o genio das nações depende mais das leis que as regem, do que da atmosfera que as cobre; o grego da natureza é hoje o mesmo que o dos séculos de ouro, mas os vícios do governo tem privado Atenas de novos Pericles, e novos Fídias. (1831, p. 253-254; 1834, p. 275-276).

Após abordar a temática referente ao processo de emancipação política do Brasil, o autor francês ainda apresenta outros dois temas: “Tribos selvagens ainda existentes no Brasil” e “Um olhar para o destino das pessoas negras” e “Um olhar sobre os últimos eventos”<sup>81</sup>. A diferença nas datas de publicações exigiu do autor luso-brasileiro uma complementação sobre fatos ocorridos após 1825, ano em que Denis publicou sua edição. Bellegarde fez uma alteração, quando comparadas suas edições, na temática referente à independência, acrescentando trechos sobre “união de chicuitos” e “seca no Ceará”.

Observa-se que, sobre as populações que habitavam a América antes da chegada dos europeus, o texto da primeira edição de Bellegarde possui muitos trechos e termos idênticos com a edição francesa, enquanto que a segunda edição possui alterações significativas, principalmente nos parágrafos iniciais e finais, como as críticas ao holandês Pauw. No entanto, diversos trechos permanecem idênticos à primeira edição, como na comparação sobre os costumes. A análise dessa primeira parte aponta que não ocorreram tantas mudanças, como apontou Bellegarde na advertência da segunda edição, entre as publicações em português.

Sobre Palmares, as edições de Bellegarde possuem diferenças no início e ao fim com relação à versão de Denis. Porém outros trechos foram integralmente traduzidos e reproduzidos nas edições de Bellegarde. Essas diferenças pontuais entre as publicações do autor luso-brasileiro contribuem para compreender que ele não refez totalmente sua primeira edição. Algumas das diferenças entre a obra de Denis e de Bellegarde é a retirada de uma citação de Rocha Pita e a correção de um erro cometido pelo francês sobre os cargos ocupados por líderes da batalha final contra Palmares.

No que tange os acontecimentos mais próximos temporalmente dos autores, como a viagem da família real portuguesa e o processo de independência do Brasil, Bellegarde não segue com afinco os escritos de Denis, apesar de tratarem dos mesmos temas. A forma como são apresentados é diferente, o luso-brasileiro foca em outras questões. A comparação entre

---

<sup>81</sup> “Tribus sauvages existantes encore au Brésil, coup d’oeil sur le sort des noirs; E Coup d’oeil sur les derniers événements.”

estes dois temas nos auxilia a compreender as críticas realizadas por Denis na tradução realizada, que comprovou ser justificada. Quando analisada as edições, apesar de conter tantos outros idênticos, verifica-se que vários trechos foram suprimidos ou deturpados. Nesse sentido, embora Bellegarde tenha mencionado que na segunda publicação abandonou “de todo o primeiro original e compusemos a íntegra desta segunda edição” (1834, p. 5), tal afirmação não pode ser confirmada, como podemos afirmar pelo uso das mesmas palavras e trechos que o autor faz em diversas passagens das suas edições.

## 5 CONCLUSÃO

Este capítulo tem por intuito rever e resumir os resultados alcançados através do desenvolvimento da presente pesquisa, que versou sobre Henrique Luís Niemeyer Bellegarde e seu *Resumo de História do Brasil*, no caso as duas edições publicadas entre 1831 e 1834. O objetivo foi identificar as principais diferenças e semelhanças entre as duas edições publicadas pelo autor luso-brasileiro, comparando com a edição francesa de Jean Ferdinand Denis. Essa comparação foi motivada pelo fato de que, nas primeiras páginas da primeira edição em português, Denis é mencionado por Bellegarde como uma inspiração, inclusive utilizando o título traduzido. Outra questão que despertou o interesse por esse objeto foi sua finalidade escolar, como consta na segunda edição de Bellegarde: “obra adotada pelo governo para uso das escolas” (1834, p. 3).

Os precursores dessa análise foram a informação de que a primeira edição era em certa medida uma tradução e de que a segunda era uma nova obra, informações presentes nas edições de Bellegarde. Na edição de 1831, o autor apresenta sua publicação como uma “tradução aumentada” da publicação de Ferdinand Denis, que havia sido publicada em Paris em 1825. Na edição de 1834, ele informa que abandonou “de todo o primeiro original” e que compôs “a íntegra desta segunda edição”. Essa mudança brusca presente nas “advertências” sobre as publicações nos motivou a analisar as edições com o intuito de identificar quais as mudanças e as permanências entre as edições. O recorte temático desse estudo foi organizado em quatro pontos: Antes da Conquista, Palmares, A Viagem da Família Real e a Independência.

Para a análise comparativa entre as edições, foi necessário apresentar o contexto no qual os autores estavam inseridos, extremamente próximo do processo de emancipação política do Brasil, do qual Bellegarde participou. Para isso foi necessário compreender as transformações e as iniciativas no campo educacional no período em questão, levando em consideração as questões legislativas que influenciaram estas transformações. A questão educacional fez-se necessária, pois “aqui ao fim de nossa tarefa: feliz se nossos jovens compatriotas acharem neste livro auxílio aos seus primários estudos” (BELLEGARDE, 1834, p. 275). Em conjunto com esta informação, presente nas duas versões do luso-brasileiro, cabe pontuar que a obra foi aprovada para uso no Colégio Pedro II em 1841, e que através do desenvolvimento da pesquisa foi possível apresentar documentos que evidenciam o pedido da edição do luso-brasileiro por professores.

Para o levantamento de informações sobre os autores, fizemos uso das noções

estabelecidas por Jean-François Sirinelli, de modo que apresentamos os itinerários de formação, as relações familiares e os grupos que os autores faziam parte. Sobre Bellegarde, apresentamos informações de sua vinda para o Brasil, ainda em 1808 com a família real portuguesa, e das instituições que estudou, tanto no Brasil quanto no continente europeu. Foi possível identificar que a vida desse autor está diretamente ligada a diversos marcos, por exemplo, o fato de ter participado do processo de emancipação política do nosso país, mesmo sendo membro do governo português em outra colônia.

No que tange aos itinerários de formação de Henrique Bellegarde, identificou-se que possuía uma formação de caráter militar, tendo estudado na Academia Real, onde cresceu hierarquicamente. Dessa forma, no ano de 1820 tornou-se primeiro tenente e, posteriormente, capitão, este último título o conseguiu depois do processo de emancipação política do Brasil. Após sua formação militar, o luso-brasileiro foi agraciado pelo governo com auxílio para realizar seus estudos na França, regressando com o título de bacharel em Letras e a carta de engenheiro geógrafo. Durante a pesquisa foi possível identificar documentos e manuscritos na Biblioteca Nacional que comprovam sua participação em obras na capital do Império. No ano 1828, ao regressar ao Brasil recebeu a patente de Major, acerca da qual localizamos um manuscrito com o pedido em que ele cobra o pagamento das gratificações referentes à nova patente.

A pesquisa identificou a participação de outros familiares de Bellegarde em instituições governamentais, fossem elas portuguesas, caso de seu pai, fossem brasileiras, caso de seu irmão Pedro Bellegarde e seu tio Conrado. Seu irmão chegou a ocupar importantes cargos no governo imperial, por exemplo o de ministro da Guerra. No caso do seu tio, foi responsável por sufocar o movimento revolucionário em Pernambuco, “Confederação do Equador”, que tinha como objetivo a união das províncias do “norte” do Brasil (BARATA, 1988; 1989). Desta forma, foi possível identificar nitidamente que a família participava do governo imperial.

Investigar sobre o autor Jean Ferdinand Denis foi necessário, por ser o autor da obra que serviu como inspiração para Bellegarde. Investigamos desde sua infância na França, bem como os cargos ocupados pelo seu pai, a sua viagem ao Brasil, seus grupos de sociabilidade, em conjunto com as relações que manteve com autoridades e intelectuais após seu retorno para a Europa. Denis foi tido por muitos como um grande incentivador de estudos sobre a História do Brasil, bem como sobre sua cultura e sua literatura. Identificamos diversas publicações, ao longo dos seus mais de noventa anos, sobre o Brasil, resultadas da viagem que fez pelo continente americano na segunda década do

século XIX. Na década de 1820 regressa ao velho mundo e fica encarregado de trabalhar como conservador da *Bibliothèque Sainte-Geneviève*.

No que diz respeito à opinião do autor francês sobre as edições de Bellegarde, só foi possível localizar anotações nas publicações que estão na instituição na qual trabalhou por décadas e por meio de manuscritos, que fazem parte da *Réserve* da instituição. Através das anotações de Denis, verificamos que ele teve contato com as duas edições publicadas por Bellegarde e que fez severas críticas ao fato de a primeira ter sido apresentada como uma obra “traduzida” da sua edição, caracterizando-a como uma “desfiguração” e uma “tradução ridícula”. Sobre a segunda edição, Denis também fez apontamentos e anotações sobre suas impressões, mencionando a nota de advertência sobre não se tratar de uma tradução e qualificando a obra como uma “desfaçatez”. Dentre as anotações, cabe mencionar que o autor ressalta que tomou conhecimento da primeira edição em 1839 e da segunda edição apenas em 1842.

Após apresentar as informações que dizem respeito às distintas etapas das vidas dos autores, nos empenhamos em realizar a análise e comparação entre as três edições. Devido à grande quantidade de conteúdo organizamos nossa análise em quatro temas: o primeiro tema versa sobre a primeira época, ou seja, sobre os povos que habitavam o território anterior à conquista portuguesa e sobre o processo de conquista; o segundo refere-se ao quilombo de Palmares e aos costumes dos moradores deste; o terceiro trata da viagem da família real portuguesa ao Brasil; e o quarto trata da escrita dos autores referente ao processo de emancipação política.

A análise do primeiro tema, que diz respeito aos povos que habitavam o território antes da conquista e sobre o processo da conquista, evidenciou que as duas edições do autor luso-brasileiro não eram tão distintas como havia sido apontado por ele ao longo da advertência da edição de 1834. Apesar de termos apontado diferenças pontuais entre as duas edições, ainda cabe mencionar que, de acordo com o autor, essa parte foi composta por várias referências, além de Ferdinand Denis: Damião de Góis, Sebastião da Rocha Pita, Gaspar de Madre de Deus, Manuel Ayres de Casal, Jean de Lery e Robert Southey. Algumas das referências apontadas pelo luso-brasileiro também serviram como referência para o autor francês, como é o caso de Rocha Pita e Jean de Lery, também citados por ele.

Entre as diferenças na primeira época, uma que apontamos diz respeito ao fato de o autor luso-brasileiro modificar de forma significativa a descrição de Denis sobre a América e sobre as relações entre europeus e os povos que habitavam o continente. Tais

evidências são possíveis de serem percebidas na descrição sobre a relação de colonização no Brasil, pois utiliza a mesma citação que Ferdinand Denis, sobre os excessos dos europeus no processo de conquista, retirada de Cornelious Pauw. Enquanto na edição em francês e na primeira em português não ocorre crítica a Pauw, na segunda edição de Bellegarde – que antes havia mencionado que o etnólogo holandês havia resumido em poucas palavras o processo de conquista – pontuou sobre: “o escritor que todos sabem ter tanto de eloquente, como de mal informado e parcial, haja vista ao medo que lhe metem os lagartos, que contudo se comem geralmente e a ninguém fazem mal: e a sua teima da degeneração da natureza animal, no novo continente” (1834, p. 9-10).

A descrição feita pelos autores sobre as tribos e “nações” tinha como objetivo abordar os costumes, a organização, as práticas e as forma de produção dos alimentos. Através da forma como descreveram, os termos e conceitos utilizados, foi possível identificar e compreender que, para o autor luso-brasileiro, os povos que aqui habitavam eram “povos errantes, que só viviam dos recursos que espontaneamente lhes apresentava a natureza” (BELLEGARDE, 1834, p. 8), sendo necessário mencionar que o termo “errante” é também utilizado pelo francês, que por outro lado exalta a independência dos povos.

A descrição sobre religiosidade também possui pequenas alterações entre as três edições. O luso-brasileiro aponta nas duas edições que os indígenas reconheciam a existência de um princípio bom e um mau (BELLEGARDE, 1831, p. 15; 1834, p. 14), sendo necessário pontuar que tal afirmação diz respeito a todos os povos. Na versão francesa, no que diz respeito ao reconhecimento de princípios bons e maus dos povos indígenas, Denis utiliza as mesmas palavras que Bellegarde, o que sugere serem uma tradução.

Uma mudança pertinente realizada pelo autor luso-brasileiro, foi a substituição do “brasileiro” pelo termo “americano”, que ocorreu nas duas edições. Quando levamos em consideração o período em que o autor realizou suas publicações, é possível compreender que tal mudança podia estar ligada ao processo de constituição do que viria a ser brasileiro. Desse modo, uma das explicações possíveis para essa modificação é uma tentativa em desvincular o passado desses povos da nação projetada nos resumos que seriam utilizados pelos “jovens compatriotas”, almejando vincular o passado mais próximo com o das sociedades europeias, no caso, de Portugal.

Outra característica identificada, os trechos que buscam descrever as tribos nesta primeira época, foi que possuem mais semelhanças do que diferenças. Desta forma, pode-

se identificá-los como uma tradução da versão francesa. As principais alterações em relação à edição de Denis ocorreram no início e no final da primeira época, somente pequenos trechos foram suprimidos na edição de 1834. No fim desse período, a primeira edição apresenta um conteúdo muito parecido com a publicação francesa, utilizando os mesmos termos e noções, enquanto a segunda edição passa por modificações, passando a questionar a existência de algumas “nações” que para ele talvez não tivessem nunca existido (BELLEGARDE, 1834, p. 39).

A segunda temática analisada diz respeito ao quilombo de Palmares, desde sua fundação, sua organização, seu funcionamento e até o seu fim. Comparar as três publicações objetivou analisar as visões dos autores sobre a escravidão e sobre a organização de um dos principais quilombos do período. A denominação dada à temática possui diferença pontual entre as edições: enquanto o francês chama de “Palmares”, o luso-brasileiro faz uso do termo “Negros de Palmares”. Já o início da temática possui outra diferença: enquanto o autor francês aborda a questão da liberdade e em como os negros escravizados se relacionam com o cativo, o luso-brasileiro aborda a tirania dos senhores de escravos.

Ainda nesta temática, cabe pontuar que a utilização do termo quilombo não ocorreu na edição em francês, enquanto que nas edições em português, este foi utilizado pelo autor na segunda edição, na primeira edição Bellegarde fará uso do termo “população de Palmares”. Assim como na primeira época, analisar e descrever a organização de Palmares e apresentá-la como uma exceção foi uma característica em comum entre os dois autores nas três edições, pontuando sobre a religião seguida, no caso o cristianismo, mas “alterado por superstições” (BELLEGARDE, 1831, p. 143). Denis também realizou a mesma afirmação, pontuando que “eles adotaram um tipo de cristianismo, provavelmente alterado, de acordo com as superstições de cada tribo” (1825, p. 148, tradução nossa)<sup>82</sup>. Termos muito próximos de uma tradução foram utilizados por Bellegarde em suas duas edições.

A terceira temática está relacionada a um dos marcos da vida do autor luso-brasileiro. A viagem da família real portuguesa, em 1808, selou a mudança da família do autor para o Brasil. Nesse período Bellegarde tinha em torno de seis anos, e durante o percurso da vinda do continente europeu nasceu Pedro Bellegarde, seu irmão, que foi

---

<sup>82</sup> “[...] qu'ils adoptèrent une sorte de christianisme, probablement altéré, selon les superstitions de chaque tribu.”

afilhado de Dom Pedro. Tais fatos demonstram a proximidade das relações entre a família do autor e a família real. Isso de certa forma nos motivou a realizar a análise entre as edições, visando encontrar informações que fossem diferentes daquelas utilizadas pelo autor francês e das fontes utilizadas para compor as publicações.

A princípio, o título utilizado para a temática difere-se entre a edição francesa e as edições em português. Enquanto Denis utiliza a denominação “a chegada do regente ao Brasil”, o autor luso-brasileiro não dá ênfase na vinda do regente, fazendo uso do título “o Brasil como sede da monarquia portuguesa” na primeira edição e “o Brasil sede da monarquia portuguesa” na segunda. Essa pequena alteração entre as edições do luso-brasileiro são sutis e não são capazes de alterar o sentido. A princípio, enquanto Denis aponta o que provocou a transmigração da família real, pontuando os conflitos com a França napoleônica e a relação da corte portuguesa com a Inglaterra, o autor luso-brasileiro pouco dimensiona essa questão.

Diferentemente do primeiro período, em que foi possível identificar alterações entre as duas edições do luso-brasileiro, o início dessa temática é idêntico nas duas publicações, contrariando uma vez mais a advertência feita na segunda edição. Dessa forma, Bellegarde relata a partida da família real em suas duas edições, mencionando que “era o tempo em que a vasta América, até ali refúgio de obscuros desvalidos, devia oferecer nova pátria aos Príncipes perseguidos pela revolução” (1831, p. 177; 1834, p. 187). Cabe mencionar que as diferenças entre os autores no que diz respeito a esta temática podem estar ligadas ao fato de que ocupavam posições distintas: enquanto o luso-brasileiro veio com a família real para o Brasil, o francês teve Napoleão como governante.

Nas duas edições de Bellegarde não há menções ao fato de sua família ter vindo junto com a corte portuguesa para a América. Foi possível identificar diferenças em relação à edição de Denis, em que o autor pontuou com maior ênfase a influência francesa para o ocorrido. Ele ainda apresenta informações pertinentes e com muitos detalhes no que diz respeito à vinda de artistas e escritores franceses para o Brasil. Enquanto isso, o autor luso-brasileiro em suas edições demonstra um maior interesse em apresentar os conflitos ocorridos por conta das fronteiras e exaltar nomes do governo, como foi o caso do Ministro Rodrigo de Souza e Coutinho, mencionado e exaltado nas duas edições.

O processo de independência do Brasil foi uma das temáticas abordadas nas três edições analisadas. A primeira diferença entre os autores é que o luso-brasileiro participou desse processo, enquanto o francês na época estava apenas viajando pelo Brasil. Sobre a



Independência, o título adotado pelos autores também possui diferenças: enquanto Denis denomina-o de “Independência do Brasil: comércio, agricultura”, Bellegarde nas duas edições denomina de “O Brasil Império Constitucional Independente”. A partir do título empregado já é possível identificar o foco que cada autor terá na abordagem sobre esse marco cronológico.

Sobre o processo de independência e como os países europeus deveriam lidar com ele, Denis pontua sobre a importância de França e Inglaterra o reconhecerem. Enquanto para o autor francês o interesse inglês pautava-se na área comercial, os laços entre Brasil e França possuíam outros interesses, sendo mencionado que seu país foi responsável por oferecer auxílio para aperfeiçoar a educação dos jovens brasileiros. As edições em português não possuem tais informações, e seu autor evidencia a preocupação em mencionar os principais agentes desta temática, parte considerável tratava-se de militares e membros do aparato administrativo.

Nesta temática, Bellegarde apresenta o processo de independência como uma heróica revolução, e que seria por meio desta que a jovem nação alcançaria “a regeneração de um povo ardente e nobre, curvado por três longos séculos ao rigor colonial” (1831, p. 211; 1834, p. 225). É importante identificar a impressão do autor nesse ponto, que exalta a questão do Brasil ser o único entre os países da América governado pelo mesmo príncipe de quando era colônia, referindo-se à manutenção do poder pelo mesmo grupo político do qual o autor fazia parte. Um dos motivos apresentados pelo autor para justificar o processo de independência está ligado ao fato de Portugal ter elaborado uma constituição que “ofendia” os direitos do Brasil.

Enquanto o autor francês desenvolve a perspectiva sobre os aspectos econômicos das distintas regiões, Bellegarde se foca em relatar os conflitos decorrentes da assembleia constituinte e a dificuldade na unificação das províncias, uma preocupação que não era exclusiva do autor luso-brasileiro. A importância dos militares na manutenção da “ordem” e da unificação das províncias é um ponto chave na escrita do autor, que apresenta detalhadamente a importância de diferentes militares para conter movimentos revoltosos e contestadores. As duas edições em português possuem trechos idênticos ou com pequenas modificações que não alteram o significado. Cabe destacar que a obra de Denis não mencionou alguns fatos que estão presentes nas publicações de Bellegarde por conta do ano em que foram publicadas.

Entre os fatos mencionados por Bellegarde após o processo de independência, cabe pontuar que o autor versa sobre: “reconhecimento da independência por Portugal”,

“o nascimento do príncipe imperial”, “a abdicação de D. Pedro I ao reino português” e “a morte da imperatriz”. Os últimos parágrafos, que o autor luso-brasileiro utiliza para discorrer sobre conflitos que ocorreram até 1828, são os mesmos nas duas edições. Nem mesmo a conclusão dos dois resumos foi alterada, apesar do autor ter dito que a segunda edição era de toda nova ainda na advertência.

As diferenças identificadas entre as obras analisadas nos permite concluir que as primeiras épocas estão muito mais próximas de uma tradução de Ferdinand Denis, com mudanças pontuais. Enquanto que ao analisar as últimas épocas, tanto a vinda da família real quanto o processo de independência, são nítidas as alterações realizadas e seus objetivos. A análise contribuiu também para compreendermos que as críticas realizadas por Denis na “tradução” realizada são justificadas. Quando analisada as edições, apesar de conter tantos outros idênticos, verifica-se que vários trechos foram suprimidos ou deturpados.

Ao fim desta tarefa, o que não faltam são possíveis pesquisas sobre um século extremamente rico no que tange a História da Educação no Brasil. Algumas das questões que motivaram e incentivaram esta pesquisa, que me acompanha desde 2014, foram respondidas, por exemplo a compreensão da crítica realizada por Denis. Esta foi um dos motivos que me levaram a vasculhar informações sobre a família de Bellegarde, bem como seus itinerários de formação, sua sociabilidade e consequentemente as relações de sua família com o governo imperial. A vida e a obra de Bellegarde contribuíram para compreender sobre quais grupos detinham o poder no recorte temporal de suas publicações, e quais se mantiveram mesmo diante do processo de emancipação política do nosso país.

Como outras edições do Resumo de Bellegarde continuaram circulando, com alterações realizadas por seu irmão, Pedro, e que datam de período posterior ao que foi autorizado para uso no Colégio Pedro II, é possível que outras pesquisas sejam realizadas nesse sentido. Por conta de realizarmos a análise de três publicações, outras temáticas são possíveis de ser comparadas, com outros enfoques e problemas distintos dos que aqui almejamos explorar. Pensamos em realizar pesquisas com o intuito de compreender a circulação dessas obras, bem como a adoção e aceitação em outras instituições. Cabe dimensionar que, após a análise, ficou evidente que Bellegarde não refez sua primeira edição, de modo a alterar significativamente a segunda. O engenheiro militar também não realizou uma tradução, visto que modificou muitos trechos de Ferdinand Denis, o que explica e justifica as críticas realizadas pelo viajante francês no que diz respeito às versões

em português.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes Documentais

BELLEGRARDE, H. L. **Requerimento encaminhado ao Ministério do Império**, solicitando que seja sua obra "Resumo da História do Brasil" adotada nas escolas; solicita que lhe seja paga a quantia devida pelo projeto do Canal do Guandu. [S.l.: s.n.], 1831-1834. Biblioteca Nacional, 4 doc., Orig. Localização: Manuscritos - C-0394,005 nº002.

BELLEGRARDE, H. L. **Resumo da História do Brasil até 1828**. Traduzido de M. Denis, correcto e argumentado. Rio de Janeiro: Typographia de Gueffier E C<sup>a</sup>., 1831. Disponível em: [https://archive.org/details/resumodahistoria00niem\\_0](https://archive.org/details/resumodahistoria00niem_0). Acesso em: 22 out. 2020.

BELLEGRARDE, H. L. **Resumo da História do Brasil**. Rio de Janeiro: Typografia de R. Ogier, 1834. Disponível em: <https://archive.org/details/resumodahistoria00niem>. Acesso em: 22 out. 2020.

BELLEGRARDE, H. L. **Resumo da História do Brasil**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1855-1860. 300 f., original. Biblioteca Nacional. Localização: Manuscritos - 19,1,39.

BRASIL. Decreto de criação do Colégio Pedro II de 2 de dezembro de 1837. *In*: Bonavides, Paulo; AMARAL, Roberto (orgs). **Textos políticos da História do Brasil**. 3º ed. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. v. 1, p. 958-959.

DENIS, J. F. **Resumé de l'histoire du Brésil, suivi de le Resumé de l'histoire de la Guyane**. Paris: Libraires Lecointe et Durey, 1825. Disponível em: [https://archive.org/details/DELTA53546RES\\_P3](https://archive.org/details/DELTA53546RES_P3). Acesso em: 22 nov. 2020.

DENIS, J. F. Carta à Gonçalves Dias. **Biblioteca Nacional**. 1862. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1233576/mss1233576.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1233576/mss1233576.pdf). Acesso em: 10 nov. 2020.

DENIS, J. F. **Résumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi du résumé de l'histoire littéraire du Brésil**. Paris: Lecointe et Durey, 1826.

SARMENTO, J. J. P. **Requerimento encaminhado ao Ministério do Império solicitando sala apropriada para aulas de Primeiras Letras e seis volumes do livro Resumo da História do Brasil de Bellegarde**. [S.l.: s.n.], 1834. 1 doc., Orig. Biblioteca Nacional. Localização: Manuscritos - C-0505,011 nº005.

### Fontes Bibliográficas

ALENCASTRO, L. F. Vida privada e ordem privada no Império. *In*: ALENCASTRO, L. F.(org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, vol. 2, 1997.

ALVES, C. Jean-François Sirinelli e o político como objeto da história cultural. *In*: Lopes, Eliane Marta T.; Faria Filho, Luciano Mendes (Orgs). **Pensadores Sociais e História da Educação**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. v. II.

ANDRADE, V. L. **Colégio Pedro II: um lugar de memória: 1837 – 1937**. 1999. 176 f. Tese (História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1999.

ARAUJO, M. Lei de 15 de outubro de 1827. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 36, n. 22, p. 240-242, set./dez., 2009.

ARAUJO, V. L. **A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Hucitec, 2008.

ARQUIVO NACIONAL. **Fundo/Coleção QI - Família Henrique Luís de Niemeyer Bellegarde**. Disponível em: <http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/familia-henrique-luis-de-niemeyer-bellegarde>. Acesso em: 18 out. 2020.

BARATA, C. E. A. Os Niemeyer – mais de 200 anos a Serviço da Engenharia no Brasil. **Boletim da A3P**, Rio de Janeiro, nº. 104, 106 e 108, 1988 e 1989. Disponível em: <http://www.cbg.org.br/niemeyer-na-engenharia/>. Acesso em: 18 out. 2020.

BARBOSA, R. S. A transmissão do legado camoniano no século XIX: o caso Ferdinand Denis. Dissertação. UFRGS. 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/159190>. Acesso em: 15 out. 2020.

BASTOS, M. H. C. Manuais escolares franceses no Imperial Colégio de Pedro II (1856-1892). **Rev. História da Educação**, Pelotas, vol. 12, n. 26, p. 39-58, set./dez, 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321627132003>. Acesso em: 06 ago. 2020.

BELLEGARDE, P. A. Elogio histórico do falecido sócio correspondente, o major Henrique Luíz de Niemeyer Bellegarde. **RIHGB**, Rio de Janeiro, 3.ed., p. 226-232, 1839.

BITTENCOURT, C. M. F. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. 1993. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas na Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

BITTENCOURT, C. M. F. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, p. 475-491, set./dez, 2004.

BOURDON, L. **Lettres familières et fragment du Journal intime de Ferdinand Denis à Bahia, 1816-1819**. Coimbra, 1958.

BOTO, C. R. Pombalismo e Escola de Estado na história da Educação Brasileira. In: SAVIANI, Dermeval et al (orgs). **Estado e políticas educacionais na educação Brasileira**. Vitória: EduFEs, 2011.

BRASIL. **Lei imperial de 15 de outubro de 1827**. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Rio de Janeiro: Imperador, 1987. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM..-15-10-1827.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM..-15-10-1827.htm). Acesso em: 06 ago. 2020.

BRASIL. Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm). Acesso em: 09 mar. 2021.

CARDOSO, T. F. L. A construção da escola pública no Rio de Janeiro imperial. **Rev. Bras. De Hist. Educ.** V.3, n. 1, p. 196-211, jan./jun., 2003. Disponível em: <http://www.rbheold.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/232/239>. Acesso em: 10 nov. 2020.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 16ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CASTANHA, A. P. Ato Adicional de 1834 na história da educação brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 11, jan./jun., 2006.

CASTANHA, A. P. O uso da legislação educacional como fonte: orientações a partir do marxismo. **Revista HISTEDBR**, Campinas, número especial, p. 309-331, abr., 2011.

CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, jan./abr., 1991.

CHOPPIN, A. O historiador e o livro escolar. **Rev. História da Educação**, Pelotas, n. 11, abr., 2002.

CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *In: Educação e Pesquisa*. v. 30, n. 3, set./dez., 2004, 190p.

CHOPPIN, A. O manual escolar: uma falsa evidência histórica. **Rev. História da Educação**, Pelotas, v. 13, n. 27, jan. – abr., 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/29026>. Acesso em: 24 out. 2020.

COMISSÃO DE ATUALIZAÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA. **O Colégio Pedro II: contribuição histórica aos 175 anos de sua fundação**. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2013.

COSTA, M. C. Concessão de pensões de estudos no estrangeiro no contexto da construção do Estado brasileiro: os pensionários militares. *In: Simpósio Nacional de História*, 21, 2011, São Paulo: ANPUH, 2011.

DIEHL, A. A. **A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

DORIA, E. **Memória Histórica do Colégio Pedro Segundo 1837 – 1937**. Brasília: INEP, 1997.

DORIA, E. Um amigo do Brasil (Ferdinand Denis). **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, t.75, 1913.

FARIA FILHO, L. M. A legislação escolar como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação. In: FARIA FILHO, L. M. (Org.). **Educação, modernidade e civilização**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

FONSECA, T. N. L. “Ver para compreender”: arte, livro didático e a história da nação. In: FONSECA, T. N. L. (Org.). **Inaugurando a História e construindo a nação: discursos e imagens no ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FONSECA, T. N. L. Historiografia da educação na América Portuguesa: balanço e perspectivas. **Rev. Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 14, p. 111-124, 2009. Disponível em: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-72502009000200008&Ing=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502009000200008&Ing=pt&nrm=iso). Acesso em: 25 out. 2020.

FONSECA, T. N. L. Educação na América Portuguesa: sujeitos, dinâmicas, sociabilidades. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 60, p. 15-38, jan./jun. 2014. Editora UFPR. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/38277/23425>. Acesso em: 10 nov. 2020.

FONSECA, T. N. L. Circulação e Apropriação de concepções educativas: pensamento ilustrado e manuais pedagógicos no mundo luso-americano colonial (séculos XVIII-XIX). **Educ. rev.** vol.32, no.3 Belo Horizonte jul./set. 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-46982016000300015&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982016000300015&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 10 nov. 2020.

GASPARELLO, A. M. A nação imaginada nos livros didáticos do século XIX. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 14, n. 1, jan./abr., 2015.

GASPARELLO, A. M. **Construtores de Identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira**. São Paulo: Iglu, 2004.

GENI. **Cândido Norberto Jorge Bellegarde**. Disponível em: <https://www.geni.com/people/C%C3%A2ndido-Norberto-Jorge-Bellegarde/6000000015353059824>. Acesso em 18 out. 2020.

GENI. **Henrique Luís de Niemeyer Bellegarde**. Disponível em: <https://www.geni.com/people/Henrique-Luis-Bellegarde/6000000053050979863?through=6000000015353188141>. Acesso em: 18 out. 2020.

GENI. **Maria Antônia Conrado de Niemeyer**. Disponível em: <https://www.geni.com/people/Maria-Antonia-Conrado-de-Niemeyer/6000000015353188141?through=6000000053050979863>. Acesso em: 18 out. 2020.

GONDRA, J. G.; SCHUELER, A. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

HAIDAR, M. L. M.; CARVALHO, L. R. **Ensino secundário no império**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1971.

HOLANDA, S. B. A herança colonial – sua desagregação. In: HOLANDA, S. B (org). **História geral da civilização brasileira**, t.II, v.1. São Paulo: Difel, p. 09-39, 1962.

LUSTOSA, I. Henri Plasson e a primeira imprensa francesa no Brasil (1827-1831). Revista Escritos. **Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro, nº 9, 2015, p. 77-93. Disponível em: [http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero09cap\\_03.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero09cap_03.pdf). Acesso em: 10 nov. 2020.

MAGALHÃES, J. Intelectuais e história da educação em Portugal e Brasil. **Cadernos de História da Educação**, 15(1), p. 299-322, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/che-v15n1-2016-12>. Acesso em: 10 nov. 2020.

MATTOS, I. R. **O Tempo saquarema – A formação do Estado Imperial**. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

MENDES, L. C. C. Inaugurando a narrativa didática da futura Nação: a História do Brasil no Colégio Pedro II (1840 e 1850). In: **Revista Labirinto**. v. 24, n. 1, jan./jun., 2016.

MUNAKATA, K. O livro didático: alguns temas de pesquisa. In: **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas-SP, v. 12, n. 3 (30), p. 179-197, set/dez., 2012.

MUNAKATA, K. Livro didático como indício da cultura escolar. **Revista História da Educação**, vol. 20, núm. 50, septiembre-diciembre, 2016, p. 119-138. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3216/321646882009.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

NEVES, L. M. B. P. **Dos indivíduos como atores da história**: considerações sobre o artigo de Patrick Puigmal. Almanack, Guarulhos, n. 23, p. 35-63, dez. 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2236-46332019000300035&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-46332019000300035&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 01 out. 2020.

NOGUEIRA, O. **1824**. 3º Ed. Brasília: Senado Federal, 2012.

NOVAIS, F. A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1979.

O ESTADO DE SÃO PAULO. *Guilherme Bellegarde*. Edição de 30 de junho de 1890, p. 1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18900630-4600-mat-0001-999-1-not>. Acesso em: 24 out. 2020.

PANIZZOLO, C. A História Intelectual e a história de um intelectual da educação brasileira. **Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais**, [S.l.], n. 10, mar. 2013. ISSN 1982-4807. Disponível em: <http://200.144.145.24/pontoevirgula/article/view/13901/10225>. Acesso em: 02 out. 2020.

PIMENTA, J. P. G. A independência do Brasil como uma revolução. In: **História da historiografia**. N. 3, p. 53-86., set., Ouro Preto, 2009. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/69/34>. Acesso em: 10 nov. 2020.



PIMENTA, J. P. G. A Independência e uma cultura de história no Brasil. **Almanack**. Guarulhos, n.08, p. 5-36, 2º semestre de 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/alm/n8/2236-4633-alm-08-00005.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

PINHEIRO, A.C.; CURY, C.E.; ANANIAS, M. **Fontes para a História da Educação da Paraíba Imperial Documentos Diversos (1821- 1860)**. Sociedade Brasileira de História da Educação: Coleção Documentos da História Brasileira. Disponível em: <http://virtuallivros.com.br/modules/catalogo/public-userphoto.php?photoId=12>. Acesso em: 24 out. 2020.

PRADO JR., C. **Evolução política do Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1933

PRADO JR., C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1942.

RIUDEL, M. **Ferdinand Denis (1798-1890)**. BNF Patrimônios Compartilhados. Seção: Literatura e circulação de ideias. S/D. Disponível em: <https://heritage.bnf.fr/france-bresil/pt-br/ferdinand-denis-artigo-por>. Acesso em: 17 set. 2020.

RODRIGUES, J. H. **Independência: revolução e contra-revolução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 5 v, 1975.

ROUANET, M. H. **Eternamente em Berço Esplêndido: a fundação de uma literatura nacional**. São Paulo: Siciliano, 1991.

ROUANET, M. H. Comentários às “Considerações gerais sobre o caráter que a poesia deve assumir no novo mundo (Ferdinand Denis).” *In: Antologia de textos fundadores do Comparatismo Interamericano*. S/D. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cdrom/denis/comentarios.htm>. Acesso em: 12 out. 2020.

SANTOS, B. B. M. **O currículo da disciplina escolar história no Colégio Pedro II – a década de 1970 – entre a tradição acadêmica e a tradição pedagógica: a história e os estudos sociais**. Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2011.

SAVIANI, D. et al. Prefácio. *In: SAVIANI, D. et al. O legado educacional do Século XIX*. Campinas: Autores Associados, 3º ed., 2017.

SILVA, J. N. S. Atas das sessões de 1890. **Revista Trimensal do IHGB**. Rio de Janeiro, n. 53, v2, 1890. p. 474-7. Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/itemlist/filter.html?searchword438-from=1890&searchword438-to=1891&moduleId=219&Itemid=174>. Acesso em: 10 nov. 2020.

SILVA, O. P. **Retrato de Ferdinand Denis**. 1939. Pintura, óleo sobre tela. 60,5 cm x 50 cm. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Oscar\\_Pereira\\_da\\_Silva\\_-\\_Retrato\\_de\\_Ferdinando\\_Denis,\\_Acervo\\_do\\_Museu\\_Paulista\\_da\\_USP.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Oscar_Pereira_da_Silva_-_Retrato_de_Ferdinando_Denis,_Acervo_do_Museu_Paulista_da_USP.jpg). Acesso em: 17 out. 2020.

SIRINELLI, J. F. Le hasard ou la necessite? Une histoire em chantier: l’histoire des intellectuels. *In: Vingtième Siècle*. Revue d’Histoire, n°9, jan-mar, p. 97-108, 1986.

Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/xxs\\_0294-1759\\_1986\\_num\\_9\\_1\\_1452](https://www.persee.fr/doc/xxs_0294-1759_1986_num_9_1_1452). Acesso em: 24 out. 2020.

SIRINELLI, J. F. Os intelectuais. In: Rémond, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

VARNHAGEN, F. A. **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Em Caza de E. e H. Laemmert, 1 ed, 1854.

VECHIA, A. Os livros didáticos de história do Brasil na escola secundária brasileira no século XIX, sob a égide das ideias europeias. **Rev. Educação em Questão**, Natal, v.31, n.17, p. 104-128, jan./abr. 2008.

VEIGA, C. G. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VEIGA, C. G. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. **Rev. Bras. Educ.**, vol.13, n.39, 2008.

VEIGA, C. G. Elaboração de hábitos civilizados na constituição das relações entre professores e alunos (1827-1927). **Revista Brasileira de História da Educação**, nº 21, p. 61-92, set./dez. 2009. Disponível em: <https://rbheold.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/62/70>. Acesso em: 10 nov. 2020.

VEIGA, C. G. Escola no processo de organização do estado-nação e invenção do cidadão. In: LOPES, E. M. T. CHAMON, C.S. Orgs. **História da Educação em Minas Gerais: da Colônia à República**. Uberlândia: EDUFU, v. 2, 2019.

VIEIRA, C. E. Intelligentsia e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 8, n. 1 [16], p. 63-85, 7 fev. 2012. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38588>. Acesso em: 10 nov. 2020.

VIEIRA, C. E. Intelectuais e Educação. **Pensar a Educação em Revista**, Curitiba/Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 3-21, abr-jun/2015.

VILLALTA, L. C. A Educação na Colônia e os Jesuítas: discutindo alguns mitos. **À margem dos 500 anos: reflexões irreverentes**. São Paulo: Edusp, 2002.

VILLALTA, L. C. **O Brasil e a crise do Antigo Regime português (1788-1822)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

ZILBERMAN, R. “As lições de Ferdinand Denis”. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras (UFF)**. Gragoatá. Niterói, n. 20, p. 199-218, 1. sem. 2006a.

ZILBERMAN, R. “Ferdinand Denis e os paradigmas da história da literatura”. **Revista do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo** – v. 2, n. 1, p. 137-147, jan./jun. 2006b.

ZILBERMAN, R. O Resumo de História Literária, de Ferdinand Denis: história da

literatura enquanto campo de investigação. **VEREDAS 19**, Santiago de Compostela, 2013.